

Tcharles Gonçalves Schmidt

**PROJETO AGROECOLÓGICO E CERTIFICAÇÃO DA
APICULTURA: O Sistema Participativo de Garantia do mel na
região de São Bento do Sul - SC**

Florianópolis
2017

Tcharles Gonçalves Schmidt

**PROJETO AGROECOLÓGICO E CERTIFICAÇÃO DA
APICULTURA: O Sistema Participativo de Garantia do mel na
região de São Bento do Sul - SC**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política
da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
mestre em Sociologia Política
Orientadora: Prof. Dr.^a Maria Ignez
Silveira Paulilo.

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

SCHEMIDT, rcharles gonçalves
projeto agroecológico e certificação da apicultura
: o sistema participativo de garantia do mel na
região de são Bento do sul - sc / rcharles gonçalves
schemid ; orientadora, maria ignez silveira
PAULINO, 2017.
168 p.

dissertação (mestrado) - universidade federal de
santa catarina, centro de filosofia e ciências
humanas, programa de pós-graduação em sociologia
política, Florianópolis, 2017.

inclui referências.

1. sociologia política. 2. sociologia política. 3.
Agroecologia. 4. sistema participativo de garantia.
5. Agricultura familiar. I. PAULINO, maria ignez
silveira. II. universidade federal de santa
catarina. programa de pós-graduação em sociologia
política. III. título.

Tcharles Gonçalves Schmidt

**PROJETO AGROECOLÓGICO E CERTIFICAÇÃO DA
APICULTURA: O Sistema Participativo de Garantia do mel na
região de São Bento do Sul -**

Esta Dissertação/Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Florianópolis, 20 de dezembro de 2017.

Prof.ª Dr.ª Marcia Grisotti.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.ª Dr.ª Maria Ignez Silveira Paulilo
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.ª Dr.ª Vilênia Porto Aguiar
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Wilson Schmidt
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior através de bolsa-auxílio durante a vigência regular do mestrado. Também contribuiu de forma decisiva, durante todas as etapas da pesquisa, a equipe do Núcleo de Estudos Sobre Agricultura Familiar. Em especial minha orientadora professora Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo, sempre disposta a compartilhar a sabedoria conquistada na sua experiência como pesquisadora de campo. Não posso deixar de agradecer, também, à equipe da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política que com muita paciência assessorou a mim e colegas na lida com a burocracia acadêmica.

Um muito obrigado às boas amizades que eu fiz durante esse momento por compartilharem comigo as delícias e angústias dessa jornada. Agradeço com o coração minha família querida que nunca me deixou na mão e os professores que, desde os primeiros anos da minha vida acadêmica, acreditaram no meu potencial e me incentivaram. Sem essa motivação eu não teria força para enfrentar esse desafio e os próximos que virão.

Agradeço a todas as pessoas que me auxiliaram durante as entrevistas exploratórias; professores/pesquisadores da UFSC e membros de instituições ligadas ao meio rural e a apicultura, especificamente, que atenciosamente responderam minhas dúvidas e me ensinaram muito. Sem o auxílio de vocês não teria definido e operacionalizado a investigação empírica na qual se baseia esse trabalho.

Por fim, imensa gratidão aos apicultores e outros membros da Rede Ecovida no Planalto Norte pelo trabalho feito e a dedicação à produção de alimentos ecológicos. Especialmente àqueles que contribuíram diretamente de forma decisiva à realização desse trabalho me concedendo entrevistas. Obrigado a todos que prontamente se dispuseram a compartilhar comigo seus conhecimentos profissionais e sua história pessoal, principalmente àqueles que me acolheram em suas casas. Muito obrigado pela hospitalidade e trocas de ideias instigantes.

RESUMO

A Agroecologia é vinculada à proposição de um modelo de desenvolvimento rural alternativo, uma vez que suas ambições extrapolam a disputa por um nicho de mercado e a mesma propõe a organização e articulação dos agricultores e consumidores como caminho para a construção de relações sociais embasadas em valores como autonomia e reciprocidade. As formas assumidas por essas organizações e sua atuação na arena política, particularmente nos debates em torno da regulamentação estatal da produção e certificação de orgânicos, indicam a intenção de: a) criar novas relações sociais de produção e consumo controladas pelos produtores e consumidores organizados coletivamente, b) criar espaços nos quais os produtores possam construir coletivamente suas demandas e se organizar para que elas impactem na formulação das políticas públicas. A apicultura, por sua vez, figura como uma atividade particularmente interessante por seu potencial para contribuir com as várias dimensões desse projeto através da revalorização dos saberes associados à cultura local, incremento da biodiversidade e articulação dos atores sociais. Fazendo referência aos pressupostos da Perspectiva Orientada ao Ator, busco então estudar o Sistema Participativo de Garantia enquanto estratégia desenvolvida a partir da perspectiva agroecológica por atores sociais do meio rural no Sul do Brasil frente aos desdobramentos do processo de regulamentação estatal do mercado de produtos orgânicos. Me proponho, então, a refletir sobre a articulação entre o Sistema Participativo de Garantia e o projeto político vinculado à constituição da Rede Ecovida de Agroecologia, a partir da experiência da certificação de mel por apicultores do Planalto Norte Catarinense. Essa dissertação se baseia em trabalho de campo composto por 10 entrevistas semi-estruturadas com apicultores, membros da Rede Ecovida com papel de coordenação na região e extensionistas rurais. Essa etapa também compreendeu a participação em reuniões de famílias agricultoras e conversas informais com apicultores da região. Diante dessa proposta de investigação, identifiquei limitações relacionados à descentralização dos processos decisórios e à co-construção dos agroecossistemas em consonância com os processos ecológicos. Por outro lado, observei que, além de produzirem em consonância com as normas de conformidade orgânica, os apicultores manifestaram um papel ativo na solução dos obstáculos encontrados no âmbito produtivo através da recorrência a própria base de recursos. A autonomia também aparece como valor fomentado na construção de

canais de comercialização, tanto na posse individual do certificado quanto na organização coletiva para venda.

Palavras-chave: Sistema Participativo de Garantia. Transição Agroecológica. Apicultura.

ABSTRACT

Agroecology is linked to the proposal of an alternative rural development model, since its ambitions go beyond the dispute for a niche market and it proposes the organization and articulation of farmers and consumers as a way to build social relations based on values such as autonomy and reciprocity. The development of these organizations and the role played by them in the political arena, particularly on the debates around state regulation of the production and certification of organics, suggest the intention to: a) develop new social relations in the realms of production and consumption controlled by collectively organized producers and consumers, b) create spaces in which producers can collectively build their demands and organize themselves to make an impact on the formulation of public policies. Apiculture, on its turn, emerges as a particularly interesting activity due to its potential to contribute to the multiple dimensions of this project through the reappraisal of knowledge related to local culture, increment in biodiversity and organization of social actors. Based on the Actor-Oriented Perspective, I seek to study the Participatory Guarantee System as a strategy developed from the agroecological standpoint by social actors in the rural Southern Brazil to face the process of state regulation of organics. I try to reflect upon the connection between the Participatory Guarantee System and the political project associated with the foundation of Rede Ecovida de Agroecologia by analysing the certification of honey among beekeepers in Planalto Norte Catarinense. This dissertation is based on a field work that includes 10 semi-structured interviews with beekeepers, members of Rede Ecovida de Agroecologia that play coordination roles in the region and rural extension agents. During this part of the research I also participated in some meetings and talked informally with beekeepers. I identified limitations related to the decentralization of decisory processes and co-construction of agroecosystems in consonance with ecological processes. On the other side, I noticed that, besides producing in harmony with the organic laws, the beekeepers played an active role in the solution of their productive problems by means of their own resources. Autonomy also shows up as a value promoted in the construction of marketing channels, through the inividual possession of the certificate or collective organization for sale.

Keywords: Participatory Guarantee Systems. Agroecological Transition. Apiculture.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEMEL - Associação Brasileira dos Exportadores de Mel
ACA - Associação Catarinense de Apicultores
ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
Afruta - Associação dos Agricultores Ecológicos de Porto União - SC
AO - Agricultura Orgânica
AOPA - Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia
APA - Área de Proteção Ambiental
APICAMPO - Associação de Apicultores de Campo Alegre
APIVILLE - Associação de Apicultores de Joinville
APORITA - Associação de Apicultores de Itaiópolis
APPCC - Análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle
AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPF - Boas práticas de fabricação
CBA - Confederação Brasileira de Apicultura
CEASA - Centrais de Abastecimento
CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CNPOrg - Comissão Nacional da Produção Orgânica
COMSOL - Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte - SC
COOPASC - Cooperativa dos Apicultores de Santa Catarina
COOPERAGRECO - Cooperativa de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
COOPERDOTCHI - Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização Dolcimar Luis Brunetto
CPOrg - Comissão da Produção Orgânica
CTP - Certificação por Terceira Parte
DEINP - Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
ECA - Encontro Catarinense de Apicultores e Meliponicultores
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

ECOSSERRA - Cooperativa Ecológica dos Agricultores, Consumidores e Artesãos da Região Serra
ECOTERRA - Associação Regional de Cooperação e Agroecologia
FAASC - Federação das Associações de Apicultores e Meliponicultores de Santa Catarina
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
GPS - Sistema de Posicionamento Global
GTA - Grupo de Trabalho – ou Temático – da Apicultura do Planalto Norte
HORTIBENTO - Associação de Produtores Hortigranjeiros da Região do Alto Rio Negro
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEPA - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
IFOAM - International Federation of Organic Agriculture Movements
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ISO - International Organization for Standardization
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAC - Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica
OCS - Organização de Controle Social
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG - Organização Não Governamental
ONGsDR – Organização Não Governamental de Desenvolvimento Rural
OPAC - Organismo Participativo da Avaliação da Qualidade Orgânica
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPHO - Procedimentos Operacionais de Higiene Operacional
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Família
PT - Partido dos Trabalhadores
PTA - Projeto de Tecnologias Alternativas
RAMA - Consórcio Regional Apícola Mata Atlântica, também chamado Rede de Apicultura – ou Apicultores – da Mata Atlântica; ou, ainda, Rede de Apicultores, Agroecologistas e Ambientalistas Mata Atlântica
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIE - Serviço de Inspeção Estadual
SIF - Serviço de Inspeção Federal
SIM - Serviço de Inspeção Municipal

SisOrg - Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SPG - Sistema Participativo de Garantia
UE - União Europeia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	27
1 AGROECOLOGIA, SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA E REDE ECOVIDA	31
1.1 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E CONCEPÇÃO HEGEMÔNICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....	31
1.2 A PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR E “UMA NOVA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL”	34
1.3 CERTIFICAÇÃO E REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA	39
1.3.1 Diferentes Formas de Certificação	39
1.3.2 Certificação no Brasil	47
1.3.3 SPG e Rede Ecovida de Agroecologia	49
1.4 AGROECOLOGIA E MUDANÇA SOCIAL.....	58
1.4.1 Sistema Participativo de Garantia e Transição Agroecológica.....	62
1.4.2 Projeto da Rede Ecovida de Agroecologia e Sistema Participativo de Garantia	65
1.4.3 Sistema Participativo de Garantia e Mercados diante do Projeto Agroecológico	68
1.4.4 Apicultura e Projeto Agroecológico.....	72
2 DA APICULTURA ORGÂNICA AO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA DO MEL	75
2.1 PERCURSO METODOLÓGICO	75
2.2 CONTEXTO APÍCOLA NO PLANALTO NORTE	84
2.2.1 Apicultura no Planalto Norte.....	84
2.2.2 O início da certificação do mel entre os apicultores da Comunidade Maquinista Molina	87
2.2.3 Concepção e implementação do entreposto de mel e cera de abelhas em São Bento do Sul.....	88
2.3 CERTIFICAÇÃO DO MEL NA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA	91

2.3.1	Rede Ecovida no Planalto Norte Catarinense	91
2.3.2	Apicultura no Núcleo Planalto Norte da Rede Ecovida ..	98
2.3.3	Sistema Participativo de Garantia	103
2.3.4	Sistema Participativo Garantia e apicultura.....	110
2.3.5	Comercialização.....	Erro! Indicador não definido.118
3	TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA – ENTRE TEORIA E PRÁTICA	127
3.1	CONTEXTO E TRAJETÓRIA POLÍTICA DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA	131
3.2	DIMENSÕES DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA E PROJETO POLÍTICO NO PLANALTO NORTE	134
3.2.1	Construção/acesso a mercados.....	140
3.2.2	Função pedagógica do Sistema Participativo de Garantia no contexto da Transição Agroecológica.....	146
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
	REFERÊNCIAS.....	163

INTRODUÇÃO

O significado social do debate em torno do que é conhecido comumente como *questão* ou *crise* ambiental é evidenciado pelo seu recorrente aparecimento na mídia e o reconhecimento de um problema na forma como nós, seres humanos, agimos em relação ao planeta e aos recursos naturais. Podem ser citados como exemplos desse reconhecimento o desenvolvimento de ramos científicos voltados à investigação do impacto da nossa existência na biosfera, a assinatura de acordos internacionais entre líderes políticos de países ao redor do mundo com o intuito de alterar práticas reconhecidamente prejudiciais e a proliferação de organizações civis dedicadas à proteção da biodiversidade e promoção de práticas alternativas de produção e consumo.

Cada vez mais pesquisas em diferentes perspectivas teóricas¹ apontam a correlação entre as múltiplas crises (ambiental, econômica, política) relacionadas ao modelo hegemônico de produção. Essa diversidade de pontos de vista manifesta-se tanto na academia quanto na esfera política, econômica e na sociedade civil. Na sociologia, essa questão é abordada principalmente pela subdisciplina da Sociologia Ambiental, na qual o caráter integrado das crises é enfatizado na vertente da economia política de viés marxista. Já nos estudos sociológicos voltados ao meio rural, a perspectiva teórica que pressupõe a correlação entre as diversas crises e busca compreendê-las e solucioná-las de forma conjunta é a Agroecologia, ou, mais especificamente, os estudos de sociologia rural balizados pelos pressupostos metateóricos² da Agroecologia.

¹ VIEIRA, Paulo F. Políticas ambientais no Brasil: Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*. v. 8 n. 14. (2009). Florianópolis: UFSC, 2009. p. 27 – 75.

FOSTER, John Bellamy. *Marx's Ecology: materialism and nature*. New York: Monthly Review Press, 2000.

HUBER, Joseph. 2000. Towards industrial ecology: Sustainable development as a concept of ecological modernisation. *Journal of Environmental Policy and Planning* 2: 269–285.

² Frédéric Vandenberghe define metateoria como “exercício de mapeamento das pressuposições e proposições gerais (*Weltanschauungen*, hipóteses de mundo, paradigmas, interesses de conhecimento, preconceitos e pré-noções etc.) da teoria social e da teoria sociológica.” (VANDENBERGHE, 2013, p. 19)

Em 1999, no artigo intitulado *Marx's Theory of Metabolic Rift: Classical Foundations for Environmental Sociology*, John Bellamy Foster retoma os fundamentos clássicos, especialmente em Marx, para a sociologia ambiental. No início desse texto ele apresenta os principais argumentos no debate da época a respeito das implicações das vertentes teóricas clássicas sobre a concepção de natureza e a correlação entre social e natural. Nesse momento, aponta que a visão prevalecente na subdisciplina é de que (no pensamento dos autores clássicos) a especificidade do mundo social e sua autonomia em relação aos processos naturais é exagerada, dado o contexto de surgimento da sociologia e seu esforço em afirmar-se enquanto uma disciplina independente frente às ciências naturais. A seguir, entretanto, pondera que essa característica se deve mais ao modo como os clássicos foram lidos, embora possa ser encontrada em muitos pensadores da época (inclusive os clássicos da Sociologia), visto que testemunhavam uma época de espanto e admiração diante da capacidade humana de transformar e, até certo ponto, controlar a natureza ao redor.

O argumento central desse artigo, entretanto, se insere em esforços recentes na sociologia ambiental para reler os clássicos buscando averiguar até que ponto a temática da natureza humana e não-humana e suas implicações para a constituição do mundo social aparecem (ou não) em suas teorias e qual relevância lhe é dada. Nesse sentido, argumenta que “elementos negados porém cruciais na teoria social de Marx oferecem fundações firmes para o desenvolvimento de uma forte sociologia ambiental”. Do mesmo modo, afirma que Weber “demonstrou alguma preocupação sobre a disponibilidade continuada de recursos naturais escassos e antecipou o economista ecológico Georgescu-Roegen ao argumentar que a lei da entropia se aplica a matéria tanto quanto a energia”. Por fim, aponta que a análise da Teoria da Evolução de Darwin por Durkheim “aponta em direção a uma concepção complexa, coevolucionária”, da relação entre sociedade e natureza (FOSTER, 1999, 370, tradução própria).

Exemplos de explicações reducionistas que interpretaram o mundo social sem considerar seu enraizamento no (e sua limitação diante do) mundo natural não faltam no âmbito das teorias sobre desenvolvimento. Especialmente entre aquelas que embasaram projetos de modernização marcados pela crescente divisão do trabalho campo/cidade, industrialização e orientação eminentemente mercantil da produção agrícola. Para contrapô-las é preciso investigar as alternativas existentes e as possibilidades que elas oferecem para buscar soluções aos efeitos colaterais do modelo de desenvolvimento hegemônico. Nesse

contexto, a Agroecologia desponta como uma das alternativas³ mais disseminadas, sendo empunhada como bandeira de diversos movimentos sociais, associações da sociedade civil, além de experimentar rápido desenvolvimento na academia através de projetos de pesquisa e extensão rural.

A Agroecologia é historicamente vinculada a propostas de modelo de desenvolvimento rural alternativo, uma vez que suas ambições extrapolam a disputa por um nicho de mercado e a mesma propõe a organização e articulação dos agricultores e consumidores como caminho para a construção de relações sociais embasadas em valores como autonomia e reciprocidade. As formas assumidas por essas organizações (como associações de produtores e consumidores e ONGs de Desenvolvimento Rural⁴) e sua atuação na arena política, particularmente nos debates em torno da regulamentação estatal da produção e certificação de orgânicos, indicam a intenção de: a) criar novas relações sociais de produção e consumo controladas pelos produtores e consumidores organizados coletivamente, b) criar espaços nos quais os produtores possam construir coletivamente suas demandas e se organizar para que elas impactem na formulação das políticas públicas de desenvolvimento rural. Dessa forma, esses atores sociais instigam a sociologia a investigar como suas práticas se articulam a um projeto político alternativo de desenvolvimento rural. A apicultura, por sua vez, figura como uma atividade particularmente interessante por seu potencial para contribuir simultaneamente com as várias dimensões da transição agroecológica através da revalorização dos saberes associados à cultura local, incremento da biodiversidade dos cultivos e da mata nativa e articulação dos atores sociais.

Com base nessa discussão teórica acerca do(s) modelo(s) de desenvolvimento promulgado(s) pelo discurso agroecológico, busco refletir sobre a articulação entre o Sistema Participativo de Garantia e o projeto político vinculado à constituição da Rede Ecovida de

³ “A coerência socioecológica do metabolismo, segunda a qual o uso de recursos humanos e a produção de resíduos são coerentes com a capacidade da natureza para repor os recursos e assimilar os dejetos, é um princípio fundamental da agroecologia.” (SEVILLA GUZMÁN, WOODGATE, 2013, p. 32, livre tradução).

⁴ DIAS, M. M.; DIESEL, V. A proposta das ONG brasileiras para o desenvolvimento rural; uma avaliação crítica. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10. Anais. Rio de Janeiro, 2000. 1 CD-ROM.

Agroecologia, a partir da experiência da certificação de mel por apicultores agroecológicos.

O primeiro capítulo contém uma discussão teórica sobre modelos de desenvolvimento rural e Agroecologia enquanto proposição de uma concepção de desenvolvimento rural alternativa. No desenvolvimento desse debate, a partir da literatura estudada, busco evidenciar as dimensões desse projeto político enfatizadas na criação e defesa da forma participativa de certificação. Por fim, indico a contribuição potencial da apicultura para a Transição Agroecológica. No segundo capítulo apresento o percurso através do qual define meus objetivos e apresento meu objeto de estudo. O capítulo final, então, configura um esforço de análise do material produzido no trabalho de campo à luz da discussão teórica apresentada no primeiro capítulo.

1 AGROECOLOGIA, SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA E REDE ECOVIDA

1.1 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E CONCEPÇÃO HEGEMÔNICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL:

Uma das características marcantes do rural brasileiro é a concentração da posse das terras agricultáveis e outras formas de capital. Essa situação é fruto do processo histórico de constituição e reformulação da estrutura fundiária brasileira desde a chegada dos Europeus. Entretanto, o período iniciado no pós-guerra, chamado Revolução Verde ou Modernização Conservadora é comumente apontado como o mais relevante para explicar a permanência da concentração fundiária e a dinâmica agrícola atual. Esse projeto de modernização agrícola levado a cabo pelos governos ditatoriais é caracterizado por pesquisadores da época como a incorporação de alguns setores modernizados da agricultura às cadeias produtivas industriais como um ramo da produção, comprador de insumos e fornecedor de matérias-primas para outros ramos industriais. Essa incorporação ocorre conforme a influência do capital financeiro sobre a organização dos mercados rurais aumenta e esse passa a comandar a acumulação de capital na agricultura.

Segundo Lauro Mattei (2014), esse período é marcado por uma mudança técnica na agropecuária resultando na tendência à integração da mesma à indústria e perda do controle dos produtores sobre as condições produtivas, com a dependência cada vez maior de máquinas e insumos químicos (fertilizantes de síntese, agrotóxicos e remédios industrializados). Esse processo histórico multifacetado pode ser melhor entendido levando em consideração a concepção de “rural fundamentalmente como espaço de produção” que, ainda hoje, tem força nos debates e está por trás das políticas de desenvolvimento rural que tomam o mesmo como sinônimo de “urbanização do rural” (MEDEIROS et al., 2014, 138). Nesse sentido José Graziano da Silva afirma:

A acumulação de capital não necessita da “racionalização” da agricultura, mas da submissão da agricultura à racionalidade do setor industrial, o que pode, eventualmente, ser combinado com certo grau de “irracionalidade” relativa na

produção agrícola. (SILVA apud WANDERLEY, 2011, 31).

De acordo com Wanderley e Favareto, além da mudança técnica é preciso considerar o papel dos proprietários fundiários frente às mudanças na legislação trabalhista para entender as peculiaridades da modernização do campo no Brasil e o êxodo rural associado a ela. Esses autores afirmam, então, que o processo de modernização associado à Revolução Verde não revolucionou a estrutura fundiária e teve como resultado, por um lado, a manutenção (e ampliação) da concentração de terra e outras formas de capital que já marcava o rural brasileiro e, por outro, o agravamento dos problemas relacionados à pobreza urbana diante da "incapacidade estrutural de absorção produtiva dessa massa de deslocados da terra, que se traduz em termos de marginalidade urbana e de vivência de situações de errância" (WANDERLEY e FAVARETO, 2013, 438).

Segundo a análise desses autores, esse processo se inscreve no contexto de implementação de um projeto de desenvolvimento rural resultante da evolução histórica do "embate político e ideológico da sociedade brasileira" em torno de concepções diferentes de desenvolvimento

(...) que reflete, precisamente, as correlações de forças sociais nela dominantes: aquelas oriundas das cidades e dos setores industriais, que se definem como portadores do progresso para toda a sociedade e a incorporação das forças sociais comprometidas com o "antigo regime" que se afirmam como uma fração da classe dominante. (WANDERLEY e FAVARETO, 2013, 436)

O modelo de desenvolvimento implementado no Brasil, então, apresenta três características principais: (1) grande quantidade de pequenos municípios, cujas sedes são definidas como cidades, mas que apresentam uma reduzida complexidade. Nesses pequenos municípios reside a maior parcela da população hoje considerada rural. (2) Concentração da indústria e dos serviços nas grandes cidades, apesar de um movimento mais recente de interiorização. E (3) compreensão restritiva de desenvolvimento rural como modernização da agricultura, de modo que a implementação das políticas de modernização privilegiou os grandes proprietários, considerados os agentes da modernização e do progresso, e favoreceu a manutenção da concentração fundiária através

da contestação das formas de acesso à terra dos pequenos produtores e desqualificação das suas formas de produzir. Sobre esse último aspecto é ilustrativa a interpretação de Moacir Palmeira, para quem

Trata-se menos de despojamento dos trabalhadores rurais de seus meios de produção, pois destes, de alguma maneira, já haviam sido ou sempre estiveram expropriados, mas de sua expropriação de relações sociais, por eles vividas como naturais, que tornam viável sua participação na produção e sobre as quais, por isso mesmo, exercem algum controle que se traduz num certo *saber fazer*. (PALMEIRA apud WANDERLEY, 2011, 46)

Nesse sentido, Nazareth Wanderley afirma que a principal transformação provocada por esse processo ocorre nas relações de trabalho, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. A inédita regulação das relações de trabalho no setor agrícola, somada a heterogeneidade do processo de introdução de insumos industriais (com diferenças entre cultivos e no uso dos insumos em diferentes fases da produção de uma mesma cultura), favoreceu a substituição do trabalhador morador pelo volante, constituindo a solução menos onerosa para a agricultura empresarial.

A partir dessa perspectiva a respeito do processo de modernização que condicionou o desenvolvimento brasileiro nas últimas cinco décadas, particularmente no meio rural, associamos a guinada nos estudos rurais a partir da década de 1980 às próprias transformações ocorridas no rural brasileiro, com a “consolidação dos movimentos sociais e de sua capacidade de formular seus próprios projetos e expressar socialmente suas demandas” a partir da crítica ao modelo produtivista e às políticas embasadas no mesmo (WANDERLEY, 2011, 105). Por outro lado, mas não de forma totalmente autônoma, também pesou a crise dos grandes paradigmas das ciências sociais, expressa no questionamento às explicações pautadas nas vertentes ortodoxa e estruturalista do marxismo tanto quanto na sociologia rural de cunho funcionalista. Buscou-se superar a dicotomia entre estrutura e ação e construir quadros explicativos mais complexos que comportem os aspectos da sociabilidade rural que extrapolam àqueles estritamente ligados à agricultura. A sociologia rural, nesse contexto, se volta para os territórios, o estudo da relação campo/cidade, local/global e, nas palavras de Carlos Rodrigues Brandão, para os “sujeitos do mundo rural

(...) como uma cultura, uma presença que fala de si, uma fala que ascende a dado e pode, então, ser apreendida como um momento de uma ideologia” (BRANDÃO apud WANDERLEY, 2011, 106).

Nesse sentido, é notável o esforço de diálogo empreendido com autores estrangeiros que lidavam com desafios semelhantes alhures. Entre esses, o mais pertinente para o presente estudo, acredito, esteja nas investigações realizadas no bojo da Perspectiva Orientada ao Ator, cuja origem remonta às contribuições de Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg, principais representantes da Escola de Wageningen.

1.2 A PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR E “UMA NOVA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL”⁵:

A Perspectiva Orientada ao Ator é construída a partir da crítica às duas principais vertentes explicativas do projeto da Revolução Verde na sociologia rural: a primeira, baseada no conceito de *commercialization* advogava a industrialização da agricultura e sua integração ao mercado como única via possível; a segunda, por sua vez, denuncia as “repercussões sociais, espaciais e econômicas, em geral negativas, advindas da inserção crescente dos agricultores aos mercados” utilizando-se do conceito de *commoditization* (CONTERATO et al, 2011, 67). Embora legitimando posicionamentos políticos divergentes, ambas perspectivas convergem na centralidade conferida aos

modelos estruturais e lineares que concebem a mudança social e econômica a partir da intervenção de forças externas, atribuindo restrito papel e reconhecimento à capacidade dos atores sociais de intervir no curso destes processos. Por esta razão, haveria se generalizado entre os estudiosos da agricultura e do mundo rural a compreensão de que os processos de mercantilização possuíam um sentido inexorável e unidirecional, que consistia no desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas, enquanto que os mercados eram descritos e compreendidos enquanto estruturas rígidas e invisíveis, porque concebidos como *explanans*, forças externas que “*encapsulate the lives of*

⁵ Expressão de Wanderley e Favareto (2013).

peoples”, na sentença de Ploeg e Long (1994). (CONTERATO et al, 2011, 68)

Os autores que adotam a Perspectiva Orientada ao Ator, por outro lado, buscam enfatizar em suas análises as formas de sociabilidade que emergem dos diferentes arranjos instituídos e, dessa forma, superar os esquemas estruturalistas. Assim, desenvolvem estudos de caráter mais microsociológico, a partir de uma abordagem construtivista que congrega elementos chayanovianos com influências da economia política marxista; enfatizando “as interfaces dos produtores com as estruturas e os dispositivos dos grupos subalternos ou dominados pelos mercados sem cair num determinismo *ex-ante*” (CONTERATO et al, 2011, 68). Por meio desse movimento, buscam ressignificar a diversidade que caracteriza o processo desuniforme de mercantilização, apontando os diferentes *estilos de agricultura* e *graus de mercantilização* como resultado da ação dos atores frente às imposições do projeto de modernização da agricultura a partir de seus *repertórios culturais*.

Com base nessa concepção, Ploeg interpreta o desenvolvimento da agricultura familiar por meio dos conceitos de *modo camponês* e *modo empresarial*. O primeiro representa uma via de reprodução social relativamente autônoma e historicamente garantida na qual cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos anteriormente. Dessa forma, a produção de valor de uso e a reprodução dos meios de trabalho adquirem grande relevância. O *modo empresarial*, por sua vez, baseia-se em recursos mobilizados fora da unidade de produção, tornando as atividades de produção e reprodução cada vez mais dependentes do mercado de insumos e serviços. Assim, a *autonomia* torna-se a característica comum da condição camponesa moderna, perseguida por meio de diferentes estratégias. Essas podem assumir, por um lado, a forma de afastamento em relação ao mercado (especialmente de insumos e fatores de produção, tanto quanto de *commodities* tradicionais) e, por outro, se traduzir na construção de mercados alternativos: especialidades de nicho, orgânicos, artesanais, solidários, institucionais e não agrícolas.

Na medida em que os mercados ultrapassam a esfera produtiva e a dimensão material das relações sociais, construir autonomia também se associa à luta pela manutenção de recursos simbólicos (discursos, crenças, práticas culturais,

etc.) enraizados na arte de fazer agricultura.
(CONTERATO et al, 2011, 83/84)

Dessa forma, a Perspectiva Orientada ao Ator advoga a compreensão do comportamento dos atores a partir dos recursos a sua disposição e em relação ao contexto no qual agem. Ou seja:

O enfoque orientado ao ator possibilita identificar e analisar a visão de desenvolvimento dos diferentes atores nos espaços específicos, e os produtos resultantes desse amalgama dentro das arenas sociais, considerando como os diferentes atores na interface, a partir de seus recursos, influenciam a formulação e a implementação de políticas e projetos de desenvolvimento.
(GONZÁLEZ et al, 2014, 116)

À resistência ao processo de Modernização Conservadora, Wanderley e Favareto (2013) atribuem uma nova concepção de desenvolvimento rural associada à pluralidade de formas de ocupação e produção, tanto tradicionais quanto advindas com a nova ruralidade. Descrevendo essa concepção e se posicionando em favor dela, num só movimento, os autores advogam a adoção de um estilo de desenvolvimento que se faça acompanhar de maior coesão social e de formas menos agressivas de uso dos recursos naturais. Lamentam, ainda, o êxito da grande empresa agropecuária em se dissociar da velha imagem do latifúndio improdutivo e camuflar seus fundamentos estruturais: a permanência da concentração fundiária e a incidência de formas de trabalho degradantes. Diante desse cenário, admitem a pouca viabilidade de projetos de reforma da estrutura fundiária.

Entretanto, afirmam a representatividade da população rural brasileira e a manutenção do seu tamanho relativo na última década⁶; argumento embasado na tipologia desenvolvida por José Eli da Veiga em resposta às incongruências advindas da aplicação das regras de definição oficial dos espaços rurais e urbanos. De forma que qualquer estratégia de desenvolvimento para o Brasil deve considerar a especificidade destes espaços. Assim, embora hercúleo, o esforço de pensar e implementar uma reforma da estrutura fundiária brasileira, com base em um projeto de desenvolvimento rural que contemple,

⁶ Ver tabela na página 451 de WANDERLEY e FAVARETO (2013).

igualmente: dinamização econômica, redução da pobreza e da desigualdade é imperativo.

Na perspectiva desses autores essas medidas devem constituir, ao lado de outras, um quadro de políticas de desenvolvimento integral, que considerem as assimetrias existentes entre as regiões urbanas e rurais e sejam desenhadas para diminuí-las. Nesse sentido, os autores propõem a continuidade e a ampliação de políticas públicas orientadas segundo "uma nova concepção do desenvolvimento rural" (WANDERLEY e FAVARETO, 2013, 458). Essa concepção que, segundo os autores, já tem importância na dinâmica rural brasileira desde os anos 1990, reconhece como fatores importantes do desenvolvimento rural: o fomento às formas de produção social características das populações que tem o rural como espaço de vida e de trabalho (não apenas como meio produtivo), acesso das populações rurais aos bens e serviços básicos, empoderamento político da população rural através de canais por meio dos quais participem do planejamento das políticas de desenvolvimento, integração entre políticas de combate à pobreza e desigualdade social e políticas de desenvolvimento produtivo.

De forma geral, os elementos apontados por Wanderley e Favareto estão presentes no discurso dos atores sociais vinculados ao desenvolvimento da Agricultura Orgânica⁷ como uma alternativa social global voltada ao crescimento endógeno, marcada desde o princípio por estratégias políticas que enfatizavam a autonomia do país e do produtor, o desenvolvimento de novas solidariedades e a defesa da agricultura familiar. Nesse contexto, a agricultura orgânica é tomada como uma alternativa para a parcela da agricultura familiar marginalizada pelo modelo de desenvolvimento agrícola da Revolução Verde. Nesse sentido, Pascal Byé e Wilson Schmidt identificam, na análise do CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares, alguns elementos que aproximariam a agricultura orgânica desenvolvida no Brasil e a agricultura familiar:

Além dos efeitos benéficos sobre os produtores, a AO participa de fato na reprodução e na

⁷ O termo Agricultura Orgânica foi consolidado na legislação e nos discursos dos atores envolvidos no campo para se referir às diferentes vertentes compreendidas dentro dos estilos de agricultura que vetam o uso de agrotóxicos e fertilizantes de síntese, entre outras práticas. Assim, embora utilizem esse termo, os autores e autoras retomados a seguir discutem sobre valores e princípios vinculados, principalmente, ao movimento agroecológico.

conservação dos recursos naturais, melhora a dieta alimentar, reduz a utilização de insumos e melhora a renda e a qualidade de vida dos agricultores familiares. (BYÉ, SCHMIDT, 2001, 108)

Eduardo João Moro (2012), em sua tese de doutorado, também argumenta nesse sentido. O autor aponta, utilizando exemplos como o da PTA (atualmente AS-PTA), ASSESOAR e Centro Vianei de Educação Popular, como desde o início, as ONGs e entidades que atuaram no fomento da *agricultura orgânica* ou *agricultura alternativa* direcionaram seu discurso e prática em função e em defesa da agricultura familiar. Para ele, no Brasil, esse movimento crítico à política de modernização agrícola tem origem nos anos 1970 entre agricultores familiares excluídos ou marginalizados pelos mecanismos de expropriação da política agrícola cuja organização ocorreu através de órgãos ligados à ala progressista da Igreja Católica e Protestante. O autor também aponta, no campo produtivo, a experiência pioneira nesse campo da Estância Demétria, em Botucatu (SP). Na academia, retoma nomes como Adilson Paschoal, Ana Maria Primavesi e José Lutzemberger. Mais próximos às Ciências Sociais, o autor apresenta: Graziano Neto, Martine e Garcia e, por fim, Wilkinson. Embora debruçando-se sobre diferentes problemas de pesquisa, todos esses autores partilham de perspectiva crítica em relação à Revolução Verde baseada na compreensão da correlação entre processos de degradação ambiental e de transformação das relações sociais e dos processos produtivos.

A trajetória de afirmação e consolidação dos diferentes estilos de agricultura que se contrapuseram ao modelo hegemônico é marcada por descontinuidades e diferenças de posicionamentos que, ao mesmo tempo em que dificultaram a criação de uma representação única, possibilitaram o surgimento de diferentes concepções de agricultura, associadas à apreensão dos valores, discurso e práticas de cada estilo pelos atores envolvidos. Essa característica marca, assim, o estabelecimento de normas em torno da agricultura orgânica pelos próprios atores envolvidos em associações e organizações de agricultores, ongs, cooperativas de consumidores e técnicos das áreas agrícolas a partir das regras consolidadas por órgãos como a IFOAM⁸, conforme se amplia a mercantilização de produtos com qualidades

⁸ International Federation of Organic Agriculture Movements.

diferenciadas para consumidores cada vez mais distantes, social e geograficamente, dos produtores. Em 1994, então, o MAPA realiza as primeiras reuniões com representantes dessas entidades e outros órgãos do governo. Dessas reuniões surge a Comissão Nacional da Produção Orgânica (CNPOrg), em 1995, e, em 17 de maio de 1999, é publicada a IN 007, primeiro documento a instituir normas disciplinadoras nacionais para a produção, identificação e certificação da conformidade de produtos orgânicos, tanto de origem animal quanto vegetal.

Assim, a legislação brasileira mantém o papel aglutinador das diferentes alternativas ao modelo convencional desempenhado pelo conceito de Agricultura Orgânica, já empregado nesse sentido desde a criação da IFOAM, com a especificação de normas gerais (MORO, 2012). As divergências internas a essa arena, entretanto, não são dirimidas. Pelo contrário, afloram particularmente no debate em torno das formas de certificação que seriam legitimadas pela legislação. Diante dessa questão, e dado o objetivo do presente trabalho, retomo a seguir uma breve exposição do conflito em torno da certificação de alimentos orgânicos e das diferentes formas de certificação em disputa.

1.3 CERTIFICAÇÃO E REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA:

1.3.1 Diferentes Formas de Certificação:

Maria Fernanda Fonseca traça o surgimento da regulamentação estatal de produtos alimentares com qualidade diferenciada a partir da política de proteção do setor vinícola artesanal diante do crescimento das vinícolas industriais com a “Apelação de Origem” na França. Essa política assume uma visão de desenvolvimento rural, buscando uma saída para a crise agrícola europeia dos anos 80, ao regulamentar a agricultura biológica⁹. A União Europeia (UE) vem em seguida, através dos esforços de harmonização das regulamentações nacionais afim de facilitar o trânsito de mercadorias entre os países membros. No que diz respeito aos orgânicos, os marcos legais são a Diretriz n. 2092/91 e a Diretriz n. 1804/99 (regulamentando produção orgânica de origem vegetal e animal, respectivamente) que estabeleceram as normas comuns básicas que deveriam ser seguidas por qualquer produção orgânica nos países membros da UE e, conseqüentemente, adotados por seus órgãos certificadores.

⁹ Sinônimo do conceito de Agricultura Orgânica na França.

Entretanto, os primeiros esforços no século passado no sentido de estabelecer normas e convenções para regular a produção de orgânicos são mais antigos. Segundo Fonseca, remetem ao movimento biodinâmico alemão dos anos 1920. Essa e outras organizações de produtores filiados a diferentes modelos de agricultura em diversos países europeus foram os pioneiros na criação de *standards* e selos atestando a conformidade dos produtos às convenções de produção correspondentes à cada organização. A partir dos anos 1970 e durante os anos 1980, essas associações com selos próprios e normas de certificação independentes se multiplicaram. Esse movimento foi acompanhado pela regulamentação nacional. A França foi o primeiro país europeu a introduzir um rótulo oficial (AB) para cereais orgânicos, frutas e vegetais a partir da lei 80-502 aprovada em 1980 (FONSECA, 2002). Embora conformando-se às particularidades locais, a autora aponta uma tendência geral nos países europeus e na América do Norte à instituição de normas básicas e de uma certificação nacional de produção orgânica por parte do Estado, especialmente a partir dos anos 1990.

Nesse artigo de 2002, a autora indica, através da diversidade de posicionamentos na legislação de cada país concernindo regulamentação da produção orgânica, como essa é ainda incipiente e reflete a heterogeneidade de projetos em disputa na própria definição do campo ao redor do globo. Esse caráter incipiente também se reflete na diversidade de instâncias que estabelecem *standards* e oferecem acreditação¹⁰ às certificadoras: muitas legislações ainda estavam em período de consolidação quando o artigo foi escrito, aceitando selos de certificadoras acreditadas pelo IFOAM, ISO¹¹ ou órgãos supranacionais (como o EN45011, adotado pela União Europeia).

Além dessas convenções e normas compulsórias promulgadas por Estados ou entidades supranacionais, também têm peso na definição dos critérios de produção orgânica em nível internacional os *standards* (privados e voluntários) vinculados à IFOAM e à Comissão do *Codex Alimentarius* (estrutura conjunta criada pela FAO e OMS), cujo objetivo é “elaborar as normas, recomendações e diretrizes destinadas a servir de modelo para legislação de alimentos nos Estados Membros do *Codex*”

¹⁰ Segundo Maria F. Fonseca: “Acreditação é o ato de verificar se um organismo de certificação está operando em um nível uniforme de qualidade e competência ao capacitar a organização em normas relevantes internacionais” (FONSECA, 2002, 275 – nota de rodapé).

¹¹ International Organization for Standardization.

(FONSECA, 2002, 276). Essa Comissão adotou diretrizes para produção orgânica de alimentos de origem vegetal e animal em 1999 e 2001. Uma função desempenhada por esses *standards* básicos elaborados no bojo dessas entidades de atuação internacional é fornecer um terreno comum no qual podem se estabelecer acordos de equivalência entre países importadores e exportadores para minimizar os riscos relacionados ao comércio internacional.

Ao considerar teóricos como Fagan e as regulamentações de instituições com capacidade de influenciar fortemente o mercado mundial de orgânicos (IFOAM, *Codex Alimentarius* e ISO), Clara Ribeiro Camargo (2015) afirma o reconhecimento e legitimação da Certificação por Terceira Parte (também chamada Certificação por Auditoria) pelos grandes mercados consumidores de orgânicos, dependentes da importação desses produtos dos países produtores. A situação não é a mesma com os Sistemas Participativos de Garantia (conhecidos também como Certificação Participativa), cujas características e princípios são incompatíveis com os *standards* exigidos para comercialização nos mercados dos países desenvolvidos, particularmente União Europeia e Estados Unidos. Nesse sentido, antes de apontar as particularidades da regulamentação brasileira e seu desenvolvimento, cabe uma apresentação das formas de geração de credibilidade debatidas.

Segundo María Carmen Cuéllar Padilla (2009), qualquer sistema de avaliação da conformidade deve partir da definição de princípios ou normas que se quer promover ou fazer respeitar; estabelecimento de *standards* que contemplem o peso específico que se quer dar a cada norma ou princípio; criação de indicadores para avaliação desses padrões e execução do processo de comprovação do cumprimento das normas ou princípios relativos ao sistema de garantia adotado.

A introdução de sistemas de regulação e geração de credibilidade tem efeitos diretos sobre as relações sociais mobilizadas por essas cadeias produtivas e impactam diretamente sobre a organização e significados das práticas. Nesse sentido, a certificação aparece de forma diferente nos discursos e práticas de diversos atores e sua repercussão depende das particularidades do seu desenvolvimento em contextos específicos. Assim, com base em Camargo, podemos apontar diferentes sentidos da certificação: como ferramenta para a ampliação das possibilidades de comercialização ou, ainda, “redução de assimetrias informacionais” ao indicar uma série de atributos específicos procurados pelos consumidores naquele produto (CAMARGO, 2015, 40).

A Certificação por Terceira Parte de produtos orgânicos surge no contexto de um mercado alimentar globalizado, no qual todas as etapas da cadeia produtiva (desde sementes e insumos produtivos até a distribuição) encontram-se concentradas (tanto em volume de mercadoria quanto em valor monetário) por alguns grupos empresariais. Como consequência, os órgãos reguladores nacionais encontram sérias limitações em sua capacidade de controlar o mercado e entidades de regulação transnacionais privadas se consolidam. Diante desse quadro, marcado pela falta de informação, insegurança e distanciamento entre produção e consumo, a certificação por terceira parte é defendida como forma de reduzir as assimetrias de informação e custos de transação. Isso porque, embora algumas qualidades do alimento (como frescura e aparência) possam ser avaliadas antes mesmo da compra, outras qualidades relativas ao processo produtivo (como resíduos de pesticidas, por exemplo) não podem ser mensuradas pelo consumidor mesmo depois da inspeção e uso.

De forma resumida a autora caracteriza esse sistema de garantia pela “existência de um auditor externo e independente ao organismo que está sendo certificado, com alto grau de especialização, documentação e registros extensos e rigorosos que são centralizados pelo auditor” (CAMARGO, 2015, 32). Essa forma de certificação é, inclusive, objeto de norma internacional instituída pela ISO. Com base na norma ISO/65¹², Cuéllar Padilla indica os fundamentos dessa forma de certificação:

a) Imparcialidade: exige que as entidades se mantenham no trabalho estrito de controle e auditoria, proibindo qualquer atividade de assessoria, consultoria e etc. que poderiam gerar conflitos de interesse. Também se exige que sejam aplicadas as mesmas normas e regras a todos os operadores com quem trabalham, independentemente das características locais ou possíveis casos particulares.

¹² Os princípios não parecem ter sofrido alteração com a substituição dessa norma pela ISO/IEC 17065 de 2012. Pelo contrário, uma leitura apoiada na apresentação em *power point* elaborada pelo Comitê responsável pelo desenvolvimento da norma, sugere que preocupações relacionadas ao princípio da imparcialidade motivaram a ampliação das exigências relacionadas ao mesmo na nova norma. Apresentação e norma em: <http://www.iso.org/iso/conformity-assessment_resources>.

b) Confidencialidade: estabelece que todos os dados e informações de que dispõem as entidades de controle são secretos e não podem ser divulgados publicamente.

c) Competência: exige que as entidades possuam uma infraestrutura mínima para garantir o desenvolvimento de seu trabalho, assim como a qualificação técnica adequada a seu pessoal para executar os controles, as auditorias e toda a questão burocrática associada a esse procedimento.

d) Independência: estas entidades devem demonstrar viabilidade e sustentabilidade financeira e que não dependem de fundos de outros atores privados para poder operar. Também não podem trabalhar com produção, nem com comercialização, pois devem ser atores completamente alheios a estes processos. (CUÉLLAR-PADILLA, 2009, 71 – tradução própria)

De forma esquemática, o serviço de Certificação por Terceira Parte pode ser assim descrito: a) contratação da empresa certificadora pelo produtor; b) pré-avaliação e revisão da documentação referente à propriedade/produtos a serem certificados; c) inspeção de campo, geralmente anual; d) emissão do certificado e autorização para identificação da conformidade orgânica através do selo do SisOrg e do selo com a marca da certificadora no rótulo do produto.

Clara Ribeiro Camargo interpreta o trabalho das certificadoras com base nessas regras como o provimento de “segurança a respeito de um produto para as partes interessadas fornecendo informação sobre a mercadoria e o seu processo produtivo”. “Objetividade” e “transparência” também são apontados como “valores técnico-científicos” que embasam esse trabalho para “aumentar a confiança e a legitimidade entre os clientes e limitar a fraude” (CAMARGO, 2015, 40). A Certificação por Terceira Parte aparece desvinculada de ideologia política explícita e apresentando-se como um serviço oferecido a produtores que buscam reconhecimento de qualidades específicas do seu produto como forma de inserção em um nicho de mercado. Suas repercussões são ambíguas: representa uma estratégia de diferenciação e busca por um nicho de mercado (geralmente associada a produtores mais capitalizados). Por outro lado, se traduz em uma ferramenta de

exclusão através da imposição desse custo adicional aos produtores que buscam alternativas ao modelo convencional.

Além dessa função excludente dos produtores menos capitalizados, a autora também aponta¹³ a crítica à certificação por auditoria baseada no conflito de interesses entre a busca por mais clientes (produtores), que implica em oferecer seus serviços a um preço competitivo, de um lado, e a garantia de competência e imparcialidade, que, no caso do serviço de avaliação da conformidade orgânica, se traduziriam em inspeções mais rigorosas, por outro. O conflito advém de duas repercussões associadas à busca por maior rigorosidade: a) aumento dos custos operacionais e b) redução do interesse dos produtores diante do maior risco de não passar na inspeção. O somatório dessas repercussões implica em perda de competitividade da certificadora no *mercado* da certificação.

Para Cuéllar Padilla:

La lógica en la que se asienta la garantía por tercera parte necesita criterios cuantificables, con el fin de objetivizar al máximo el contenido de las visitas. Esto implica una simplificación de los procesos productivos ecológicos, al centrar el proceso de evaluación en el uso o no de productos prohibidos y en la actualización de los registros exigidos. La cuestión de las recomendaciones y de las mejoras en las fincas hacia sistemas cada vez más agroecológicos y sustentables pierde su lugar. De este modo, se corre un serio riesgo de facilitar el estancamiento en lo que se concibe como producto ecológico y de frustrar a aquellas personas productoras con una visión más integral y agroecológica de su trabajo. (CUÉLLAR-PADILLA, 2009, 78).

Assim, essa forma de avaliação da conformidade desfavorece a visão do manejo adaptado à realidade local de agroecossistemas variados em prol de uma tendência à homogeneização da produção, monocultura e uma perspectiva de agricultura orgânica baseada na substituição de insumos. De forma semelhante, Camargo afirma que a

¹³ Com base em: ALBERSMEIER et al. *The reliability of third-party certification in the food chain: From checklists to risk-oriented auditing*. Food Control, 927-935. Ed. Elsevier: 2009.

Certificação por Terceira Parte “se justifica quando vista como algo que vá diferenciar um produto para determinado nicho de mercado, consolidado por consumidores mais exigentes e com maior poder aquisitivo” (CAMARGO, 2015, 46). E defende, fazendo eco a Cuéllar Padilla e Nádía Velleda Caldas:

Se pensarmos como modelo de desenvolvimento para a agricultura familiar orgânica, que inclui pequenos agricultores, outros formatos de avaliação da qualidade orgânica podem ser mais cabíveis. Isso porque o olhar sobre a certificação de produtos orgânicos neste estudo é não como objeto em si mesmo, senão como um projeto social e político levado a cabo por atores sociais com base no controle social e na articulação em rede, o que amplia a finalidade dos SPGs, sobretudo para o acesso aos mercados e para a garantia de suas condições de existência. (CAMARGO, 2015, 46/47)

Cuéllar Padilla (2009) aborda o Sistema Participativo de Garantia, então, como diametralmente oposto ao da *certificação* ou *garantia por terceira parte*¹⁴. Ao contrário da necessidade de um *expert* capaz de executar todas as atividades correlatas ao processo de certificação, o Sistema Participativo de Garantia baseia-se na “ideia da capacidade intrínseca do entorno social das pessoas produtoras para avaliar se estas levam a cabo um sistema de manejo ecológico” (CUÉLLAR-PADILLA, 2009, 72 – tradução própria). Desse modo, esse sistema se baseia na participação de todos os segmentos interessados em assegurar a qualidade do produto final e do processo de produção e formaliza uma rede de relações estabelecidas no cotidiano, formada por produtores vizinhos, consumidores diretos e atores envolvidos com extensão e assessoria na área. Já para Guilherme F. W. Radomsky:

¹⁴ É interessante notar que, diante do contexto europeu no qual o SPG não tem reconhecimento além dos mercados locais, a autora se refere ao sistema de avaliação da conformidade por terceira parte como, apenas, *certificação*. No contexto brasileiro, os SPG são formalizados e reconhecidos através de entidades certificadoras: Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). Como é o caso da Associação Ecovida de Certificação Participativa, a OPAC através da qual a Rede Ecovida de Agroecologia viabiliza os certificados das suas famílias produtoras.

O sistema participativo de garantia mostra-se, em muitas de suas características, antagônico ao modelo amparado em inspeção por terceira parte. Nele, não há repartição entre verificados e verificadores e as garantias dão-se na forma de responsabilização coletiva e controle participativo por parte daqueles que estão diretamente envolvidos e de atores sociais parceiros (agricultores, consumidores, mediadores). (RADOMSKY, 2013, 302)

Nesse sentido, os principais elementos que caracterizam um Sistema Participativo de Garantia são:

- a. Confianza: Parte del principio de que tanto la producción, como el consumo y la parte técnica desarrollan sus acciones de forma responsable y honesta, con el objetivo de potenciar la Agroecología.
- b. Participación: Demuestra que la garantía se puede llevar a cabo de forma participativa, esto es, los principios y normas construidos colectivamente pueden ser puestos en práctica y verificados con la implicación efectiva de la producción y sus organizaciones, la parte técnica y las organizaciones locales y regionales de asesoría y consumo.
- c. Descentralización: Respeta y prioriza las iniciativas y estructuras locales, respetando la organización social de base de cada zona o grupo.
- d. Formación de red: son procesos sin jerarquías, que buscan establecer conexiones entre los distintos actores de un territorio, a través de directrices y principios comunes construidos colectivamente.
- e. Transparencia: Las informaciones generadas en el proceso no son confidenciales
- f. Revisión externa: Garantiza la presencia de personas y organizaciones no implicadas directamente en el proceso productivo
- g. Pedagogía: Se considera fundamental que la garantía contribuya a una mejora en la comprensión de todo el proceso productivo y de

comercialización agroecológico por parte de todos los actores que participan. (CUÉLLAR-PADILLA, 2009, 72/73)

A autora enfatiza, assim, o caráter endógeno do SPG, como uma sistematização de um *controle social*, com base no qual as relações de proximidade, confiança e interdependência podem se traduzir na gestão coletiva dessa confiança, entendida como um bem comum. Essa concepção parte de um envolvimento ativo de todos os atores sociais interessados, especialmente produtor e consumidor, da aproximação entre ambos e do comprometimento com o fortalecimento da produção ecológica familiar e dos canais de comercialização diretos construídos pela mesma.

Com base na experiência de um Núcleo gaúcho, Luiz Carlos Rabelatto dos Santos (2002) descreve o processo de certificação participativa desenvolvido na Rede Ecovida: primeiro a pessoa interessada em obter a certificação deve ser associada a alguma organização (associação ou cooperativa) que se integra como um grupo da Rede a partir da indicação de dois integrantes do Núcleo regional. Com o acompanhamento técnico de pessoa ou organização já filiada à Rede, os membros do novo grupo devem preencher o cadastro de membro e pagar a anuidade. Após o preenchimento do requerimento de certificação, no qual cada produtor estabelece um plano de manejo e conversão da unidade produtiva e se compromete a cumprir os acordos firmados, esses são entregues ao Conselho de Ética do Núcleo. Após visitas por amostragem nas novas unidades produtivas pelo Conselho de Ética, é realizada uma reunião entre grupo e conselheiros na qual as adequações necessárias são sugeridas. Essas são encaminhadas, então, na reunião de planejamento do grupo. A partir do relatório positivo do Conselho de Ética é emitido o certificado. Esse é renovado anualmente após nova rodada de visitas pelo Conselho de Ética. O autor enfatiza, então, que, paralelamente a esse processo mais formal, ocorre um acompanhamento constante por parte da assessoria técnica, membros do próprio grupo, consumidores e troca de experiência com membros de outros grupos e núcleos.

1.3.2 Certificação no Brasil:

No Brasil, o debate a respeito da regulamentação da certificação de orgânicos, segundo Fonseca, culminou em *standards* “desenvolvidos em cooperação com a comunidade orgânica por meio de um sistema

transparente” (FONSECA, 2002, 272). Esse processo iniciou-se através das próprias organizações no campo. E, a partir das discussões suscitadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, culminou na legislação brasileira em relação aos orgânicos, cujo primeiro documento regulador é a IN 007/99.

Após acalorados debates, foi promulgada a Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, estabelecendo definições e diretrizes para as próximas políticas e instrumentos voltadas ao setor. A legitimação do Sistema Participativo de Garantia em pé de igualdade com a certificação por terceira parte nessa lei e nas instruções normativas e decretos que a regulamentaram é interpretada como resultado da reação das “principais organizações sociais de técnicos e agricultores envolvidas na produção orgânica do Brasil” à tentativa de assemelhar nossa regulamentação nacional aos *standards* internacionais que apenas reconhecem a legitimidade da certificação por auditoria para circuitos longos (ALVES et al, 2012, 22). Sua contribuição é materializada no Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta e disciplina a atividade de avaliação da conformidade orgânica, entre outras atividades pertinentes ao desenvolvimento da agricultura orgânica.

Atualmente, a legislação brasileira reconhece os Organismos de Avaliação da Conformidade (OAC) autorizados a avaliar a conformidade orgânica e emitir o selo de identificação para os produtos/marcas através da participação desses OAC no Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SisOrg), do MAPA. Nesse, são reconhecidos dois modelos distintos de certificação¹⁵: a) Sistema Participativo de Garantia (SPG) da Qualidade Orgânica (também chamado de certificação participativa) e b) Certificação por Auditoria. Esses Organismos possuem autorização para

¹⁵ Diferentes trabalhos e atores envolvidos com o campo apontam a alternativa prevista em lei, porém relativamente pouco presente na realidade catarinense, da venda direta de produtos orgânicos sem certificação. Nessa modalidade, os agricultores familiares participantes de uma Organização de Controle Social (OCS), que pode ser uma associação formal ou informal, são autorizados a vender sua mercadoria produzida segundo os princípios e diretrizes legais da produção orgânica sem intermediários diretamente ao consumidor final. A contrapartida ao reconhecimento da qualidade orgânica dessa produção é o atendimento a algumas exigências, como, por exemplo, “garantir a rastreabilidade de seus produtos e o livre acesso dos órgãos fiscalizadores e dos consumidores aos locais de produção e processamento.” (Art. 28, § 1º, do Decreto 6.323 de 27 de dezembro de 2007)

usar, no rótulo dos produtos certificados, o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica instituído em 5 de novembro de 2009, pela IN N° 50. Essa norma foi revogada e substituída pela Instrução Normativa N° 18, de 20 de junho de 2014, que estabelece os critérios de utilização e determina as características do selo.

Para Alves et al (2012), o processo de regulamentação da atividade de avaliação da conformidade orgânica resultou, entre outros fatores, da participação de diversos atores que compõem a mesma; fator de grande importância para a redução dos efeitos de exclusão que a regulamentação poderia causar a rede atores envolvidos na produção orgânica. Ainda no mesmo trabalho, afirmam ter verificado a formação da infraestrutura necessária para a implementação da regulamentação de orgânicos, através dos documentos legais e do credenciamento de certificadoras atuantes no Brasil.

1.3.3 Sistema Participativo de Garantia e Rede Ecovida de Agroecologia:

Diferentes pesquisadores vinculam a consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia com os esforços de legitimação do Sistema Participativo de Garantia enquanto processo de avaliação da conformidade de produtos orgânicos. Segundo Suzana M. P. Silveira (2013), o surgimento da rede decorre da busca por um novo tipo de certificação e da união de forças de organizações da sociedade civil, inicialmente, de Santa Catarina. No mesmo sentido, Pascal Byé, Vanice D. B. Schmidt e Wilson Schmidt (2001) traçam o surgimento da Rede a partir da aproximação entre as ONGs de desenvolvimento rural reunidas a partir do debate iniciado pelo governo federal em 1994 sobre a regulamentação da produção orgânica. Segundo eles, essas instituições, que a princípio eram contra a obrigatoriedade de certificação e identificação dos produtos orgânicos, mudam de postura com a possibilidade de *certificação participativa* e começam a constituir uma rede através da discussão dos aspectos mais pragmáticos relativos à produção e à comercialização desses produtos. Clara Ribeiro Camargo (2015), por sua vez, enfatiza que uma perspectiva que considera a perspectiva do pequeno produtor que vive em contexto de grandes adversidades e com dificuldades em acessar o mercado no debate acerca dos sistemas de avaliação da qualidade motivou a construção de uma legislação que oferecesse outras formas de geração de credibilidade mais adaptadas às realidades locais.

Para Julian Perez-Cassarino e Angela Duarte Damasceno Ferreira:

No âmbito específico da organização em estudo, a Rede Ecovida de Agroecologia, o debate em torno das formas de comercialização está nas origens de seu processo de formação, bem como na construção de seus princípios e objetivos. Em grande parte, a demanda concreta em torno da necessidade de certificação dos produtos – por exigências legais ou de mercado – que consolidou a metodologia e proposta política diferenciadas que a Rede propôs, mediante a certificação participativa, origina-se na construção de formas alternativas de comercialização dos produtos, notadamente por meio das feiras ecológicas (REDE ECOVIDA, 2007). Já quando da sua constituição como rede, a Ecovida estabelecia entre seus princípios, como elemento estrutural da proposta agroecológica, “trabalhar na construção do comércio justo e solidário”, tendo como objetivo “aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores” (REDE ECOVIDA, 2000, p. 4).” (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013, 175)

Em artigo de 2001, intitulado “Transferência de dispositivos de reconhecimento da agricultura orgânica e apropriação local: uma análise sobre a Rede Ecovida”, Byé et al remontam esse debate a partir das ONGs de desenvolvimento rural e enfatizam a correlação entre projeto de desenvolvimento rural e os debates em torno da legitimação estatal do SPG:

Nos anos 80, com os primeiros sinais da crise que fragilizam o modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro (apoiado, na sua origem, pelo regime militar), intelectuais, estudantes e políticos progressistas questionam a abordagem e as estratégias fundadas na industrialização das técnicas agrícolas (EHLERS, 1996). Iniciativas concretas, mas isoladas são tomadas para encorajar o desenvolvimento de agriculturas "alternativas" em várias regiões do país. Nesse quadro, as associações e as organizações não-

governamentais agroambientalistas do Sul do Brasil (Rede TA-Sul, 1997) anunciam uma outra ambição: fazer da "agricultura alternativa" não apenas uma simples denúncia do "modelo de modernização da agricultura brasileira baseado na exclusão", mas um instrumento "de intervenção no âmbito da prática" (BRANDENBURG, 1999) e, por extensão, do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento local. (BYÉ, SCHMIDT, SCHMIDT, 2001, 84).

A seguir, afirmam:

Nos anos 90, com a iniciativa do Ministério da Agricultura brasileiro de adotar um processo destinado à regulação da agricultura orgânica, essas mesmas organizações vão participar ativamente de negociações iniciadas em 1994 e que culminaram, em 1999, com a publicação de uma norma que regulamenta a produção orgânica, sua transformação e distribuição: a Instrução Normativa 007. Nestas negociações, as "ONGsDR"¹⁶ do Sul do Brasil foram, primeiro, contrárias à certificação. Para elas, quem deveria ser certificado seria o produto convencional (inclusive com a indicação na embalagem do seu potencial de contaminação), já que o custo da certificação acabaria onerando tanto produtores quanto consumidores. Além disso, para elas, a certificação seria excludente e dificultaria o processo de expansão da agricultura orgânica entre os agricultores familiares. Em um momento seguinte, como o mercado de produtos orgânicos havia crescido bastante no Brasil, elas deixam de ser rigorosamente contrárias à certificação, desde que se abra a possibilidade de uma "certificação participativa". (BYÉ, SCHMIDT, SCHMIDT, 2001, 84/85).

Da aproximação entre essas ONGs de Desenvolvimento Rural durante esse processo se desenvolve a Rede Ecovida. A partir desse histórico, afirmam que:

¹⁶ ONGs de Desenvolvimento Rural.

(...) a certificação aparece, neste quadro da Rede Ecovida, como um dos meios colocados à disposição dos agricultores familiares para alcançar objetivos que superam em muito o da simples identificação de produtos alimentares. A agroecologia e a agricultura familiar são as engrenagens principais de uma abordagem que visa, primeiro, a aproximar produtores e consumidores que o modelo produtivo da agricultura industrial contribuiu a separar. A ética é claramente o principal fundamento da construção da certificação, embora alguns considerem que seja a ideologia ou um projeto político. (BYÉ, SCHMIDT, SCHMIDT, 2001, 84/85).

Em outro artigo de 2001, intitulado “Agricultura Familiar no Sul do Brasil – de uma exclusão produtivista a uma exclusão certificada?”, Pascal Byé e Wilson Schmidt analisam a particularidade do desenvolvimento da agricultura orgânica no Brasil, apontando os diferentes posicionamentos no debate em torno da regulamentação estatal do processo de certificação de orgânicos. Assim, afirmam a relação entre o reconhecimento da agricultura orgânica e os debates públicos em torno de questões ambientais e diferentes concepções de desenvolvimento. Nesse sentido, enfatizam a participação das ONGs de Desenvolvimento Rural e das associações de produtores nos primórdios da agricultura orgânica através de estratégias políticas que priorizavam a autonomia do país e do produtor, o desenvolvimento de novas solidariedades e a defesa da agricultura familiar.

Essa ênfase da agricultura orgânica brasileira nas questões macropolíticas, por sua vez, estaria relacionada à defasagem na dimensão produtiva. A essa limitação associa-se a implementação, ao longo dos anos 1990, de dispositivos de reconhecimento baseados naqueles válidos na Europa (motivada pelo interesse em exportar para os países do Norte), devido às pressões exercidas pelas primeiras certificadoras atuantes no Brasil e pela adoção de uma regulamentação conforme às exigências europeias na Argentina desde 1992. Diante desse cenário, configuram-se diferentes posições em torno das discrepâncias entre as políticas globais de desenvolvimento endógeno no Brasil e os dispositivos de reconhecimento da conformidade baseados na experiência europeia.

Byé e Schmidt identificam repercussões das discussões desenvolvidas no contexto da Reforma Agrária e dos assentamentos, particularmente aquelas em torno da necessidade de técnicas alternativas ao modelo produtivista, no caráter contestador da agricultura orgânica brasileira e sua proposição contemporânea como “meio de reconquistar o *savoir-faire*¹⁷, de desenvolver a autonomia dos agricultores e de renovar as relações urbano-rurais” (BYÉ, SCHMIDT, 2001, 109). Esse projeto marcante da agricultura orgânica brasileira é associado pelos autores, com base em Fonseca e Feliconio¹⁸, à posição das ONGs de desenvolvimento rural comprometidas com a agricultura alternativa, especialmente na região Sul. Essas enfatizam a dimensão política e ideológica da agricultura orgânica, não se detendo sobre as questões econômicas mais concretas. E é justamente essa interface com os consumidores e a consolidação de um mercado para os produtos da agricultura familiar orgânica, em conformidade com os princípios e valores associados ao seu projeto, que desponta como um dos principais desafios enfrentados por esses atores sociais. De forma que, como sugere Schmidt (2001), a ampliação da parcela da agricultura familiar envolvida com agricultura orgânica e a consolidação das suas estruturas organizativas, dimensão importante do projeto agroecológico, depende das respostas dadas a esses desafios. Para o autor, a disputa com o agronegócio orgânico (*agri-organic-business*) por espaço nas cadeias longas é um cenário provável com o crescimento da agricultura familiar orgânica. Assim, a defesa do segmento familiar comprometido com um projeto de desenvolvimento rural alternativo passa pelo fortalecimento da dimensão ética da agricultura orgânica, mostrando aos consumidores que é essa parcela da agricultura familiar que produz essa qualidade diferenciada.

Nesse sentido, o autor advoga que, diante do dilema entre garantir as condições de reprodução da agricultura familiar agroecológica (o que, em alguns cenários, pode significar construir circuitos longos de distribuição dos seus produtos) e manter-se fiéis aos princípios do projeto agroecológico (especialmente o caráter endógeno das ações coletivas, a autonomia dos agricultores e seu controle sobre o processo produtivo), os agricultores agroecológicos deverão buscar ampliar o reconhecimento da conexão intrínseca entre a dimensão ética da

¹⁷ Saber fazer.

¹⁸ FONSECA, M. F. A. C.; FELICONIO, A. E. G. *A rede de produção e comercialização de alimentos orgânicos in natura no Brasil: avanços e retrocessos*. In X World Congress of Rural Sociology, Anais, Rio de Janeiro, 2000

agricultura orgânica e seu caráter familiar. De modo que a ampliação dos mercados abarcados pela agricultura orgânica não pode se dissociar da disseminação da concepção de desenvolvimento rural baseada na defesa da agricultura familiar, impactando o consumo de orgânicos para que o mesmo se baseie não apenas em um interesse específico com saúde ou meio ambiente, mas numa atitude consciente de apoio e defesa da agricultura familiar orgânica. Algo como um conjunto de valores que cumprissem, nos circuitos longos, o papel desempenhado pelas relações de solidariedade e confiança na consolidação dos circuitos curtos.

A certificação pode ser, assim, um instrumento nas mãos dos agricultores nesse projeto. Por outro lado, também apresenta-se como potencial instrumento de exclusão daqueles que não se adaptarem à padronização impostas pelos operadores externos. Os principais argumentos dos críticos mais severos da certificação centram-se nos perigos representados pela mesma à agricultura familiar orgânica:

O fundamento das críticas que eles [os segmentos mais críticos à certificação dos produtos orgânicos] dirigem à certificação decorre de enquetes consagradas ao desenvolvimento de novos circuitos impulsionados pelos grandes da distribuição nas zonas urbanas ou nos mercados internacionais. Eles constatam que a reabilitação dos produtos “coloniais” ou locais abre novas possibilidades de escoamento, mas argumentam que no mercado interior a certificação é apenas uma forma nova de integração contratual, particularmente perigosa para os pequenos agricultores familiares. Assim, para Meirelles (s.d.), “a certificação poderá ser um freio decisivo no processo de resgate do agricultor como sujeito de seu próprio desenvolvimento”. No curto prazo, a certificação conduziria, pouco a pouco, a agricultura familiar a ser eliminada de um mercado que ela, no entanto, criou. As exigências mercantis (estabilidade ou baixa de preços, regularidade no fornecimento e na entrega, reorientação periódica das produções, seleção e concorrência de produtores, concentração de zonas de produção etc.) e técnicas (normas sanitárias, orientação de investimentos, uniformização de *savoir-faire*), impostas através dos cahiers de charges (protocolos de normas),

excluiriam, por exemplo, definitivamente os agricultores tradicionais ou lhes conduziriam a uma extrema dependência. Esses fenômenos seriam amplificados se operadores internacionais, preocupados em responder às demandas específicas de certos países importadores e para certos produtos, introduzissem, em nome da identificação e da segurança alimentar, exigências particulares de técnicas ou organização do trabalho. Essas exigências poderiam conduzir à exclusão de certos produtores da AO nacional. Esses argumentos, já desenvolvidos para certos produtos de qualidade na Europa, juntam-se àqueles desenvolvidos por uma agricultura que se quer mais militante do que técnica. (BYÉ, SCHMIDT, 2001, 113/114)

Essas preocupações em torno da certificação dividem as opiniões, segundo os autores,

(...) entre aqueles que, realistas, defendem a certificação e aqueles que, mais ideológicos, denunciam suas derivas, o consenso reaparece sobre a necessidade de reconstruir simultaneamente e não sucessivamente sua organização produtiva, de um lado, e suas formas de reconhecimento social, de outro. A agricultura orgânica só pode, de fato, participar dos objetivos globais que lhe são atribuídos – defesa do meio ambiente, desenvolvimento sustentável e autonomia – se for capaz de dominar, por ela mesma (Byé, Schmidt et al., 2001), a construção de suas técnicas de produção e seus sistemas de reconhecimento exteriores. (BYÉ, SCHMIDT, 2001, 115)

Assim, podemos indicar a dimensão sociopolítica do projeto por trás da construção da Rede Ecovida de Agroecologia a partir da vinculação entre a mesma e os movimentos sociais e ONGs de desenvolvimento rural, particularmente na região Sul do Brasil. As experiências associativas da agricultura familiar a partir da assistência dessas ONGs repercutiram politicamente na legitimação de uma forma de avaliação da conformidade que viabilize o reconhecimento das características próprias dos seus produtos (ligadas às particularidades do

seu modelo produtivo e organização) e, ao mesmo tempo, possa integrar e viabilizar as outras atividades que compõe esse projeto (formação técnica/política, conscientização ambiental e construção de laços de proximidade e solidariedade entre os produtores e entre esses e os consumidores).

A defesa do Sistema Participativo de Garantia girou em torno da maior adequação desse ao princípio da horizontalidade das relações entre os atores implicados na produção, comercialização e consumo e na defesa da sua capacidade de construir seus próprios meios de gerar credibilidade quanto à conformidade dos produtos às práticas de manejo defendidas. Outro fator considerado importante foi a possibilidade de, no âmbito do SPG, avaliar não apenas critérios quantificáveis e inscritos em um protocolo padrão. Com esse sistema participativo, esperam poder avaliar a adequação aos princípios agroecológicos e fomentar, embasados na agricultura familiar agroecológica, a construção de relações mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, cultural e econômico. Nesse sentido, Luiz Carlos Rabelatto dos Santos afirma:

A Rede Ecovida definiu pela utilização da denominação “produto ecológico” em vez de “produto orgânico” por entender que desenvolve uma agricultura ecológica sob os princípios da agroecologia e não apenas uma agricultura de substituição de insumos (de químicos para orgânicos) cujos produtos também podem, segundo a legislação, receber a denominação “orgânico”. (SANTOS, 2002, 11)

A Rede Ecovida, então, se propõe como espaço de articulação entre agricultores familiares ecologistas organizados, assessoria e entusiastas de produtos ecológicos. A organização define princípios e objetivos gerais com o intuito de fortalecer a agroecologia em seus mais amplos aspectos, articulando seus membros e criando mecanismos de credibilidade e garantia dos seus processos produtivos. Seus princípios e objetivos são:

Ter na agroecologia a base para o desenvolvimento sustentável; Trabalhar com agricultores e agricultoras familiares e suas organizações; Ser orientada por normativa própria de funcionamento e de produção; Trabalhar na construção de mercado justo e solidário; Garantir

a qualidade através da certificação participativa.
(...)

Desenvolver e multiplicar as iniciativas agroecológicas; Incentivar o associativismo na produção e no consumo de produtos ecológicos; Gerar, articular e disponibilizar informações entre organizações e pessoas; Aproximar, de forma solidária, os agricultores e os consumidores; Ter uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade; Fomentar o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular. (SANTOS, 2002, 14)

A estrutura da Rede é composta por Núcleos; os quais coordenam o processo de certificação e as atividades da Rede na região. A esses núcleos são filiados os grupos de produtores, consumidores, ONGs e assessores. Os Núcleos são formados, minimamente, por uma coordenação, tesouraria e conselho de ética. A participação nas suas atividades se dá através de dois representantes por grupo. Temos ainda a Instância Plenária, composta por dois ou três membros de cada Núcleo, cujas atribuições giram em torno de preparar o Encontro Ampliado, encaminhar suas decisões e deliberar sobre os temas de caráter urgente. Por fim, temos a Coordenação da Rede, também chamada por Santos (2002) de Coordenação Política-Operacional, constituída a época por três representantes de cada estado do Sul, cuja função é representar a Rede nos mais diversos fóruns e encontros, bem como deliberar sobre os pontos em aberto ou indicados pelas instâncias subordinadas.

A Certificação Participativa em Rede, nome atribuído a essa forma de geração de credibilidade gestada na realidade da Rede Ecovida, se pretende intermediária entre a auto-certificação e a Certificação por Terceira Parte, pois, ao mesmo tempo em que fortalece a identidade dos atores envolvidos e sua organização em rede, insere o *olhar externo* através da participação de técnicos, consumidores e membros de outros grupos de agricultores nas visitas de verificação. A responsabilidade pela gestão do trabalho de certificação, dado o próprio modelo construído, é descentralizada e desenvolvida de forma autônoma em cada Núcleo. Com o reconhecimento mútuo entre os núcleos, seus membros utilizam-se da estrutura organizacional da Rede para circulação de mercadorias e troca de experiência. É interessante notar que o autor enfatiza que a adesão à Rede precede a certificação e que, assim, esse é um dispositivo à disposição dos membros da Rede e não um fim em si mesmo.

1.4 AGROECOLOGIA E MUDANÇA SOCIAL:

A concepção de desenvolvimento rural e o projeto vinculado à Rede Ecovida de Agroecologia tomam a Agroecologia como referência fundamental. Consequentemente, pensar o sentido das relações sociais estabelecidas no bojo dessa organização requer discutir o nexo entre Agroecologia e a nova concepção do desenvolvimento rural da qual falam Wanderley e Favareto (2013). Este termo multidimensional é por vezes desmembrado¹⁹ em Agroecologia como: a) disciplina científica (ou matriz disciplinar), b) conjunto de práticas agrícolas, ou c) movimento social. Eduardo Sevilla Guzmán e Graham Woodgate (2013), por outro lado, afirmam a inseparabilidade entre a prática da agroecologia, enquanto modo de produzir e resistência à modernização capitalista, e suas bases no pensamento social agrário. Da mesma forma, eles acreditam que tentativas de separar a agroecologia, enquanto ciência aplicada, do seu contexto de surgimento, da sua aliança com movimentos sociais e da crítica às relações capitalistas de produção limitarão significativamente seu potencial para contribuir com a criação de sistemas mais sustentáveis de produção, distribuição e consumo.

Nesse artigo de 2013, os dois estudiosos da agroecologia apontam correlações entre as teorias da modernização e as estratégias políticas e econômicas ligadas à Revolução Verde. De modo que não é coincidência que, com a explicitação das consequências indesejadas do processo de modernização baseado na industrialização e na adoção de pacotes tecnológicos dos países ricos (a partir dos anos 1960), se acirre a crítica, não só às políticas de desenvolvimento, mas também aos pressupostos das próprias teorias da modernização. Nesse contexto, a ideia de crise da modernidade e dos paradigmas sociológicos criados ao redor da mesma impõe a necessidade de revisão dos pressupostos teóricos da sociologia. Consequentemente, a teoria sociológica contemporânea é marcada por tentativas diversas de repensar a relação entre estrutura e ação social.

A sociologia ambiental exemplifica esse movimento ao buscar entender a relação entre seres humanos e natureza a partir de enfoques que consideram a interação entre estrutura e ação social na manutenção/reprodução e na transformação de formas de organização.

¹⁹ Wezel A, Bellon S, Doré T, Francis C, Vallod D, David C. 2009. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development* 29: 503–515.

Indo além, a sociologia ambiental, ao considerar a questão dos limites ecológicos ao desenvolvimento, enfatiza um ponto negligenciado pela teoria sociológica até a segunda metade do século XX: a co-evolução entre sistemas sociais e ambientais, enfatizando a interdependência entre mudanças sociais e ambientais. Se, por um lado, o reconhecimento da crise socioambiental e do seu caráter co-evolutivo impõe a necessidade de repensar nossas relações sociais de produção, distribuição e consumo; a crítica advinda da ideia de “dívida ecológica” diante do uso excessivo e desproporcional dos recursos da Terra pelos países capitalistas avançados, por outro, realça a interconexão entre justiça ambiental e social em nível global (MARTÍNEZ ALIER, 2002).

Nesse contexto se constitui a perspectiva sociopolítica da Agroecologia, bebendo nas fontes da teoria social crítica ligada aos movimentos de resistência ao avanço capitalista (especialmente os rurais) desde o Narodnismo²⁰, Anarquismo, Marxismo, até os estudos camponeses, teorias do pós-desenvolvimento e sociologia ambiental. Da leitura do artigo de Sevilla Guzmán e Woodgate pode-se extrair o argumento central de que as estratégias de desenvolvimento não podem ser dissociadas das teorias sociológicas nas quais são embasadas explícita ou implicitamente. De modo que, com a crise das políticas de desenvolvimento, ganha força o questionamento das mesmas e, ao mesmo tempo, das suas bases teóricas e ideológicas. Igualmente, à defesa de novas políticas de desenvolvimento se vincula indissociavelmente um conjunto diferente de pressupostos teórico-metodológicos. De modo que, nesse contexto, não podemos entender o aspecto técnico-produtivo da agroecologia sem referência a sua dimensão teórica e política.

O projeto de modernização agrícola, que informou as políticas públicas a partir dos anos 1960 no Brasil, é tributário de um modelo de desenvolvimento que caracteriza o rural como um espaço de estagnação, atraso e propõe como caminho para seu progresso a industrialização: tanto na estruturação produtiva que busca, cada vez mais, se desvincular das restrições e possibilidades oferecidas pelo ecossistema local, obedecendo a uma lógica própria muito mais sintonizada com as relações mercantis e com o setor industrial; quanto no aporte, cada vez maior, de insumos de origem industrial no processo produtivo agrícola.

²⁰ Considerada por Sevilla Guzmán (2006) como a primeira corrente de pensamento dentro da antiga tradição dos estudos camponeses.

Sevilla Guzmán, Eduardo. *De la sociología rural a la agroecología*. Barcelona: Icaria Editorial. 2006.

Desse modo, com a legitimação oferecida pelas correntes teóricas hegemônicas na sociologia e ciências agrárias, as políticas públicas promulgaram o setor empresarial como protagonista do processo de modernização no campo e favoreceram uma reestruturação produtiva/distributiva que agravou as desigualdades sociais e a degradação ambiental.

Paulo Petersen (2013) traça o surgimento da perspectiva agroecológica na academia a partir da interação entre segmentos da pesquisa em Ecologia voltados à prática agrícola e segmentos da pesquisa Agronômica preocupados com a inserção dos cultivos no ecossistema circundante. A Agroecologia ganha força, então, a partir da popularização da crítica às externalidades negativas (em âmbitos como meio ambiente, saúde, demografia, cultura e economia) associadas ao modelo de desenvolvimento rural difundido através da Revolução Verde. Para o autor:

O princípio fundador do enfoque agroecológico se baseia na manutenção e no manejo de agroecossistemas biodiversificados, nos quais são promovidos efeitos de sinergia e sincronia entre componentes e subsistemas, gerando crescentes níveis de autonomia técnica, estabilidade produtiva e resiliência ecológica (PETERSEN, 2013, 84)

A partir de Ploeg, o autor sugere investigar os matizes e as formas de *mercantilização* (ou inserção no ciclo de reprodução do capital) dos agroecossistemas de gestão familiar, enfatizando as diferentes formas de resistência e luta orientadas a explorar as margens de manobra para aumentar os níveis de autonomia, de renda e de dignidade diante de contextos sociopolíticos e econômicos adversos que condenam esses atores à subordinação. Dessa forma busca superar as limitações inerentes a uma interpretação da condição camponesa como subordinação ao capital que sugere uma adaptação passiva ao movimento de expansão capitalista. Pelo contrário, essa nova perspectiva permite enxergar, na trajetória desses movimentos de resistência e luta camponesa caracterizados por Ploeg como *recampesinização*, práticas que representam fenômenos de *transição agroecológica* ou de *ecologização da agricultura* através da introdução de práticas inovadoras e alternativas, mais respeitosas com o ambiente.

O autor resume os níveis nos quais esse processo de *ecologização* se desenrola, com base em Stephan Gliessman: o primeiro é caracterizado pela profissionalização e racionalização da atividade, com aumento de eficiência e redução de desperdício, a seguir vem a substituição de insumos e de práticas convencionais por práticas alternativas. A etapa final se basearia na co-construção dos agroecossistemas em consonância com os processos ecológicos. A partir da introdução de um quarto nível na transição agroecológica, Gliessman e colegas (2007) apontam a importância da mudança de ética e de valores do conjunto da sociedade para a mudança do padrão agroalimentar com o intuito de promover relações ecossociais sustentáveis em escalas que extrapolem a unidade familiar ou grupos locais. Nesse sentido, Petersen (2013) enfatiza a dimensão política das estratégias de transição agroecológica no sentido da construção de novas políticas públicas e novos arranjos institucionais capazes de fomentar e dar sustentação à *cultura da sustentabilidade* da qual fala Gliessman.

O caráter incipiente da Agroecologia²¹ e sua configuração enquanto projeto descentralizado, focado no protagonismo dos atores locais, ficam claros na linguagem de Sevilla Guzmán (s/d), que, ao tratar das experiências associativas/produativas que tomam a Agroecologia como princípio, afirma que elas parecem mostrar a emergência de um novo modelo de desenvolvimento rural, cujos traços mais marcantes nos casos pesquisados por ele na Europa são:

- a) endogeneidade; b) geração de redes solidárias em diversos níveis; c) geração de circuitos e mercados alternativos; d) diversificação da produção e circulação; e) geração de uma nova eficiência “técnicoambiental” baseada no conhecimento e nos métodos de ação participativa de natureza local. (SEVILLA GUZMÁN, s/d, 19)

Segundo Cleber José Bosetti, a dimensão técnico-científica da agroecologia se traduz em uma forma de produzir:

- (...) pensada em função das necessidades locais e em consonância com a dinâmica ecológica, diferentemente da agricultura produtivista que se pauta unilateralmente na busca pela expansão da

²¹ Condizente com seu curto tempo de existência como referencial produtivo.

produtividade visando o lucro e a acumulação imediata. (BOSETTI, 2013, 160)

Nesse sentido, a agroecologia é constitui parte de um projeto político de desenvolvimento rural que se propõe alternativo ao modelo hegemônico. Assim, busca novos arranjos sociais visando aumento na autonomia dos agricultores, com a redução da dependência dos mesmos em relação aos recursos externos (especialmente a indústria) e maior utilização dos recursos locais. Bosetti afirma, ainda, que a dificuldade de inserção e sustentação na lógica produtivista impulsiona tais segmentos à valorização dos recursos que possuem na propriedade. E lembra, na nota de rodapé da mesma página, que a agroecologia não constitui uma prática consolidada, mas sim um projeto de desenvolvimento rural.

1.4.1 Sistema Participativo de Garantia e Transição Agroecológica:

É a partir desse projeto agroecológico, por vezes expresso na noção de transição agroecológica, que o Sistema Participativo de Garantia é empunhado como o caminho mais adequado para certificação da agricultura familiar agroecológica. Para Claudia Job Schmitt, o conceito de Transição Agroecológica “atua simultaneamente como uma referência de análise, capaz de gerar questões e hipóteses de pesquisa, e como uma ferramenta na tomada de decisões em processos concretos de intervenção” (SCHMITT, s/d, 1). Nesse sentido, os agricultores familiares podem lidar com as exigências mercantis institucionalizadas através do SisOrg a partir dos seus recursos próprios, especialmente as estruturas organizativas e sua capacidade de mobilização. Mais ainda, podem aglutinar valores simbólicos ao selo que extrapolam a conformidade às normas legais de produção orgânica, como o modo de vida rural e o trabalho do “autêntico” agricultor familiar. De modo que o funcionamento do SPG, por um lado, depende da articulação e relações de confiança e reciprocidade já existentes entre os atores envolvidos. Por outro, pode fortalecer as instituições e organizações criadas por esses atores e a articulação entre as mesmas ao possibilitar o intercâmbio e contato necessários à construção das inovações almejadas no contexto de uma transição agroecológica.

Para Camargo (2015), foi a partir da ação de empreendedores (ONGs de Desenvolvimento Rural) preocupados com a exclusão de agricultores familiares do mercado de produtos orgânicos certificados que institucionalizaram uma tecnologia social de certificação participativa que também reduz as assimetrias de informação e com isso

os custos de transação sem a necessidade de uma terceira parte externa. Camargo sugere, então, que a cooperação imposta por uma terceira parte externa à comunidade tende a se dissipar, enquanto as normas sociais compartilhadas, por sua vez, geram monitoramento coletivo e a possibilidade de sanção às não conformidades pelos próprios usuários das normas. Dessa forma, tendem a gerar mais cooperação entre os agentes.

Camargo associa o capital social, referente às normas, instituições e organizações envolvidas na promoção de confiança e cooperação entre as pessoas, às estruturas de reciprocidade que já existem dentro do universo camponês. Dessa forma, indica que o funcionamento do SPG e o cumprimento da função do mesmo em garantir a qualidade orgânica do produto dependem da existência de capital social consolidado, ou seja, estruturas prévias de confiança e reciprocidade entre os atores envolvidos.

De acordo com Eric Sabourin (2015), por outro lado, o reconhecimento institucional ou público dos dispositivos de manejo partilhado de recursos baseados em relações de reciprocidade pode contribuir com a perenidade dessas estruturas. Nesse sentido, seguindo Camargo, podemos enxergar a gestão dos SPGs como a gestão de um bem comum e entender o reconhecimento da qualidade do produto agroecológico através do selo próprio como um recurso comum e o SPG como o dispositivo criado pelos agricultores associados para manejar de forma partilhada esse recurso. Por essa perspectiva, o argumento de Sabourin apontaria a importância do reconhecimento estatal do SPG na consolidação desse sistema e, conseqüentemente, das relações sociais de produção, distribuição e consumo correlacionadas. De modo que, o reconhecimento dessas estruturas de reciprocidade por parte do Estado e de outros atores sociais é posterior a criação das mesmas (e, de certo modo, consequência delas), porém contribui com seu processo de desenvolvimento e consolidação.

Partindo das contribuições de Ostrom e, principalmente, Sabourin, Camargo aponta, então, o papel das relações de reciprocidade entre os agricultores dentro do mesmo grupo para reforçar a identidade de grupo e manter a homogeneidade do mesmo. Na mesma linha, afirma a contribuição do olhar externo (de representantes de outros grupos de agricultores da mesma Rede e, também, de técnicos e consumidores) na consolidação de laços entre o grupo e os atores externos, aumentando a confiança no SPG e reduzindo as assimetrias de informação.

A partir do referencial teórico da agroecologia, por sua vez, o SPG aparece como uma ferramenta que cumpre múltiplas funções no

projeto agroecológico, especialmente no sentido de reconhecimento social e construção de estruturas organizativas que contribuem, também, para a troca de experiências e conhecimentos técnicos, sementes, receitas etc. Assim, o SPG desempenha uma função tanto a) na promoção dos produtos ecológicos e na construção de mercados quanto b) na consolidação das organizações de produtores ecológicos e desenvolvimento técnico dos integrantes do sistema.

Para Cuéllar Padilla (2009), esses dois âmbitos do SPG no contexto do processo de transição agroecológica dizem respeito, por um lado, aos elementos que um sistema de garantia precisa considerar para fomentar processos de mudança social agroecológica, e, por outro lado, àqueles que permitiram construir a confiabilidade necessária à garantia da qualidade desses produtos. Dessa forma, a questão fundamental, para a autora, se encontra nos valores que embasam as formas de organização e interação entre produção e consumo. Nesse sentido, se não existe sentimento de pertencimento e esses processos são protagonizados por pessoas motivadas por valores individuais, a certificação por auditoria é mais apropriada. Por outro lado,

(...) si se fomentan otro tipo de relaciones y de estructuras de tipo solidario, el mecanismo de la confianza podrá basarse en procedimientos endógenos y propios de los territorios y las colectividades implicadas, recuperando la capacidad intrínseca de establecer procesos sistemáticos de control social comunitario. A través de la sistematización de estas relaciones, se podrá extrapolar la garantía hacia fuera del territorio o grupo. (CUÉLLAR-PADILLA, 2009, 83)

O SPG, baseado nessa concepção,

(...) incorpora as seguintes características ao processo:

a. Reduce las dependencias de los grupos productores ecológicos de fuerzas y actores externos al territorio, esto es, de las entidades de certificación.

b. Convierte la generación de confianza en un proceso que fomenta la autonomía y la capacidad de decisión endógena al grupo y al territorio.

c. Promueve de forma importante los procesos colectivos y asociativos en los territorios, entre grupos productores y con consumidores. En este sentido, se favorecen los circuitos directos y/o cortos de comercialización de los productos ecológicos.

d. Favorece un nivel elevado de redistribución de poder entre las personas miembro de los grupos implicados, lo cual se traduce en un fomento importante de la equidad. (CUÉLLAR-PADILLA, 2009, 83)

Entendido dessa forma, o SPG constitui um modo agroecológico de ver a geração de confiança na conformidade com o manejo proposto e deve ser concebido entre os mecanismos de mudança social agroecológica. Ou seja, os objetivos propostos não podem ser atingidos com o estabelecimento de mecanismos de garantia participativos através de imposição vertical a grupos produtores e consumidores, como receitas prontas para serem aprendidas e aplicadas.

1.4.2 Projeto da Rede Ecovida de Agroecologia e Sistema Participativo de Garantia:

Marcelo Passos e Katya R. Isaguirre-Torres retomam o processo de criação da Rede Ecovida de Agroecologia (cujo primeiro nome foi Rede Ecovida de Certificação Participativa) da reação de atores sociais contrários à proposta governamental de regulamentação da certificação da produção orgânica. A partir do ano 2000, com o II Encontro da Rede, que já se estendia por todos os estados do Sul do Brasil, a mudança do nome para Rede Ecovida de Agroecologia representou a ampliação da sua perspectiva, extrapolando sua proposta além das ações relacionadas estritamente à certificação de produtos orgânicos. Assumiram a Agroecologia, assim, como um conjunto de práticas sustentáveis, de canais alternativos de comercialização, conformando uma estratégia de ação política para a agricultura familiar. Nesse sentido é bem representativa a missão assumida pela Rede no seu Caderno de Formação n° 1 e reproduzida pelos autores: “ser um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada povo” (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2007, 14).

Dessa forma, a agroecologia assume um caráter estratégico na constituição da *identidade de projeto* da Rede Ecovida. Oscar José Rover (2011) aponta, nesse sentido, a convergência das organizações e movimentos que originam a Rede Ecovida de Agroecologia em torno de uma proposta de desenvolvimento que se apresenta antagônica ao modelo hegemônico baseado no crescimento produtivo a qualquer custo. A definição de Agroecologia presente no Caderno de Formação nº 1 da Rede Ecovida, de 2007, reproduzida por Perez-Cassarino, é emblemática e confirma a ambição de intervir na sociedade de forma mais ampla:

(...) processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os agricultores (as) possam desenvolver suas atividades sem agredir o meio ambiente, tornando independentes dos “pacotes tecnológicos” com seus caros e degradantes insumos industriais, visando não somente as sobras financeiras, mas principalmente qualidade de vida. É a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados, onde (os) trabalhadores (as) assumem o protagonismo maior e aumentam seu poder de intervenção na sociedade de forma organizada (CEPAGRI, 1998 apud REDE ECOVIDA, 2007a, p. 25). (PEREZ-CASSARINO, 2012, 201)

A proposta em torno da qual se desenvolve a Rede Ecovida promove um modelo que busque desconcentração de renda e população, respeito à diversidade e participação efetiva das populações interessadas na determinação das políticas públicas. Nesse sentido, e diante da heterogeneidade dos atores envolvidos, Rover aponta que algumas experiências se direcionaram ao “micro, específico, imediato, apesar de muitas organizações manterem uma visão estratégica para transformação” do modelo hegemônico. A constituição de redes aparece, então, como “uma perspectiva de superação da condição difusa da ação de cada organização ou movimento em particular” (ROVER, 2011, 59).

A defesa desse projeto se dá em contraposição à possibilidade de uma institucionalização da agricultura orgânica na qual os produtores e

consumidores sejam relegados a uma posição passiva frente aos atores sociais mais capitalizados (órgãos reguladores, empresas produtoras de insumos e grandes superfícies atacadistas e varejistas) e a organização da produção, distribuição e comércio seja determinada pelos interesses desses agentes consolidados através de mercados mais amplos, de forma semelhante à trajetória do projeto de Modernização Conservadora. O caráter propositivo e a defesa de um projeto de desenvolvimento cuja base é a consolidação do protagonismo dos atores locais e uma concepção mais ampla de produção ecológica ficam evidentes no trecho do site da Rede Ecovida de Agroecologia reproduzido por Rover:

Não podemos repetir os erros do passado recente, ou seja, sair da ditadura dos químicos para outra ditadura, a dos orgânicos e nos deixarmos conduzir, apenas pela ótica do mercado. Dessa forma, os mesmos que exploram poluindo e contaminando com os agrotóxicos, continuarão explorando com a venda de insumos orgânicos e comprando produtos em nome do desenvolvimento sustentável. Sair dessa ciranda significa construir um caminho próprio e fazer dele um projeto de vida para agora e para as próximas gerações (Ecovida Online, 2011). (ROVER, 2011, 60)

A seguir, o autor sintetiza sua compreensão do projeto e das condições de realização dele, afirmando que a Rede Ecovida:

(...) produz resistências e enfrentamentos com o modo de produção agroquímico/convencional, com as formas de organização verticalizadas/diretivas, com mecanismos de comercialização que afastam quem produz de quem consome e que geram um distanciamento e alienação a respeito das dinâmicas produtivas. Ela usa os instrumentais que o sistema hegemônico disponibiliza, mas busca produzir a fala nova, da institucionalidade nova, de arranjos instrumentais que permitirão inserir cunhas nas brechas do sistema, alargando as possibilidades de sua transformação através de processos heterogêneos. A autonomia defendida no contexto da Rede Ecovida expressa uma condição radical de busca

por autodeterminação dos agricultores familiares e de suas organizações e movimentos. (ROVER, 2011, 62)

Para Rover (2011), O ambiente organizativo da Rede expressa uma perspectiva múltipla que, embora busque orientações comuns entre seus membros, evita reproduzir uma lógica de controle centralizada.

1.4.3 Sistema Participativo de Garantia e Mercados diante do Projeto Agroecológico:

O Sistema Participativo de Garantia pode, então, ser compreendido na sua vinculação a um projeto que toma a agricultura orgânica como meio para alcançar mudanças sociais a partir da noção de Transição Agroecológica. Nesse sentido, as relações sociais constituídas no bojo desse sistema manifestam os conflitos entre os objetivos de longo prazo vinculados a criação de uma nova ruralidade e os objetivos de curto prazo, que dizem respeito principalmente ao retorno econômico imediato e à manutenção das condições de vida dos produtores vinculados ao SPG e, conseqüentemente, do próprio sistema. Nesse sentido, Guilherme Francisco Waterloo Radomsky, afirma a dificuldade observada na consecução dos objetivos relacionados ao SPG devido à

(...) justaposição de circuitos econômicos, em que uma economia de dádiva pode preponderar (apenas) no interior da rede. Porém se torna imprescindível interagir com os circuitos de mercados circundantes cuja simbólica imanente e sua força é conseguir trazer para o interior da rede a lógica de uma mercadoria-símbolo, chancelada pelo selo. (RADOMSKY, 2009, 137)

Esse desafio em relação às regras (gramáticas) que conformam o regime sociotécnico dominante, (..) incorporadas aos processos produtivos, às práticas dos atores, também é apontado por Claudia Job Schmitt e Catia Grisa (2013). Segundo as autoras, os mercados de nicho são espaços protegidos nos quais as inovações podem ser gestadas e, caso bem-sucedidas, contribuir para mudanças em nível de regime. Essas mudanças mais abrangentes, entretanto, dependem também de outros fatores; entre os quais se encontra a emergência de um conjunto de valores em torno da sustentabilidade. Nesse sentido, a participação nesses mercados figura como uma dentre várias outras ações

necessárias, em diferentes níveis, para promoção de uma agricultura ecológica.

Dessa forma, as relações comerciais se revelam uma dimensão relevante da trajetória de consolidação do SPG e do projeto agroecológico no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia; mais especificamente a forma como elas são (re)produzidas através das ações dos atores sociais envolvidos com a Agroecologia e as implicações do SPG na conformação dessas relações. Nesse sentido é pertinente retomar o debate sobre a *convencionalização*²² da produção de alimentos orgânicos. Esse processo se refere à crescente participação de empresas privadas na agricultura orgânica com a apropriação dos princípios agroecológicos enquanto técnicas produtivas; geralmente associada à especialização produtiva, aumento da escala, substituição de insumos. No plano político, esse processo é marcado pela proliferação de organismos certificadores, reposicionamento dos mediadores políticos e aumento da participação das grandes redes varejistas na distribuição desses alimentos.

Paulo André Niederle e Luciano de Almeida (2013) argumentam, entretanto, que em face da pluralidade e heterogeneidade do rural brasileiro e da diversidade de *estilos de agricultura* (presente inclusive no segmento agrupado pela denominação *agricultura orgânica*) assiste-se a diversificação e segmentação dos canais de comercialização, cada qual impondo um conjunto de exigências específicas aos produtores. Esses canais de comercialização dizem respeito aos mercados instituídos em torno de conjuntos de valores a partir da redefinição do conteúdo das relações econômicas.

A principal questão que impulsionou o debate que embasa a construção desses mercados diz respeito à regulamentação do uso de agrotóxicos. Essa crítica partilha de valores que estão na base da agroecologia, porém pode contribuir para a convencionalização do mercado a partir do momento que se limita à preocupação com a inocuidade dos produtos ao consumidor final ou à simples substituição de insumos sintéticos por aqueles denominados *orgânicos*. Para eles, a qualidade atribuída aos produtos agroecológicos é uma construção social que envolve, mais do que o controle de técnicas produtivas, a manipulação de signos culturais. De modo que as mudanças nas relações

²² Esse conceito é trabalhado por diversos autores a respeito da trajetória da produção de alimentos orgânicos em outros países. Além daqueles já citados por Niederle e Almeida (2013), vale indicar o artigo de JAFFEE e HOWARD (2009).

de produção e consumo que caracterizam o processo de convencionalização do segmento de orgânicos são associadas ao discurso que significa o produto com referência aos valores centrados em saúde e sanidade ao invés do seu papel na manutenção da agricultura familiar, produção diversificada, coprodução entre humanidade e natureza, bem-estar animal, consumo politizado, etc.

Essas mudanças estão associadas à emergência de intermediários culturais que veiculam, especialmente através da grande mídia, representações específicas dos produtos de qualidade diferenciada. Esses, por sua vez, são legitimados por sistemas peritos materializados nos mecanismos de certificação que definem a qualidade como uma propriedade do produto, alcançada através da observação de atributos objetivos passíveis de codificação e mensuração.

A lógica na qual se assenta a crítica desse processo, por outro lado, vê a qualidade do produto na satisfação de um valor compartilhado por produtor e consumidor. Desse modo essa qualidade construída socialmente é expressada através de selos e certificados variados ou, no caso da venda direta, pelas relações de confiança e reciprocidade derivadas da recorrência das transações econômicas. De forma que esses diferentes arranjos de valores embasam os diferentes sistemas de certificação e condicionam suas lógicas de funcionamento, objetivos e mecanismos próprios. Como resultado observamos uma diferenciação quanto aos canais de comercialização percorridos pelos produtos cuja qualidade é garantida através de diferentes mecanismos. Os significados atribuídos à qualidade específica desses produtos também diferem a partir do sistema de certificação.

O caso dos produtos orgânicos ou agroecológicos, entretanto, é emblemático por se tratar de uma sobreposição de redes sociais constituídas com bases em arranjos muitas vezes conflitantes de valores ambientais, sociais, econômicos e técnicos, dando origem a lógicas híbridas de produção e consumo. Essa hibridização fica evidente em sistemas produtivos certificados pelos dois sistemas (auditoria e participativo), com a circulação dos produtos agroecológicos em diferentes mercados, por intermédio de distintos atores e carregando consigo valores contraditórios. Assim, a institucionalização do vínculo entre produtor e consumidor através do selo indicativo de um padrão produtivo determinado e de uma qualidade pensada em função de um conjunto de atributos objetivos do produto contraria uma concepção mais ampla de agroecologia.

Os SPGs atuam parcialmente no desafio de criar dispositivos culturais para o reconhecimento da qualidade agroecológica (no sentido

mais amplo) na medida em que buscam integrar “dimensões de artesanidade, tradição, saber-fazer e localidade aos sistemas agroecológicos. Mesmo assim, é evidente a impossibilidade de transferir a um selo a amplitude de valores que esses alimentos carregam” (NIEDERLE, ALMEIDA, 2013, 39). Nesse sentido, se por um lado, o interesse crescente dos setores agroindustriais de grande porte pela lucratividade e crescimento apresentados por esse mercado parece indicar uma trajetória de convencionalização; o cenário é complexificado pelas especificidades do contexto brasileiro, como a organização e atuação política dos atores sociais ligados à agricultura familiar agroecológica e a própria magnitude assumida pelos Sistemas Participativos de Garantia. Diante desse contexto, a disputa entre os segmentos mais capitalizados e menos capitalizados, a partir de suas perspectivas de desenvolvimento, se expressa fortemente nos debates em torno da regularização da produção de insumos para a produção orgânica. A partir das pressões exercidas por corporações da indústria química e empresas especializadas na produção orgânica intensiva e em larga escala, novos insumos são aprovados para a produção orgânica. Dessa forma, abrem mão dos preceitos teóricos da agroecologia em favor da manutenção de altos níveis de produtividade a curto prazo.

Frente a esse cenário, o reconhecimento legal do Sistema Participativo de Garantia constitui um passo importante na consecução dos objetivos do projeto agroecológico em torno do qual se congregaram os membros da Rede Ecovida de Agroecologia. Entretanto, esse mecanismo sozinho não é capaz de impedir a exclusão dos agricultores familiares de um mercado de orgânicos no qual a qualidade diferenciada dos produtos é um atributo *objetivo* do mesmo. Seu potencial inovador reside justamente na utilização do mesmo como uma ferramenta no desenvolvimento de mecanismos de comercialização próprios da agricultura familiar, pautados em valores socioambientais compartilhados pelos atores envolvidos. Assim, explorar as possibilidades oferecidas pelo SPG no fortalecimento da participação e autonomia dos produtores e na promoção de agroecossistemas diversificados e resilientes como forma de fortalecer os circuitos curtos de comercialização e uma relação produtor/consumidor que extrapole os limites de uma mera troca de produto por dinheiro aparece como estratégia de resistência/alternativa à concorrência com o agronegócio orgânico.

Segundo Perez-Cassarino (2012), essa perspectiva na relação com os mercados está incorporada à própria dinâmica de organização e funcionamento da Rede Ecovida, que estabelece como critério para

participação e certificação na Rede Ecovida a construção de formas alternativas de mercado. Essa perspectiva se traduz, então, em alguns princípios, tais quais: prática de preços justos como forma de possibilitar o acesso de toda a população aos produtos ecológicos e priorização das formas de venda direta, buscando reduzir o número de intermediários.

1.4.4 Apicultura e Projeto Agroecológico:

A seguir, busco indicar como a apicultura também é marcada por características que a tornam interessante à agricultura familiar, particularmente quando integrada num projeto de desenvolvimento alternativo. De início, podemos afirmar que garantir a continuidade das abelhas, particularmente as do gênero *Apis*, se mostra de grande interesse para a humanidade, pois essas constituem o principal grupo de polinização zoófila das angiospermas, fundamentais na alimentação humana e de outros animais (DA SILVA, 2004).

Nesse sentido, a apicultura desponta como atividade de grande valor no contexto do projeto agroecológico devido a necessidade de proteger esses insetos das condições ambientais adversas resultantes das práticas produtivas convencionais: as abelhas são polinizadoras naturais atraídas por todo tipo de flor que produza pólen e néctar ou por outras substâncias açucaradas. Dessa forma, a disponibilidade de matéria prima contaminada pode resultar em resíduos nos produtos apícolas. A vulnerabilidade das abelhas à contaminação por agrotóxicos e metais pesados, no entanto, não é o único fator que estimula a adoção de um manejo ecológico. As próprias características dessa atividade, adaptada à pequena propriedade familiar e baseada largamente na utilização de recursos locais, fazem dela uma candidata ideal para participar, entre outras atividades produtivas, do desenvolvimento de agroecossistemas resilientes.

Diante da minha intenção de investigar o Sistema Participativo de Garantia para certificação de mel e sua articulação com o projeto agroecológico cabe, antes, refletir sobre como a apicultura se integra ao último. A seguir faço algumas considerações nesse sentido, com base no texto “*Sistemas apícolas como herramienta de diseño de métodos agroecológicos de desarrollo endógeno en Brasil*”. Esse artigo de Luis Fernando Wolff e Eduardo Sevilla Guzmán, publicado em 2012, relata a experiência de investigação participativa em sistemas apícolas ligados à agroecologia no Sul do Rio Grande do Sul durante a pesquisa de doutorado de Wolff. Nele, os autores enfatizam o interesse do desenvolvimento de sistemas apícolas na perspectiva do

desenvolvimento endógeno ligado ao projeto agroecológico. Com base nesse contexto agroecológico, podemos pensar o estilo de manejo, ampliando a dimensão técnico/produzitiva, na qual se move a apicultura, em uma estratégia econômica, sociocultural e política. A partir de entrevistas com apicultores e meliponicultores agroecológicos no Rio Grande do Sul, os autores afirmam a importância desempenhada pela criação de abelhas em múltiplas dimensões, especialmente na promoção da segurança alimentar e como fonte de renda.

Os autores apontam a percepção dos apicultores estudados por eles, para quem os sistemas apícolas desempenham um papel importante, para além do serviço de polinização e renda proveniente da venda dos apiderivados, por sua influência sobre os sistemas de participação, organização, empoderamento e credibilidade. Tomando como exemplo o projeto Rede de Investigação Participativa para a Transição Agroecológica, desenvolvido através de parceria entre EMBRAPA e outras instituições do sul do Rio Grande do Sul, os autores confirmam o argumento segundo o qual os movimentos sociais promovem “solidariedade e coesão social, e se convertem em forças que condicionam globalmente o campo de poderes e impactos políticos macro-institucionais”, contribuindo com o projeto político de reorientação da “economia para um desenvolvimento endógeno” (WOLFF, SEVILLA GUZMÁN, 2012, 130, tradução própria). Sem dúvida devemos considerar também a importância da articulação entre essas organizações e a pesquisa e extensão rural estatal.

Esses autores salientam a importância da participação e horizontalidade no processo deliberativo, de modo a incluir e validar as técnicas de produção provenientes do conhecimento local, na consolidação do projeto político voltado à transição agroecológica e na obtenção de resultados positivos na investigação/extensão, caracterizada como:

processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitem o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leva a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério

para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas no seu manejo. (WOLFF, SEVILLA GUZMÁN, 2012, 128/129, tradução própria)

Nesse sentido, reafirmam as múltiplas dimensões por trás da proposta de desenvolvimento rural que subjaz sua concepção Agroecológica, ao indicar a importância dos sistemas apícolas no desenvolvimento de agroecossistemas inclusive quando o retorno econômico vinculado à atividade não é muito significativo. Os sistemas apícolas, nesse contexto, repercutem nas dimensões cultural (revalorização dos saberes associados à cultura local), ambiental (incremento da biodiversidade de cultivos e mata nativa) e social (ao possibilitar articulação dos movimentos sociais com outros atores sociais envolvidos com a produção, extensão, pesquisa e consumo dos produtos ecológicos, contribuindo para o desenvolvimento de estruturas organizativas alternativas²³). Nesse sentido, a correlação entre apicultura e agricultura familiar²⁴ (IBGE, 2006) e a vantagem desempenhada pelo associativismo na capacidade competitiva dos apicultores²⁵ também apontam a adequação dessa atividade aos objetivos vinculados ao projeto agroecológico.

²³ A ampliação do associativismo com a mobilização dos produtores (e outros atores envolvidos com a cadeia produtiva dos produtos ecológicos) contribui para o desenvolvimento de “*sistemas agroalimentares locais*” (WOLFF, SEVILLA GUZMÁN, 2012, 128/129, tradução própria, grifo do autor).

²⁴ Segundo números (que serão apresentados no próximo capítulo) da tabela 2441 do Censo Agropecuário de 2006, que classifica os estabelecimentos agropecuários como agricultura familiar ou agricultura não-familiar segundo a definição de Agricultor Familiar da Lei n. 11.326/2006. A tabela 3449 do mesmo Censo é semelhante, porém baseada na definição de Agricultura Familiar da FAO. Ambas, entretanto, indicam a predominância da agricultura familiar na apicultura brasileira no geral.

²⁵ LENGLER, L.; RATHMANN, R. 2006. Assimetria de relacionamentos na cadeia apícola do Rio Grande do Sul. Revista FAE. Curitiba, 9, 2: 51-62.

2 DA APICULTURA ORGÂNICA AO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA DO MEL

A seguir, apresentarei a construção do meu objeto de estudo, evidenciando os elementos da realidade social que orientaram a investigação, a partir da definição da problemática e dos objetivos da pesquisa. Para tanto, esse capítulo contém três momentos: 1) Percurso metodológico, no qual apresento concisamente um panorama sobre a apicultura catarinense, com foco na apicultura orgânica certificada e, então, indico a trajetória através da qual defini problema, objeto e objetivos do trabalho. Por fim, descrevo de forma concisa o trabalho de campo. 2) Contexto apícola no Planalto Norte, no qual apresento características da apicultura desenvolvida na região evidenciadas no trabalho de campo, com ênfase na apicultura orgânica certificada, e busco reconstruir a história da concepção e implementação do entreposto de mel e cera de abelhas em São Bento do Sul. 3) Certificação do mel na Rede Ecovida de Agroecologia: nesse último trecho, apresento o Núcleo Planalto Norte da Rede Ecovida, o Sistema Participativo de Garantia e os grupos de apicultores certificados através do mesmo. Ênfase é dada, nesse momento, ao papel da Associação Hortibento na certificação do mel e na gestão do entreposto.

2.1 PERCURSO METODOLÓGICO:

Apicultura é o termo utilizado para designar “a arte de criação de abelhas de gênero *Apis* (Hym. Apidae) para a obtenção de um ou mais produtos de seu trabalho, enumerando-se aqui a polinização, a produção de mel, cera, pólen, própolis, geléia real, apitoxina, entre outros” (SCHAFASCHEK, 2005, 17). Segundo Tânia Schafaschek, os pioneiros na apicultura brasileira são os padres. Embora haja dissenso quanto aos períodos e rotas seguidas pela apicultura emergente, algumas versões apontam para um início tão antigo quanto o século XVII.

Lidando com a mesma dificuldade, Leonardo Silva (2016) afirma, em sua dissertação de mestrado, que a história social do cultivo de abelhas produtoras de méis no Brasil ainda está por ser escrita. Entretanto, com base nos relatos produzidos por agentes do próprio campo, o autor traça um esboço dos momentos mais importantes do desenvolvimento da apicultura profissional no país, com atenção especial ao estado de Santa Catarina.

Fazendo eco a Tânia Schafaschek (2005), Silva afirma que os relatos mais antigos de criação de abelhas do gênero *Apis* no Brasil

remontam ao século XVII. Segundo ele, em 1839 o Padre Jesuíta Antônio Carneiro Aureliano obteve uma autorização de D. Pedro II com base na qual trouxe de Portugal algumas famílias de *Apis mellifera mellifera* e, com elas, as estruturas materiais e simbólicas próprias da apicultura tradicional, construídas séculos antes na Europa. O processo de assimilação dessas estruturas, por um lado, permitiu o desenvolvimento inicial da apicultura no país e, por outro, restringiu a propagação de uma forma distinta de criação de abelhas produtoras de méis, ou seja, a meliponicultura. Em Santa Catarina, as primeiras colônias de abelhas *Apis mellifera* L. chegaram por volta do ano de 1845, juntamente com os primeiros colonizadores alemães.

Natasha Rovená da Silva afirma, em sua dissertação, que pela diferença de condições ambientais, as abelhas europeias apresentaram baixa produtividade. Desse modo, a apicultura brasileira seguiu inexpressiva até metade do século XX. Esse quadro mudou drasticamente a partir da hibridização dos enxames brasileiros com uma subespécie africana muito mais produtiva, resistente e defensiva que as variantes europeias existentes no Brasil: a *Apis mellifera scutellata*. Os relatos dão conta de que o objetivo da pesquisa comandada por Warwick Estevam Kerr, geneticista de abelhas de renome internacional, era selecionar as características ideais (alta produtividade e fácil manejo) a partir de cruzamentos entre a subespécie africana e uma italiana, *Apis mellifera lingustica* (PAULA apud SILVA, 2016, 96).

Antes que os objetivos fossem alcançados, entretanto, ocorreram fugas de algumas rainhas da subespécie africana e seu cruzamento com zangões das subespécies europeias já existentes na natureza resultou nas primeiras gerações das abelhas conhecidas como africanizadas. Essas apresentam traços dominantes da morfologia e comportamento das abelhas africanas. As características que marcam sua distinção em relação às variedades europeias criadas até então no Brasil são, principalmente, a grande facilidade de enxamear, a alta produtividade, a maior resistência a doenças e a grande agressividade. Diante da inadequação das estruturas materiais e simbólicas da apicultura praticada até o momento, o período inicial do processo de hibridização foi traumático, levando muitos apicultores a desistir da atividade. Aos que permaneceram na atividade, e aos que vieram depois, restou a tarefa de desenvolver equipamentos e técnicas adequados à nova realidade.

Em Santa Catarina, os primeiros esforços nesse sentido remetem a criação, no ano de 1951, do Serviço de Apicultura, que, a partir de 1953, passou a chamar-se Projeto de Apicultura. No bojo desse projeto foi criada, em 1967, a Cidade das Abelhas, em Florianópolis. Através da

parceria com extensionistas da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina) os resultados das pesquisas desenvolvidas por essa instituição foram compartilhados com os apicultores do estado. Na mesma época ocorreram as primeiras reuniões de apicultores com o objetivo de planejar sua reação à africanização dos enxames. Dessas resultou, em 1970, a criação da ACA (Associação Catarinense de Apicultores), mesmo ano em que ocorre, em Florianópolis, o 1º Congresso Brasileiro de Apicultura.

É interessante notar como, diante do caráter conturbado da apicultura da época (com a hibridização das colônias ao redor do estado e os apicultores tendo que optar entre se adequar a essas novas condições ou abandonar a atividade) os principais nomes envolvidos com a pesquisa aplicada à área e com os projetos governamentais voltados ao setor também figuravam entre as lideranças associativas da época. Entre eles, talvez o mais exemplar seja Helmut Wiese, pesquisador pioneiro em todas as iniciativas apontadas no parágrafo anterior, que dirigiu o Instituto de Apicultura de Santa Catarina e foi presidente da FAASC (Federação das Associações de Apicultores e Meliponicultores de Santa Catarina) e CBA (Confederação Brasileira de Apicultura)²⁶.

A apicultura catarinense atual é caracterizada como uma atividade flexível que pode ser desenvolvida em lugares inadequados à agricultura intensiva (como áreas de proteção ambiental); uma atividade típica da pequena propriedade (característica da estrutura fundiária do estado) e tida, em geral, como atividade secundária na geração de renda. Esse padrão é um pouco diferente nas regiões do Litoral, Planalto Serrano e Planalto Norte, onde se concentram os produtores que tem na apicultura sua principal fonte de renda, segundo dados do ICEPA de 2003 (SCHAFASCHEK, 2005, 18). Nota-se também, a partir de dados do IBGE, a participação importante da mesorregião Sul Catarinense, que teve produção estimada em mais de 1143 toneladas de mel em 2014 (IBGE, 2014).

Natasha Rovena da Silva (2004) afirma o papel destacado de Santa Catarina em relação aos outros estados brasileiros pela grande produção de mel e, ainda, pela importância representada pela polinização de pomares de maçã para a apicultura do estado. Segundo a autora, as áreas mais expressivas do estado em criação de abelha são o Vale do Itajaí, Norte, Sul e grande Florianópolis. A autora aponta, ainda,

²⁶ A participação de Helmut Wiese na apicultura catarinense é relatada no site da cidade das abelhas. <http://cidadedasabelhas.ufsc.br/helmuth-wiese/>

a apicultura como alternativa rentável nas regiões cujo relevo torna inviável a produção convencional, baseada no plantio de monocultura e uso do arado, ainda mais porque muitas dessas terras situam-se em áreas de preservação permanente.

Segundo relatório recente da ABEMEL (Associação Brasileira dos Exportadores de Mel), a produção de mel total do Brasil por ano é pequena em relação à Argentina, México ou China, por exemplo. O país, no entanto, apresenta potencial, segundo mesmo relatório, para incremento da produção²⁷. Segundo dados do Censo de 2006 a apicultura é uma atividade eminentemente da agricultura familiar²⁸. Dos 95.939 estabelecimentos agropecuários com apicultura no Brasil, 80.726 foram classificados como agricultura familiar. Segundo o mesmo estudo, dos 13.233 estabelecimentos agropecuários com apicultura em Santa Catarina, 11.409 foram classificados como agricultura familiar. Na região Norte Catarinense a situação não é muito diferente: dos 680 estabelecimentos agropecuários com apicultura 552 foram classificados como agricultura familiar (IBGE, 2006, tabela 2441).

Segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal, a produção de mel brasileira em 2014 aproximou-se de 40 mil toneladas, a região Sul foi responsável por mais de 16 mil toneladas, sendo 4783 toneladas de mel provenientes de Santa Catarina (IBGE, 2014, tabela 74). Desta produção, em torno de 650 toneladas são produzidas no Norte Catarinense (IBGE, 2014, tabela 74).

Com o intuito de delinear um panorama da apicultura catarinense e identificar os produtores de mel orgânico, fiz algumas entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave. As entrevistas exploratórias foram feitas com pessoas que, devido a função ocupada junto a órgãos do governo ou sociedade civil, poderiam me ajudar a sistematizar as

²⁷ REHDER, Carlos Pamplona. Apicultura sustentável. Camara setorial do mel – MAPA. 16/06/2015. ABEMEL – Associação Brasileira dos Exportadores de Mel. 2015. Acessado em 02/06/2016 em <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Mel_e_produtos_apicolas/36RO/ICA_36RO.pdf>

²⁸ Os números apresentados aqui são baseados na Tabela 2441 do Censo Agropecuário de 2006, que classifica os estabelecimentos agropecuários como agricultura familiar ou agricultura não-familiar segundo a definição de Agricultor Familiar da Lei n. 11.326/2006. A Tabela 3449 do mesmo Censo é semelhante, porém baseada na definição de Agricultura Familiar da FAO. Ambas, entretanto, indicam a predominância da agricultura familiar na apicultura brasileira no geral.

informações pertinentes para a pesquisa. Entre essas estão: o presidente da Federação das Associações de Apicultores e Meliponicultores de Santa Catarina (FAASC), o gerente de apicultura da EPAGRI, a médica veterinária responsável pelo bem-estar animal na CIDASC e responsáveis pela relação com os OPACs na Superintendência Federal de Agricultura do Estado de Santa Catarina/MAPA. Diante da falta de sistematização das informações pertinentes, apontada de forma geral nas entrevistas, busquei então concentrar meus esforços no mapeamento dos entrepostos de mel ativos no estado. Essa escolha faz parte de uma série de respostas pragmáticas às dificuldades encontradas nessa etapa de elaboração do objeto de estudo.

A seguir, explico esse caminho. A partir da conversa com representantes da Comissão da Produção Orgânica (CPOrg) da Superintendência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina, soube das Organizações de Controle Social (OCS), entidades reconhecidas pelo Estado para controlar a adequação da produção orgânica de produtores familiares interessados exclusivamente nas modalidades diretas de venda, ou seja, quando não há intermediários entre quem produz e quem consome²⁹. Diante da inexistência de tal tipo de organização na produção de mel do estado, meu interesse por produtores de mel orgânico baseados em formas participativas de controle técnico/produtivo apontou para os Sistemas Participativos de Garantia (SPG). Todavia, existe uma forma de certificação em grupos de produtores por auditoria, na qual parte das inspeções feitas pelo auditor são substituídas por medidas de controle (Sistema de Controle Interno) envolvendo a participação dos produtores. Embora esse sistema reduza parte dos custos associados à certificação por auditoria e envolva a participação ativa dos produtores associados nesse processo, continua sendo uma modalidade de certificação por auditoria. Nesse sentido apresenta menos afinidade com os princípios do Projeto Agroecológico, como definido por Sevilla Guzmán e Woodgate (2013), e não se relaciona com a luta dos atores sociais vinculados a esse projeto pelo reconhecimento de uma forma própria de garantia da qualidade orgânica de seus produtos, como apontado por Wilson Schmidt (2001) em relação ao SPG.

Uma vez delimitado meu universo de investigação, então, aos apicultores certificados (mais especificamente, através do SPG) e sabendo que não existe possibilidade legal de certificação de um produto

²⁹ Os programas de compra institucional, como PAA e PNAE, também são legalmente considerados nessa modalidade.

orgânico de origem animal sem inspeção, busquei mapear os entrepostos orgânicos a partir de contato com a inspeção estadual (DEINP/CIDASC) e federal (DIPOA/MAPA). Esse trabalho foi feito através de listagens dos estabelecimentos inspecionados por eles, disponível na internet³⁰, e do cruzamento dessas informações com aquelas obtidas através das entrevistas exploratórias e de uma busca por produtores de mel em Santa Catarina cadastrados no Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos³¹. A partir dessa etapa, constatei que existem apenas quatro entrepostos no estado trabalhando com mel orgânico certificado entre aqueles vistoriados pelo SIE ou SIF (Serviço de Inspeção Estadual e Federal, respectivamente). Devido a preocupações relativas à viabilidade da pesquisa e indicação dos entrevistados não procurei entrepostos de mel submetidos à inspeção municipal. Isso porque, diante do reduzido consumo de mel no Brasil, a criação de um entreposto visando atender o mercado municipal seria inviável. A essa hipótese, soma-se a afirmação, por parte de alguns entrevistados, da concentração da apicultura profissional em torno dos entrepostos que atendem mais de um município. Assim, tomei conhecimento de quatro entrepostos que envasam mel orgânico certificado em Santa Catarina. Desses quatro, dois são empresas privadas: Apis Nativa Agroindústria Exportadora Ltda – Prodapys, em Araranguá, certificada pelo IBD, e Minamel Agroindústria, em Içara, certificada pela Ecocert. Os outros dois são agroindústrias geridas por apicultores associados: COOPERAGRECO, em Santa Rosa de Lima, certificada pela Ecocert (certificação em grupos) e a Agroindústria Entreposto de Mel e Cera de Abelhas Hortibento, certificado através do SPG vinculado à OPAC da Rede Ecovida de Agroecologia. Esse último, e os apicultores que participam do mesmo SPG, foi elegido para a pesquisa por ser o único que pratica certificação participativa.

³⁰ As relações de estabelecimentos com SIF e SIE por categoria do produto inspecionado podem ser encontradas nos sites (ultimo acesso em 09/06/2016): <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/servicos-e-sistemas/sistemas/sif>
<http://www.cidasc.sc.gov.br/inspecao/files/2012/08/ESTABELECEMENTOS-SIE5.pdf>

³¹ Esse cadastro, ainda em fase de implantação, pode ser encontrado no site: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Org%C3%A2nicos%20CNPO/2016/CNPO%20MAPA%20Junho_2016.xls
Último acesso em 09/06/2016.

Munido dessas informações, busquei uma entrada exploratória no meu campo de pesquisa participando do 33º Encontro Catarinense de Apicultores e Meliponicultores, realizado em Porto União, no Planalto Norte do estado, nos dias 5 e 6 de agosto de 2016. Minha expectativa com a participação nesse evento foi me inteirar das discussões que animam o associativismo apícola em Santa Catarina e fazer contato com representantes do Entreposto Hortibento. Embora fugindo do meu problema de pesquisa, considero importante apontar minha impressão, como um estranho tendo os primeiros contatos com a atividade da apicultura: me chamou a atenção a tônica produtivista e desenvolvimentista dada às falas solenes e à palestra magna, intitulada “Melhoria Tecnológica para o aumento da renda na apicultura”. Nessa, a fala enfatizou a necessidade de organização da atividade, com planejamento de todas as etapas do manejo da colmeia, de forma a melhorar o controle dos apicultores sobre as condições produtivas. Nesse sentido, afirmou que, para a situação da maioria, melhorias no manejo das abelhas (como melhoramento genético através de seleção e multiplicação de rainhas da própria região e alimentação artificial de inverno) trariam resultados mais sólidos do que a implantação de tecnologias caras (como de inseminação artificial de rainhas). Na abertura solene, falas de autoridades presentes enaltecem a apicultura catarinense afirmando sua posição de destaque em relação a outros estados por sua *organização, profissionalismo e produtividade*.

Nesse evento ainda, sua principal organizadora, a FAASC, apresentou os resultados do “Projeto Apicultura nº 14462 – Melhoria técnica e adequação da produção apícola para certificação orgânica em Santa Catarina”. As falas a respeito desse projeto, cujo principal resultado foi um mapeamento dos apiários e catalogação de informações básicas sobre a grande maioria dos apicultores catarinenses considerados profissionais (com mais de 6 colmeias), apontam o potencial do mesmo como ferramenta no planejamento e desenvolvimento de ações futuras. Embora não sejam suficientes para uma análise mais aprofundada (e nem é essa a intenção aqui) esses elementos nos instigam a investigar um possível *projeto de desenvolvimento* que integraria essas diferentes ações conjuntas entre Estado e entidades da Sociedade Civil cujo intuito parece ser expandir e profissionalizar a apicultura. Adiante espero poder discutir, com base nos apicultores entrevistados, suas percepções sobre esse clima de *profissionalização, modernização, desenvolvimento e expansão* da apicultura e refletir acerca das estratégias adotadas por eles.

Ainda no 33º ECA, fiz meu primeiro contato com o Presidente da Associação de Produtores Hortigranjeiros da Região do Alto Rio Negro

(HORTIBENTO) e representante do Entrepasto Hortibento no evento. Através dessa conversa, ainda na primeira manhã do evento, tive a oportunidade de apresentar brevemente minha proposta de pesquisa e trocar contatos com ele, quem veio a ser meu principal informante no campo e mediador da minha participação nas atividades do grupo e núcleo da Rede Ecovida dos quais o entreposto faz parte. O trabalho de campo, a partir desse momento, foi motivado pela questão: as práticas dos atores sociais membros do Sistema Participativo de Garantia do mel produzido pelos apicultores da Associação dos Produtores de Hortigranjeiros da Região do Alto Rio Negro e processado na Agroindústria Entrepasto de Mel e Cera de Abelhas Hortibento estão sintonizadas com o projeto da Rede Ecovida de Agroecologia, como definido através da revisão literária? E a discussão da estrutura e dinâmica desse SPG, enfatizando sua sintonia com o Projeto de Transição Agroecológica veiculado pela Rede Ecovida, passa a ser meu objetivo geral.

O trabalho de campo específico, sobre o qual se concentram as reflexões desenvolvidas nas páginas seguintes, começa então com minha entrevista com o Presidente da Associação Hortibento, concedida no dia 05 de setembro de 2016, na sede do entreposto em São Bento do Sul. O trabalho de campo iniciado nesse dia teve duração aproximada de cinco meses, encerrando-se com minha última entrevista em 09 de fevereiro de 2017, com um apicultor de Joinville. Nesse tempo, foram realizadas 10 entrevistas semi-estruturadas (incluídas as duas já mencionadas) com apicultores, membros da Rede Ecovida com papel de coordenação na região e extensionistas rurais. Além dessas, o trabalho de campo também incluiu a participação em reuniões da Rede Ecovida. Em 17 de novembro de 2016, acompanhei a reunião do Núcleo Planalto Norte, na propriedade de uma das famílias agricultoras em São Mateus do Sul/PR. No primeiro dia de dezembro do mesmo ano, participei de reunião do Grupo Hortibento nas imediações da propriedade de uma das famílias agricultoras em Campo Alegre e, no dia 02 de fevereiro de 2017, assisti a reunião do mesmo grupo na propriedade de uma das famílias agricultoras de São Bento do Sul. Também contribuíram para as reflexões apresentadas nesse trabalho as informações obtidas em, ao menos, cinco conversas informais, por telefone ou pessoalmente, com apicultores e lideranças apícolas na região.

Após a primeira entrevista, busquei construir um panorama dos apicultores que certificam o mel através do SPG, contendo número total de apicultores, quantidade e distribuição geográfica dos apiários, volume produzido, número de colmeias, canais de comercialização utilizados e

outras informações gerais relevantes. A concretização desse momento da pesquisa se embasou na ajuda do Presidente da Hortibento e da estagiária do entreposto, que, inteirados das minhas necessidades de pesquisa, disponibilizaram acesso a uma gama de documentos (entre Atas de reuniões antigas, Estatutos das Associações, Cadastros de unidades produtivas, Cadernos de campo, Termos de Compromisso e Planos de Manejo) que me possibilitaram tabular as informações mencionadas anteriormente. Diante desse banco de dados, procurei fazer as entrevistas com a amostra mais representativa possível (buscando o máximo de rigor dentro dos limites de uma pesquisa viável nessa etapa da minha formação acadêmica) entre os apicultores e outros atores envolvidos com o SPG de interesse para o estudo. Os critérios de escolha partiram do interesse em escolher um conjunto de entrevistados que representem tão bem quanto possível a diversidade de interesses e posicionamentos assumida no interior do grupo em relação aos conceitos trabalhados. Nesse sentido, procurei apicultores de diferentes Associações/Grupos, de Porto União até Joinville, passando por Itaiópolis, São Bento do Sul e Campo Alegre. Dentro desses grupos, busquei contato com apicultores de maior porte e, também, com menor número de colmeias. Por fim, apesar de privilegiar os apicultores envolvidos há mais tempo com a apicultura na região, fiz questão de entrevistar, também, um apicultor que estava iniciando sua participação no SPG, ainda em processo de adequação dos seus apiários às exigências da certificação. Nesse momento, busquei atingir o primeiro objetivo específico da pesquisa: identificar as práticas do processo de certificação participativa do mel entre os membros do SPG da Associação dos Produtores de Hortigranjeiros da Região do Alto Rio Negro.

As entrevistas que compuseram esse trabalho de campo podem ser classificadas como semi-estruturadas, com foco na dimensão qualitativa. Seguindo Jean Poupart e colegas (2008), acredito que as entrevistas qualitativas constituem uma ferramenta interessante para conhecer o grupo, ou fração do grupo, do qual meus informantes-chave são representativos e seus diferentes meios de pertencimento ao mesmo. Assim, analisei cada entrevista como resultado da interação entre o pesquisador (eu) e um informante tomado como uma testemunha privilegiada de seu entorno, com base em quem um outro observador, o pesquisador, pode tentar perceber e reconstituir a realidade.

As indagações com base nas quais as entrevistas foram guiadas centraram-se em torno de alguns temas: 1) trajetória do entrevistado e do Grupo/Núcleo; 2) gestão do Grupo/Núcleo; 3) trajetória da apicultura

na Rede; 4) dinâmica da certificação/apropriação local dos princípios, valores e normas da Rede; 5) especificidades da certificação do mel/entrepasto; 6) práticas de manejo das abelhas; 7) canais/práticas de comercialização; 8) perspectivas futuras sobre a apicultura, SPG e Rede. O esforço empreendido nas entrevistas buscou evidenciar os sentidos dados pelos atores às próprias ações, enquanto estratégias de adaptação/resistências ao contexto mais amplo no qual estão inseridos. O quadro referencial através do qual busquei discutir essas práticas, enquanto ações cujo sentido é atribuído pelo próprio ator, é composto pelas discussões apresentadas no primeiro capítulo, que evidenciam dimensões determinadas do SPG e do Projeto de Transição Agroecológica. De forma que, através das questões norteadoras agrupadas nos conjuntos temáticos, busquei gerar diálogos que evidenciassem/explorassem indicadores objetivos e subjetivos das diversas dimensões atribuídas ao SPG e ao Projeto de Transição Agroecológica no posicionamento dos entrevistados. A discussão da realidade empírica pesquisada a partir desse referencial teórico (e, em certa medida, também, uma reflexão sobre as teorias a partir da pesquisa de campo) é desenvolvida no próximo capítulo, após a apresentação do Contexto Apícola no Planalto Norte e da Certificação do mel na Rede Ecovida de Agroecologia. As reflexões a seguir, salvo indicação em contrário, são fruto dessa investigação de campo.

2.2 CONTEXTO APÍCOLA NO PLANALTO NORTE

2.2.1 Apicultura no Planalto Norte:

A certificação de apiários, com a adequação de alguns documentos existentes e o desenvolvimento de documentos específicos para o cadastro das unidades produtivas dessa natureza, surge na Rede Ecovida de Agroecologia através das iniciativas dos apicultores da Rede pertencentes ao Núcleo Planalto Norte. Algumas características socioambientais e produtivas de territórios menores dentro do Planalto Norte Catarinense estão entre as condições para o êxito da apicultura, especialmente a orgânica. As áreas preservadas na serra e nos municípios ao redor do entreposto (São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre) são apontadas por diferentes apicultores como trunfos da região para a apicultura. Na região próxima à sede do Núcleo, em Porto União, apontam a presença do Corredor Ecológico³² e a pouca

³² <http://www.fatma.sc.gov.br/conteudo/corredor-ecologico-timbo>.

expressividade de lavouras de soja e milho convencional como fatores positivos. Os “reflorestamentos” com eucalipto e *pinus* também são apontados como fonte de alimento para as abelhas. Estes são considerados adequados por um apicultor orgânico, pois, segundo ele, “O *pinus* não se usa veneno, o eucalipto também não. Se usa veneno quando planta. Até onde tem plantação de eucalipto, por causa do veneno da formiga, pode travar a certificação.” A seguir, justifica: “mas aqui é tudo reflorestamento velho, não atinge” (Apicultor 1)³³.

Santa Terezinha, um dos municípios cujas condições favoráveis são apontados pelos entrevistados, aparece ao lado de várias outros municípios da região no levantamento das maiores produções de mel de Santa Catarina, elaborada pela FAASC³⁴. Entre aqueles com maior produção no estado destacam-se, na região atendida pelo entreposto: Santa Terezinha, quarto maior produtor catarinense, com 45 apicultores e uma produção total de mais de 200 toneladas; São Bento do Sul, em décimo, com 52 apicultores produzindo mais de 90 toneladas; Itaiópolis e Rio Negrinho vem em décimo terceiro e décimo quarto, respectivamente. Porto União, Joinville e Mafra aparecem nas posições 21, 22 e 23, respectivamente. Para efeito comparativo, é interessante destacar que o município que ocupa a primeira posição no estado é Bom Retiro, contando com 132 apicultores e uma produção total de 310 toneladas de mel. Apicultores com apiários em diferentes municípios apontam a variação na produtividade, mesmo em municípios próximos, enfatizando a dependência da atividade em relação às condições climáticas: a produção depende de uma floração em quantidade e qualidade, sem excesso de chuva (como aconteceu em 2015 com o El Niño) e da manutenção do tamanho e saúde da colmeia durante o inverno para que essa esteja preparada para aproveitar a florada da primavera desde o início. Temperaturas mais altas, registradas durante a primavera e verão, também favorecem o trabalho das abelhas.

Nem tudo são flores, entretanto. Apesar de apresentar condições favoráveis para a atividade relativamente a outras regiões brasileiras, o Planalto Norte Catarinense é marcado historicamente pelo extrativismo da erva-mate e madeira nativa (especialmente Araucária), com a

³³ Para preservar o anonimato dos meus entrevistados, e ao mesmo tempo situar de alguma forma seus discursos, substitui seus nomes por sua profissão. Como eu entrevistei mais de um apicultor, estes foram numerados arbitrariamente.

³⁴ Esses números foram publicizados pela FAASC no seu site. Acessado em <http://www.faasc.com.br/noticiasid/60>; em 05/05/2017.

substituição progressiva de áreas de mata nativa desmatada por plantações de *pinus* e eucalipto, a partir da “Lei de Incentivos Fiscais nº 5.106 de 1966 que permitiu às pessoas físicas e jurídicas a aplicação de parte do imposto de renda em programas de reflorestamentos incentivados.” (TRES; REIS; SCHLINDWEIN, 2011, 159). Além dessa lei, a redação de um Código Florestal permissivo também favoreceu esse cenário. A diminuição da biodiversidade nas áreas de forrageio resulta em maior concentração da disponibilidade de pólen e néctar nas épocas de florada das espécies cultivadas. Essa redução na ocorrência de plantas nativas, com floradas em períodos variados do ano, resulta na maior dependência das abelhas em relação à florada principal. Dessa forma, tanto a produtividade dos apiários quanto a capacidade das abelhas de lidar com condições climáticas adversas durante o período das principais floradas é limitada.

Dessa forma, a busca por fortalecer e agregar valor à apicultura e outras atividades econômicas dependentes da preservação das áreas de mata nativa e outros recursos naturais aparece entre as formas de viabilizar a permanência da população rural e a melhoria das suas condições de vida frente ao avanço da agropecuária convencional (com o plantio de fumo, milho, soja e pasto) e da silvicultura (monoculturas de *pinus* ou eucalipto). Os dados da Tabela 3630, do Censo Agropecuário 2006, testemunham a face local desse processo de concentração das terras agriculturáveis que, ao mesmo tempo que aumenta as áreas sob controle de poucos, reduz drasticamente a biodiversidade. Segundo essa pesquisa, mais de 92% dos 15 mil estabelecimentos agropecuários do Território Planalto Norte são classificados como agricultura familiar. Entretanto, a área ocupada pelos mesmos corresponde a menos de 50% da área total dos estabelecimentos agropecuários desse Território. O impacto da silvicultura na região, e sua associação com a agricultura não-familiar, também é registrada por essa pesquisa, que indica que mais de 25% da área dos estabelecimentos agropecuários do Território é destinada à produção florestal com florestas plantadas, totalizando 153 mil hectares. Desses, 135 mil hectares encontram-se em estabelecimentos da agricultura não familiar.

Nesse contexto, a organização, através de associações, é um fator que pesou no desenvolvimento da apicultura na região, possibilitando a exploração de áreas de menor interesse para a agricultura convencional e a comercialização conjunta. A segunda característica é salientada no discurso de apicultores que praticam a atividade há décadas e acompanharam a construção de suas respectivas associações. Um deles aponta as condições desfavoráveis de comercialização quando a família

começou a praticar a apicultura, quando era “*tudo individual. Daí passava um comprador de mel e pagava um preço para mim, um para ele (...) Tudo na conversa*” (Apicultor 2). Em um contexto desfavorável, a criação da associação de agricultores aparece como estratégia para “achar uma saída para nós não abandonarmos a comunidade” (Apicultor 1). “Não podemos roçar, não podemos plantar. Daí que surgiu a ideia de nós (...) trabalharmos com abelhas. Porque, se é na serra, elas vão buscar o alimento lá e nós vamos só colher” (Apicultor 1).

Desde o início, o apoio dos extensionistas rurais na elaboração de projetos através dos quais os apicultores puderam subsidiar seu desenvolvimento produtivo, além da própria existência das diferentes políticas acessadas por eles contribuíram decisivamente para o seu êxito. Entre essas políticas, os entrevistados citam o Projeto Microbacias do governo catarinense, cujos fundos possibilitaram a construção da casa de extração de mel, padronização e aumento do número das caixas e aquisição de implementos produtivos para os associados; fundos do MDA, que subsidiaram o projeto de certificação e padronização no começo dos anos 2000; e diferentes formas de apoio das prefeituras da região, na forma de serviços ou materiais de construção, por exemplo. Outro elemento apontado por esses apicultores nessa trajetória da Associação a qual pertencem é o trabalho coletivo dos associados, que foi um importante recurso na construção da casa de extração de mel da Associação. O Projeto Microbacias e o SC Rural³⁵ também são citados por apicultores vinculados a outra Associação de apicultores da região, contemplada com mais de mil caixas através de recursos do governo estadual.

2.2.2 O início da certificação do mel entre os apicultores da Comunidade Maquinista Molina:

Entre os entrevistados, aqueles que praticam apicultura orgânica certificada a mais tempo são da comunidade Maquinista Molina. É

³⁵ O Programa SC Rural é uma iniciativa do Governo do Estado com financiamento do Banco Mundial (Bird) para aumentar a competitividade da agricultura familiar catarinense. O Programa dá continuidade a uma política pública iniciada com os programas denominados Microbacias, porém atua em novos desafios, apoiando planos de negócio (mediante subvenção financeira) com um enfoque amplo, que pode envolver um município, um grupo deles e mesmo uma determinada região. Mais informações em: <http://www.agricultura.sc.gov.br/index.php/acoes/135-programa-sc-rural>

interessante notar que, no relato de apicultores que participaram da criação da associação de agricultores da comunidade, os primeiros passos em direção à certificação da apicultura orgânica resultam de um dos vários projetos de desenvolvimento produtivo dos associados escritos por eles e contemplados por órgãos estaduais e federais. Nesse sentido, é significativo que o mesmo técnico tenha vindo, em diferentes ocasiões e a serviço de diferentes instituições, ministrar cursos de padronização de colmeias, produção de rainhas e certificação.

O começo da certificação orgânica entre os apicultores da Comunidade Maquinista Molina, em 2004, foi motivado pelo intuito de acessar o mercado alemão. “Nós negociamos com a Alemanha, para exportação; se não fosse mel certificado eles não compravam”. Eles “queriam mel orgânico. E tinha que ser rastreado também, se não eles não compravam.” (Apicultor 1). Nesse processo, FAASC, SEBRAE e COOPASC foram mobilizados para adequar a produção de 78 apicultores distribuídos em grupos em diversos municípios catarinenses. O grupo de Maquinista Molina contava a época com 9 apicultores, que hoje continuam entre os apicultores orgânicos da Associação.

Além do curso de padronização e organização dos apiários, esse processo também exigiu o rastreamento através de GPS de todos os apiários, feito por técnico do SEBRAE. Além da distância em relação à rodovia e outras fontes de contaminantes, como aterros sanitários e centros urbanos, também foi exigida uma distância mínima entre os apiários e lavouras convencionais. A partir do rastreamento por GPS, então, verifica-se a segurança da pastagem apícola à disposição das abelhas, para poder certificar a conformidade do apiário ao manejo orgânico.

2.2.3 Concepção e implementação do entreposto de mel e cera de abelhas em São Bento do Sul:

Um dos apicultores entrevistados associa a motivação dos apicultores para a construção de um entreposto regional com o crescimento do mercado europeu para o mel brasileiro e o aumento do preço do produto, a partir de 2003. A criação de um entreposto que atendesse os apicultores da região aparece, então, como meio de atender às exigências sanitárias do Serviço de Inspeção Federal e adequar o produto à exportação. Outro apicultor entrevistado, entretanto, começa sua fala relembrando um projeto anterior de criação de um entreposto em um município próximo com a mesma intenção de atender a apicultura da região. De qualquer forma, o efeito esperado do entreposto

seria facilitar o acesso ao mercado formal e oferecer condições de comercialização mais vantajosas para os produtores. É ponto comum entre os entrevistados que falaram a respeito do início do entreposto que a concepção e a execução do projeto partiu do trabalho conjunto da apicultura organizada do Planalto Norte de Santa Catarina, apoiada por órgãos estatais.

Aqui novamente preciso apontar as condições socioambientais particulares da região: em 1997, foi firmado entre as prefeituras de São Bento do Sul, Campo Alegre e Rio Negrinho (município sede do entreposto e os dois vizinhos) o Consórcio Intermunicipal Quiriri, com o objetivo de regular a preservação/exploração dos recursos naturais da região. Desse Consórcio, foram criadas cinco Áreas de Proteção Ambiental (APAs), cuja exploração e preservação foi planejada em conjunto com a APICAMPO (Associação de Apicultores de Campo Alegre), através do Projeto Mandaçaia³⁶.

No mesmo sentido, o então representante da APICAMPO relata a união das associações de apicultores dos municípios de Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul ao RAMA (Consórcio Regional Apícola Mata Atlântica, também chamado Rede de Apicultura – ou Apicultores – da Mata Atlântica; ou, ainda, Rede de Apicultores, Agroecologistas e Ambientalistas Mata Atlântica), com o intuito de planejar conjuntamente a comercialização, “para ampliar as possibilidades de venda” além de “um pequeno mercado formado por uma freguesia habitual que adquire o mel direto na propriedade” e viabilizar a “adaptação às exigências da Vigilância Santinária e a obtenção do SIF” de uma atividade realizada de forma “em geral artesanal”³⁷. Em artigo de 2007 sobre o assunto disponível no site do SEBRAE³⁸, a construção do RAMA é vista como expansão do Projeto Mandaçaia.

Nesse artigo, novamente o representante da APICAMPO é citado, afirmando o caráter coletivo da iniciativa surgida no RAMA de

³⁶ Segundo relato do representante da Associação, o projeto mapeou os apiários de Campo Alegre e possibilitou conhecer as condições produtivas em que a atividade é praticada. Dessa forma, esperavam conseguir gerenciar a apicultura de forma produtiva e sustentável, a partir do levantamento das áreas em que havia sobreposição de colmeias. Acesso ao artigo em: <http://ptdocz.com/doc/1126190/artigo-completo---consorcio-quiriri>

³⁷ <http://ptdocz.com/doc/1126190/artigo-completo---consorcio-quiriri>

³⁸ <http://www.sebrae-sc.com.br/newart/default.asp?materia=14537>

construir o entreposto em São Bento do Sul para envasar e comercializar o mel produzido na região do Planalto Norte. Segundo o mesmo artigo, o conjunto de propostas do RAMA para desenvolver a apicultura regional continha, além do entreposto, um laboratório de genética, viveiro de mudas, uma escola para treinamentos e um parque temático. Assim, o objetivo do entreposto era agregar valor ao produto final, uma vez que o entreposto seria gerido pelo RAMA, sem fins lucrativos. Dessa forma esperavam que o entreposto pudesse pagar até o dobro do preço pago pelos grandes entrepostos aos produtores e se responsabilizar pela comercialização do mesmo. Por outro lado, também previa a possibilidade de pagamento de uma taxa pela embalagem e rotulagem do produto caso o apicultor preferisse ele mesmo se encarregar da venda do mel já processado. Nesse caso os rótulos seriam personalizados com o nome do apicultor e as coordenadas geográficas do apiário.

No âmbito do RAMA, o protagonismo do então representante da Apicampo, ao lado de líderes apícola de Mafra e Porto União, é apontado por diferentes entrevistados. De forma semelhante, afirmam o caráter participativo dos projetos desenvolvidos através dessa articulação. Segundo relato de um extensionista entrevistado, as associações de apicultores se organizavam, tinham o costume de se reunir, uma ou duas vezes por ano, para discutir projetos em comum, trabalho, mercado. Essa articulação, que contava também com participação de representantes do poder executivo das prefeituras parceiras, foi referida pelos extensionistas entrevistados como GTA (Grupo de Trabalho – ou Temático – da Apicultura do Planalto Norte). Independente do nome (RAMA ou GTA), ambas as fontes relatam a constituição de uma cooperativa no âmbito dessa articulação regional de apicultores com o intuito de administrar o entreposto. Essa cooperativa não foi formalizada antes da conclusão e início do funcionamento do entreposto, entretanto, para evitar a burocracia e custos relacionados. Quando questionados sobre o que aconteceu com a cooperativa, os apicultores entrevistados mencionam dois pontos: falta de adesão do grupo todo à ideia e, mais frequentemente, divergências políticas entre protagonistas do processo que desestabilizaram a articulação em torno da cooperativa. De forma que, em 09 de agosto de 2012, a prefeitura de São Bento do Sul abre um edital de concorrência pública e, em 19 de setembro do mesmo ano, o direito de uso do entreposto, enquanto bem público, é concedido por cinco anos para a Associação dos Produtores de Hortigranjeiros da Região do Alto Rio Negro.

À exemplo dos outros projetos para o desenvolvimento da apicultura da região relatados, a trajetória do entreposto revela a

articulação entre as organizações de apicultores e o apoio estatal, especialmente através da assistência técnica e financiamento. Segundo Zaira A. F. Moutinho, o programa “Territórios Rurais”, implantado pelo MDA no Planalto Norte em 2003, vinha como uma “reformulação” do Pronaf (MOUTINHO, 2010, 32). O Programa Territórios da Cidadania é concebido, então, a partir de 2008, como uma ampliação do programa anterior que visa “superar a fragmentação das ações políticas, envolvendo além do MDA, outros 17 ministérios e 5 secretarias” (MOUTINHO, 2010, 33)³⁹. Nesse contexto, o entreposto de mel e cera de abelhas em São Bento do Sul foi construído, com base no projeto desenvolvido por apicultores organizados (em torno do RAMA ou GTA), a partir de recursos captados junto ao MDA, através do Programa Territórios da Cidadania, e contrapartida da prefeitura de São Bento do Sul.

2.3 CERTIFICAÇÃO DO MEL NA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

2.3.1 Rede Ecovida no Planalto Norte Catarinense:

A representatividade da Rede Ecovida de Agroecologia no âmbito da produção de orgânicos e sua origem na luta pela legitimação de um modelo de certificação pensado em função da agricultura familiar ecológica também apareceram nas entrevistas com os apicultores vinculados à Rede Ecovida no Planalto Norte. Um dos apicultores, inclusive, enfatiza que a certificação participativa é “tupiniquim” e afirma que “pioneiros fomos nós aqui”, referindo-se às organizações do Sul do Brasil (Apicultor 3). O contexto mais amplo no qual foi construída a Rede diz respeito à pressão exercida pelo Estado e certificadoras estabelecidas à época pela regulamentação do mercado de orgânicos. As reações das organizações do campo agroecológico se dividiram entre a busca por mecanismos de não obrigatoriedade da

³⁹ “O Território do Planalto Norte - Abrange uma área de 10.466,70 Km² e é composto por 14 municípios: Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Três Barras, Bela Vista do Toldo, Porto União, Rio Negrinho e São Bento do Sul. A população total do território é de 357.082 habitantes, dos quais 84.430 vivem na área rural, o que corresponde a 23,64% do total. Possui 12.909 agricultores familiares, 460 famílias assentadas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,79.” (Fonte: <http://www.spg.sc.gov.br/acoes/46-territorios-da-cidadania>)

certificação, como é o caso da venda direta através de OCS, e a construção de alternativas à certificação “convencional” por auditoria, ou seja, a certificação participativa (ou SPG). A Rede Ecovida é reconhecida internacionalmente pelo desenvolvimento dado ao segundo ponto. No contexto regional, a proposição de um projeto de normatização e certificação da agricultura orgânica no Estado de Santa Catarina, elaborado sem a participação das organizações do campo agroecológico é apontada como fator de relevância para entender a mobilização e articulação entre as organizações que vieram a compor a Rede Ecovida e o desenvolvimento da certificação participativa. Essa história é contada, enfatizando o papel das organizações locais, em trecho de entrevista com um dos fundadores da Rede reproduzido por Sidemar Presotto Nunes em sua tese de doutorado:

A Rede Ecovida nasce na Região, em meio à diversas tensões geradas por iniciativas do Governo do Estado e da Epagri, propondo e tomando posições sem escutar as organizações envolvidas historicamente. Havia também as pressões da construção do marco legal nacional, no qual estava representado o Sul do Brasil, mas através de pessoas em um processo de frágil discussão e nenhuma articulação. Em meio a um dos confrontos no Estado, decidimos que precisávamos nos organizar melhor e que levaríamos a discussão de criação de uma Rede para as regiões. Mas a agroecologia ainda não era central na pauta de algumas Ong's e os Movimentos Sociais ainda não discutiam o tema, assim apenas na região do Contestado realizamos o debate, em Porto União. Diante da imobilidade das demais regiões, decidimos criar uma Rede Regional de Agroecologia e marcamos um seminário para Caçador, formulamos as primeiras elaborações propositivas e convidamos as demais regiões, e, o resultado foi que o seminário se tornou estadual e a Rede criada também de âmbito estadual. Logo fomos chamados ao Rio Grande do Sul, que também aderiu o processo e mais tarde o Paraná também se envolveu. Inicialmente chamava-se de Rede Ecovida de Certificação Participativa (hoje Rede Ecovida de Agroecologia), o que já era uma forma de

enfrentamento às certificadoras e à pressão do mercado querendo impor a sua lógica. (Valdemar Arl, entrevista em fevereiro de 2012). (NUNES, 2012, 170)

Desde sua fundação nesse processo, a Rede Ecovida de Agroecologia é marcada pela diversidade da sua base social, tanto quanto de interesses e concepções de organização sociopolítica. De forma que emergem, no seu seio, distintas perspectivas do projeto de futuro para a agroecologia. Sua constituição conta com ONGs, agricultores(as) organizados(as) em grupos, organizações de consumidores, agroindústrias de pequeno porte e pequenos empreendimentos. Enquanto alguns de seus membros participam também de organizações sociais de expressiva representação política, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), outros não se engajam em outros movimentos ou organizações sociais do campo. Ainda segundo o mesmo pesquisador, alguns dos Núcleos são formados prioritariamente por produtores individuais, com perfil de maior capitalização e inserção no mercado, enquanto outros Núcleos apresentam um perfil mais coletivo e são críticos das formas individuais de produção.

Quanto à estrutura dos Núcleos, essas também apresentam certa heterogeneidade, pois os Núcleos adéquam seus formatos organizativos de acordo com as experiências ou formas organizativas anteriores⁴⁰. Apesar dessa heterogeneidade, reconhecida muitas vezes de forma favorável, o Coordenador do Núcleo Planalto Norte aponta, em entrevista concedida a mim, a necessidade do intercâmbio entre os Núcleos com o intuito de definir e aplicar formas comuns de trabalho e indica as ações realizadas nesse sentido:

⁴⁰ A tese de Sidemar Presotto Nunes (2012) demonstra, por meio da descrição de 7 dos Núcleos constituintes da Rede Ecovida de Agroecologia, a diversidade (social, ambiental, política) das famílias agricultoras que formam a Rede. A partir da página 184, o autor indica elementos socioambientais que caracterizam o contexto de cada um dos Núcleos estudados, além de sua dimensão, estrutura organizativa, principais canais de comercialização e a(s) instituição(ões) que prestam assistência técnica às organizações que a compõem.

(...) a ideia é que ela funcione igual em todos os núcleos, da mesma forma. Então o que eu estou te falando aqui, isso funciona em todos os Núcleos. Talvez não funcione bem igualzinho; um faz o plano de manejo um pouquinho diferente um que outro, um faz a visita um pouco diferente do outro. Então isso, agora nós temos as Plenárias no Estado e agora a formação por ano. Então 4 pessoas de cada Núcleo vão nesse encontro de formação para nós irmos adequando isso tudo e fazendo um padrão. Porque como é a Rede Ecovida tem que ser todo mundo igual: igual o plano de manejo, igual o cadastro da unidade produtiva, igual o caderno de campo, as Atas. (...) No sistema ficar parecido. O certificado, um padrão. (Coordenador do Núcleo Planalto Norte)

Em um material de apoio disponibilizado pelo Presidente da Associação Hortibento, contendo uma apresentação dos princípios, estrutura e funcionamento da Rede e do SPG, com foco no Núcleo Planalto Norte, encontramos algumas informações gerais pertinentes. Segundo esse material, compilado pela Coordenação do Núcleo, a Rede Ecovida conta com cerca de 4 mil famílias e agroindústrias, distribuídas em 28 Núcleos, majoritariamente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Dessas, 2 mil famílias e agroindústrias estão registradas no Ministério da Agricultura. O Núcleo Planalto Norte, composto por vinte grupos, contava com 163 famílias certificadas e cerca de 120 em transição⁴¹.

A atuação e pioneirismo das organizações desse Núcleo são apontadas por Julian Perez-Cassarino (2012). Segundo o autor, a Afruta, uma das Associações de agricultores que compõem o Núcleo, participou, juntamente com AOPA, ECOTERRA e ECOSSERRA, da construção do Circuito Sul de Comercialização de Produtos Ecológicos, mecanismo voltado à promoção do intercâmbio de produtos entre Núcleos da Rede Ecovida. A Afruta, fundada em 1996 a partir da

⁴¹ Digo contava pois, de ano a ano, esses números costumam variar. Nesse sentido, o não cumprimento de algumas exigências relacionadas a documentação e participação resulta na redução desse número, enquanto a entrada de novas famílias e agroindústrias compete para aumentá-lo. Entretanto, a exposição desses números se torna válida na medida em que nos ajuda a ter uma ideia da dimensão da atuação da Rede na região.

congregação do trabalho já realizado de forma individual na região, iniciou a comercialização conjunta de produtos ecológicos em 1998, com duas feiras em Porto União. Em 2012, contava com cerca de 20 famílias e mantinha 22 pontos de feira durante a semana em Porto União (SC) e União da Vitória (PR), constituindo a principal forma de comercialização dos associados.

A estrutura de funcionamento dos Núcleos da Rede, apresentada na página 34 dessa dissertação, com base em Santos (2002), foi descrita de forma semelhante pelas lideranças da Associação Hortibento e do Núcleo nos trechos de entrevista reproduzidos a seguir:

Nós hoje somos em 20 grupos no Planalto Norte. E cada grupo tem 2 representantes no Núcleo da Rede. E desses vinte se escolhe a Coordenação do Núcleo e o Comitê de Ética; o Conselho de Ética e de Verificação de Conformidade do Núcleo. Então essas são as pessoas. A Coordenação seria: o Coordenador, representando que nem o Presidente, o Coordenador de Finanças e o Secretário, com seu suplente cada um. E mais o Comitê de Ética. Isso é o que determina, assim, a Lei 10.832. Então, a partir daí (...) nós realizamos três reuniões anuais. As vezes são quatro reuniões. Mas três são do Núcleo: uma no início do ano, uma no meio e uma no final. E nesse período se faz (...) o Conselho de Ética, junto com a Coordenação também, mas mais o Conselho de Ética, faz a verificação de todos os grupos, da conformidade. Isso faz junto com o Comitê de Ética do grupo também. Que aí tem (...) cada grupo tem seu Comitê de Ética também; são três pessoas. E são três pessoas do Conselho de Ética do Núcleo. (Coordenador Núcleo Planalto Norte)

A Hortibento é um grupo (...) A Rede começa assim: alguns grupos aqui no Planalto Norte. Tem vários grupos, um dos grupos é a Hortibento. Aí você vai encontrar COMSOL, AFLORIR, tem vários grupos de agricultores ou apicultores. A grande maioria é agricultor. Nós começamos apicultura na Rede. Mas a grande maioria são agricultores. Aí os grupos se juntam e formam o Núcleo. (Presidente Associação Hortibento)

A partir da observação na reunião do Núcleo em São Mateus do Sul, em 17/11/16, a preocupação com o cumprimento das exigências legais, como forma de preservar o reconhecimento e legitimidade do SPG junto ao Estado, ficou evidente. Entre as pautas esteve a composição do Comitê de Ética do Núcleo (com 3 membros oficiais e 3 suplentes). No mesmo dia, a dificuldade em preencher cadernos de campo detalhados (em função do tempo necessário e da complexidade relativa ao policultivo) foi apontada em conversa informal com uma agricultora que participava da reunião. A saída apontada por uma agricultora representante de outro grupo frente à complexidade da documentação, compartilhada com as colegas durante a reunião, foi incluir no plano de manejo apenas as colheitas comerciais e os insumos comprados (apontando data e local/cultivo da aplicação). O Coordenador do Núcleo, enfatiza a necessidade de preencher o caderno de campo e plano de manejo em acordo com a lei, pois do cumprimento dessas exigências depende o reconhecimento legal da certificação. Segundo ele o MAPA ouve a Rede para estabelecer os critérios (estão em processo de debate) e agora eles devem se adequar para as fiscalizações do ano que vem.

A reunião de Novembro foi proposta como reunião de encerramento e balanço das reuniões do ano, na qual a frequência dos agricultores durante esse período é avaliada para o recebimento do certificado. Nesse sentido o Coordenador afirma que é preciso *balançar a árvore para só ficar as laranjas boas*. Com o aumento no rigor das exigências, pretendem dificultar a continuidade de membros do Núcleo que não estejam comprometidos com o cumprimento das normas da certificação participativa, especialmente a participação nas reuniões. Durante a reunião foram marcadas as visitas de verificação do Núcleo (o “olhar externo”). Nesse momento, o Coordenador do Núcleo enfatiza que o objetivo é ajudar os agricultores a aprimorar sua produção e não fiscalizar; esse policiamento é função do MAPA. Esse caráter mais pedagógico do SPG em comparação com a certificação por auditoria e à própria fiscalização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, também foi sublinhado na entrevista concedida a mim:

Só que a gente vai visitar a propriedade não é aquele intuito do fiscal. Eu até gosto de marcar uma reunião na comunidade em que a gente vai trabalhar também questões técnicas, não só de apicultura, mas de outras questões. E o pessoal gosta muito disso. Agora nós vamos visitar duas

propriedades. Pegando a norma da Rede, do grupo, o Regimento, e digo: olha, nós temos que estar cumprindo isso. Quem vai cumprir isso (...) se está cumprindo vai receber o certificado; não está cumprindo, infelizmente, meu amigo olha, você vai ter que cumprir isso para você poder receber o certificado. Então está sendo muito legal isso, boa aceitação, o agricultor está entendendo. (Coordenador do Núcleo Planalto Norte)

O Coordenador propõe que cada reunião do Núcleo seja feita em uma propriedade para que já façam quatro das visitas de verificação pelo Comitê de Ética⁴². Ele também enfatiza a importância da participação de consumidores para legitimar o “olhar externo”. Essa questão é apontada como um desafio a ser superado ainda em 2017. Esse ponto é reforçado durante a entrevista:

E hoje lá no Núcleo, nas próximas reuniões, já vamos pedir para cada grupo ter, no mínimo, um consumidor no seu grupo. (...) Você tem que me trazer nome de quem é o consumidor. Nas feiras a gente está convidando o freguês da feira para ir participar de uma reunião no grupo. Em Porto União, na Afruta, já vai consumidor na reunião. (...) E isso, se o consumidor vai, ele está vendo como é que é: a papelada, a documentação, está vendo como é que o agricultor está fazendo (...) E o consumidor não gosta muito de reunião e coisa e tudo lá. Ele gosta de ir lá ver se o produto é bom, ele quer uma garantia de que o produto não tenha veneno, seja orgânico e tudo, ele quer isso (...) Dá mais credibilidade. Então, isso que eu acho que o participativo diferencia. (...) Porque eu não quero assinar um documento sozinho. Como Coordenador do Núcleo e tudo, a nossa assinatura está ali porque está acontecendo todo um processo de reuniões antes da assinatura. (Coordenador do Núcleo Planalto Norte)

Minha observação nessa reunião se encerrou após o almoço com a saída antecipada, devido a motivos pessoais, do informante que eu

⁴² A estrutura e o funcionamento do Comitê de Ética no SPG serão apresentados a seguir, na seção sobre a certificação.

estava acompanhando. Na nossa ausência, os participantes conheceram a produção da família que sediou a reunião. Antes do almoço, entretanto, tive a oportunidade de conversar com o Coordenador do Comitê de Ética do Núcleo, que enfatizou o compromisso com a produção orgânica como fator para a continuidade dos grupos. “Tem bastante grupo. Tem alguns que tão meio fracassados. Alguns, sabe, eles não evoluem. Eles ficam naquela dependência se vai dar certo ou não vai. E alguns evoluem porque eles acreditam” (Coordenador do Comitê de Ética do Núcleo Planalto Norte). Nesse sentido, destacou as vantagens desse modelo, especialmente para a saúde, como principal motivação para praticar a agricultura orgânica, mesmo com a possibilidade dessa escolha acarretar menor retorno financeiro:

Desde 2002 eu estou operando com orgânico e não consigo mais mudar. (...) Nem que custe caro mas eu não volto [a produzir com agrotóxicos]. Porque, para você ter uma ideia, o alimento é diferente. É tudo. Se eu passar num lugar que tão passando veneno me faz mal, chegar em casa e faz mal. Não tenho vontade de mudar. (Coordenador do Comitê de Ética do Núcleo Planalto Norte)

2.3.2 Apicultura no Núcleo Planalto Norte da Rede Ecovida:

A partir de seu trabalho de campo, Nunes (2012) aponta a sobreposição das dinâmicas organizativas (...) sugeridas pela Rede Ecovida com aquelas próprias das associações e cooperativas das quais muitos dos membros da Rede já participavam. Situação semelhante ocorre com os apicultores vinculados ao Grupo Hortibento. Esses não formaram um grupo unificado; mas sim subgrupos dentro das associações de apicultores da região, da qual já faziam parte. Ou seja, a participação no Grupo Hortibento e na Rede Ecovida ocorreu a partir do interesse de parte dos apicultores que compunham algumas das associações da região em adequar sua produção ao manejo orgânico e certificar seu mel. Nesse sentido, o elemento comum que agrega esses apicultores é o processamento do mel no entreposto. O caráter dinâmico da estrutura organizativa do Núcleo e a preocupação em viabilizar as atividades do SPG em acordo com os requisitos legais, e da própria Rede, é testemunhado pela recente unificação desses sub-grupos de apicultores e integração dos mesmos ao grupo Hortibento. Esses

apicultores residem nos municípios de Joinville, Campo Alegre, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Itaiópolis e Mafra.

Os outros apicultores participantes da Rede integram o grupo da Comunidade Maquinista Molina e residem na região de Porto União, nos entornos da comunidade que dá nome ao grupo. Esse grupo é formado por apicultores, produtores de verduras e produtoras que trabalham na fabricação de produtos agroindustriais. Segundo relato de apicultor do grupo:

(...) nós temos o grupo que nós lutamos com abelha, o mais forte é abelha, e tem outras pessoas também que estão no grupo que lutam com verdura. E tem as mulheres que trabalham com massa. Bolacha caseira, pão (...) suco, geleia. (...) Nós estamos em onze famílias aqui e todos fazem parte do mesmo projeto. (...) nós estamos em oito aqui no SC Rural, produzindo mel, tem cinco que trabalham com verdura e cinco mulheres que trabalham com massas e geleias.” (Apicultor 1)

O acesso a programas de desenvolvimento estatais como elemento viabilizador das iniciativas em torno da certificação na região é evidente nos relatos sobre a constituição e continuidade de ambos os grupos estudados. Como discutido anteriormente, o SC Rural foi enfatizado por apicultores de diferentes associações, enquanto a participação da Associação Hortibento na Rede aparece a partir da motivação por buscar uma forma viável de certificação da agricultura familiar da região de São Bento do Sul, no bojo de um programa do governo federal de incentivo aos produtores orgânicos:

Eu conhecia a Rede assim: trabalhava dentro da prefeitura e a prefeitura teve um programa do governo federal de incentivo aos produtores orgânicos. Aí (...) vieram umas estufas. Eram dez agricultores. Vieram as estufas, veio um pouquinho de material e uma capacitação. E, junto, estava a certificação orgânica. Aí que era minha função de descobrir como é que, naqueles valores que sobrou [realizaria a certificação]. (...) Aí que eu fui pesquisando, pesquisando, já tinha conhecimento da Rede mas não sabia de maiores detalhes. Aí pesquisando a Rede, fiz contato, me inteirei, convidei eles e acabei montando o

primeiro grupo com esses agricultores e eu já entrei no grupo. Porque eu não tinha nada a ver com o benefício do programa: assim tipo, não era um dos dez [agricultores participantes]. Era eu, mais um (...) entramos uns 12, 13. Montamos um grupo para ajudar, porque era tudo de graça. Daí o único que a prefeitura fez deu uma ajuda de custo para vir o pessoal da Rede, ônibus essas coisas assim, que era o dinheirinho que tinha para isso. Daí morreu o projeto ali, acabou o prazo, mas se criou o primeiro grupo. Aí o grupo foi crescendo. Bem no fundo, o grupo original dos dez: o mais entusiasta infelizmente faleceu, um ficou, continua até hoje. Outros dois são orgânicos, super legal a propriedade deles, mas não tem interesse de vender (...) o que eles têm eles já vendem tudo. (...) O certificado eles gostaram mas eles não podiam ir em reunião (...). Aí não tem como, a regra é ir em reunião. Então, perdeu o interesse só, mas continua orgânicos. Só que daí o grupo (...) passou, saiu prefeitura, saiu qualquer coisa e essas partes foram acrescentando de outra cidade e foi crescendo, foi crescendo. Aí tem essas atividades desses participantes nessas cidades. Aí que a Rede começou a ter um grupo aqui (...) Não era nada para o mel: zero mel. Era de certificação. Era agricultores. (Presidente Associação Hortibento)

A associação Hortibento assume a gestão do entreposto a partir de contrato de concessão de direito de uso de bem público assinado em setembro de 2012 com a administração do município de São Bento do Sul, a partir de edital de concorrência pública de agosto do mesmo ano. Então, no ano seguinte, esse passa a integrar a Rede enquanto uma agroindústria participante do grupo Hortibento. A experiência da certificação do Entreposto de Mel e Cera de Abelhas Hortibento e dos apicultores que iniciaram a certificação participativa junto ao grupo Hortibento foi relatada em uma publicação de 2014 do Sebrae/SC divulgando o Programa Nacional Sebrae nos Territórios da Cidadania e os projetos de desenvolvimento territorial dessa instituição. Nesse relatório, Fábio Búrgio Zanuzzi e James Arruda Salomé (2014) fazem uma breve descrição do Território Planalto Norte Catarinense, da economia da região, com especial atenção ao município sede do

entrepasto. Eles sugerem a adequação da apicultura às características ambientais da região e as vantagens provenientes da produção orgânica certificada, especialmente do modelo participativo. Por fim, apontam os desafios enfrentados nos momentos iniciais da construção do SPG no entreposto e os compromissos firmados com os apicultores que integraram o grupo, chamado por eles de Núcleo da Região do Alto Rio Negro (entidade representativa da OPAC na região). Ao relatar esse início, afirmam que até o ano de 2013, nenhuma associação, grupo, núcleo, ou mesmo apicultores individuais possuíam certificação orgânica participativa específica para a apicultura no Brasil. Então, ao final de seis meses de intervenções, em novembro de 2013, 25 apicultores dos municípios de Itaiópolis, Campo Alegre e São Bento do Sul foram certificados de forma participativa.

A anterioridade da gestão do entreposto pela Hortibento em relação ao início da certificação dos apicultores e do próprio entreposto joga luz sobre um dado importante: o objetivo principal, estabelecido no processo de construção do entreposto, é atender o conjunto de associações de apicultores da região. De forma que a certificação participativa da apicultura orgânica constitui, nesse contexto, uma iniciativa desenvolvida através da gestão da Associação Hortibento que já constituía um grupo da Rede Ecovida desde final de 2011.

A respeito do entreposto, entretanto, alguns dos entrevistados acreditam que o projeto foi sobredimensionado e a capacidade de operação do entreposto excede as necessidades do público atendido. Nesse sentido, foram relatadas dificuldades na operacionalização do mesmo. A ideia era que os apicultores levassem o mel para ser processado lá e vendessem por conta própria. Isso não aconteceu, segundo o gestor do entreposto, pela inviabilidade dos apicultores lidarem com a burocracia que envolve a criação de uma marca, rotulagem e, ainda, lidar com as limitações logísticas e de comercialização. Divergências políticas e questões de cunho técnico, relacionadas à complexidade e alto custo de funcionamento do maquinário do entreposto, também foram apontados como obstáculos a utilização da capacidade máxima de processamento do mesmo.

O caminho adotado para cumprir a função social preconizada no projeto do entreposto foi a criação de uma marca pelo gestor do entreposto, utilizada por ele e pelos apicultores orgânicos que querem comercializar por conta própria, Região Imperial Dona Francisca. Outra forma de comercialização relatada foi através dos canais institucionais, notadamente o PNAE, principalmente por apicultores do grupo da Comunidade Maquinista Molina. Esses beneficiam o mel no entreposto

e o comercializam com marca própria, Molimel. Outro exemplo é a Associação de Apicultores de Campo Alegre, Apicampo, com a marca coletiva Vila do Mel. A forma de venda predominante entre os apicultores que acessam o entreposto, entretanto, é a venda do mel em tambores ou baldes ao gestor do entreposto. O Presidente da Associação Hortibento, responsável pela gestão do entreposto, afirma, então a prioridade dada ao mel orgânico, particularmente aquele dos membros da Rede.

O número exato de agricultores(as) e apicultores(as) certificados(as) não foi informado com exatidão, devido à entrada de novos membros e saída de outros. O principal motivo apontado para o desligamento foi o desinteresse em cumprir a principal exigência do SPG, como aponta o Presidente da Associação Hortibento em relação a dois agricultores que participaram do início do processo de certificação. De toda forma, apresento alguns números a seguir que, em conjunto com as entrevistas, ilustram as dimensões assumidas por essas organizações que compõem a Rede Ecovida na região. Entre os Cadastros de Unidades Produtivas disponibilizados pela Associação Hortibento constam 24 famílias que praticam agricultura; dessas, 19 no município de Campo Alegre, uma em Joinville, 2 em Mafra e 2 em São Bento do Sul. A produção declarada concentra-se em diferentes variedades de verdura e frutas (principalmente morango, mirtilo e amora). O principal tipo de comercialização declarado é a venda direta ao consumidor.

No mesmo grupo (Hortibento), constam 27 famílias que certificaram a apicultura: dessas, 16 estão vinculados à Aporita (Associação de Apicultores de Itaiópolis); 4 à Apicampo (Associação de Apicultores de Campo Alegre); 7 à Apiville (Associação de Apicultores de Joinville). A composição desses grupos é bem heterogênea, com apicultores que possuem de 3 a 600 colmeias e produções de 200 a mais de 6000 kg por ano. As formas de comercialização adotadas também variam bastante. Entretanto, observa-se uma tendência ao aumento na proporção da produção vendida a entrepostos (incluindo, mas não se limitando, ao entreposto investigado) entre as maiores produções; enquanto as produções menores tendem a ser utilizadas no consumo doméstico ou comercializadas pelas próprias famílias. Entre os Cadastros de Unidades Produtivas de apiários, também contavam 11 famílias vinculadas ao grupo Maquinista Molina; 8 em Porto União e 3 em Matos Costa. Com dimensões que variam entre 1 e 25 apiários por família, totalizando entre 3 e 200 colmeias. A produção, comercializada

majoritariamente através da venda para entrepostos, varia de 120 a 8000 kg por família por ano.

2.3.3 Sistema Participativo de Garantia:

Escrevendo a partir de trabalho de campo junto ao Núcleo Sudoeste do Paraná, Nunes (2012) afirma que o formato organizativo da Rede Ecovida e a estrutura de sua coordenação e conselho de ética não são bem definidos. De forma semelhante, o Coordenador do Núcleo Planalto Norte aponta a informalidade e falta de controle que caracterizaram as atividades relativas ao SPG, dando destaque ao papel desempenhado por uma leitura mais rígida das normas da Rede Ecovida e do MAPA, motivada em parte pela implantação do sistema de controle informatizado:

Que até um tempo, a certificação participativa achavam que: não, isso é fácil de fazer, vamos lá é só fazer a reunião e tudo beleza. Não havia muita anotação. E agora a gente está cobrando anotação, botar na Ata certinho. A Rede agora está tendo um sistema (...) online que cada grupo vai ter a sua senha, vai abrir tudo e ver quantas reuniões participou e tudo (...) Porque um fazia de um jeito, outro de um jeito. Então isso agora o sistema está alinhando, para fazer um padrão. O escopo também, padrão. Que o escopo é uma avaliação dos produtos que cada agricultor tem, e a família que foi visitada ou não no ano. E a Ata também é registrada direitinho. (Coordenador do Núcleo Planalto Norte)

As Atas são os relatórios do conteúdo das reuniões e a confirmação da realização da mesma e da presença dos participantes. O escopo, ou Documento de Aprovação ou de Renovação da Conformidade Orgânica, é um documento no qual é descrita a produção das famílias participantes do grupo e quais delas que foram visitadas durante o ano pelo Comitê de Ética do Núcleo. O Comitê de Ética do Núcleo e o Comitê de Ética de cada grupo fazem a verificação da conformidade. O Comitê de Ética de cada grupo é formado por três integrantes eleitos no grupo. De forma semelhante, o Comitê de Ética do Núcleo é formado por três pessoas escolhidas entre os representantes dos grupos nas reuniões do Núcleo. É atribuição do Comitê de Ética do

grupo visitar, no período de um ano, as produções de todas as famílias que integram o grupo. Já o Comitê de Ética do Núcleo deve visitar, ao menos, uma amostra de propriedades equivalente à raiz quadrada do número de famílias agricultoras em cada grupo participante do Núcleo.

Entretanto, em grupos muito pequenos, com, por exemplo, 3 famílias; o Comitê de Ética do Núcleo visita todos:

Isso não funcionou tão bem nos anos anteriores e nós começamos a aplicar a partir desse ano. Até por exigência da lei e até para gente estar cumprindo com essas normas da conformidade. Para garantir que todas as propriedades sejam visitadas pelo Conselho de Ética do seu grupo e, naquela raiz quadrada: de 10, visita 3. (...) Onde tem 3, visita um. Onde tem 3, (...) visita todos, é até mais fácil, quando é grupos menores. (Coordenador do Núcleo Planalto Norte)

Essa visita de verificação pelo Comitê de Ética do Núcleo, composto por representantes de diferentes grupos é por vezes referida como *olhar externo*, uma vez que é um momento em que alguém de fora do grupo estará acompanhando as atividades. Dessa forma, os agricultores esperam reforçar a credibilidade do sistema com um grupo visitando o outro. Além dos produtores de outros grupos, também compõem o *olhar externo* os agentes de ATER e os consumidores que participam das atividades da Rede.

A diferença nossa está aqui, que é a nossa forma de organização: porque na certificação participativa são várias pessoas que estão vendo a propriedade. E nós temos consumidores também que participam do grupo. Que não estão sendo certificados, os consumidores; mas eles estão participando. Nós temos o pessoal agora da EPAGRI: tem várias regiões que a EPAGRI, técnicos, não a EPAGRI, mas pessoas, técnicos, [estão] participando. Tem a merenda escolar, que as nutricionistas enxergam isso e estão vendo. Então tem várias pessoas que estão olhando como é que está funcionando. Então isso, no nosso ver, dá uma credibilidade maior. É diferente de uma pessoa ir lá visitar uma vez por ano a propriedade e assinar e dizer que é orgânico. Assim, (...) não

tem reunião sempre na mesma propriedade, mas esse agricultor tem que ir na outra. Então ele está dando o aval daquela propriedade se é orgânico ou não é, se está correto ou não está correto; se está vendo problema. Ele está assinando a Ata que ele foi visitar aquela propriedade também. Então acho que isso que dá maior credibilidade. E hoje tem muita gente, muitos consumidores, procurando o pessoal da Rede, que estão enxergando esse processo. (...) Então tem muita gente olhando ao redor. Por isso que é participativo, a gente está envolvendo; isso para dar maior credibilidade. (Coordenador do Núcleo Planalto Norte)

A dimensão do Núcleo, entretanto, constitui um obstáculo à realização das visitas de verificação pelo Comitê de Ética do Núcleo. O Coordenador do Núcleo aponta esse problema e a solução pensada no âmbito do Núcleo para cumprir as exigências relativas ao SPG :

(...) o Planalto Norte é um Núcleo muito grande: ele abrange desde o município de Bituruna, no Paraná, até Campo Alegre ali; até o pessoal de Joinville, tem alguns agricultores que participavam. Isso dá 360km, é complicado. Então, a gente até criou duas equipes de ética, uma mais para o lado de Santa Catarina para cá e uma mais para o lado do Paraná. Dividimos o Núcleo no meio, até para agilizar o serviço e conseguir verificar todas as propriedades.” (Coordenador do Núcleo Planalto Norte)

A grande quantidade de reuniões constitui o maior *custo* do SPG, uma vez que a anuidade da Rede, único valor monetário exigido na certificação participativa, é uma fração do preço cobrado pela contratação do serviço de certificação por auditoria. A participação nas reuniões dos grupos é obrigatória para todos os membros dos mesmos. A participação nas reuniões obrigatórias do Núcleo, por sua vez, se dá por dois representantes de cada grupo. A esse respeito, o Coordenador do Núcleo afirma:

É uma questão assim: que daí os produtores vem, “vamos na Rede Ecovida que é barato”. Não, não é barato não a certificação participativa. Você já

percebeu né? O agricultor tem que participar, no mínimo, a cada 60 dias de uma reunião. (...) Então, tem um custo aí, essa certificação... Da participação. Tem que participar, tem que vir na reunião. Nessas três reuniões do Núcleo, o grupo é obrigatório participar. E também na reunião lá do seu grupo.” (Coordenador do Núcleo Planalto Norte)

A respeito do prazo de conversão, os discursos das lideranças convergem. Apontam a importância do prazo como um princípio da Rede, buscando, numa perspectiva de processo, atingir a conversão total da propriedade. Por outro lado, indicam as especificidades que limitam/dificultam a concretização desse objetivo e o papel da sensibilização/conscientização para alcançá-lo; enfatizando elementos voltados à sanidade no processo de trabalho e do próprio produto:

Você pode ter, de toda a tua propriedade, um pedaço orgânico; porque tem pais, tem tios, parentes, primos que trabalham e os outros pedaços podem ser convencionais. Mas um dos princípios da Rede é que ele se converta orgânico. Uma conversa que ninguém desiste; só que, na prática, eles vão adiando. (...) antes era dez anos para converter toda a propriedade. Baixou para cinco anos, mas nunca chega no limite assim: “mais um ano daí acabou, tem que ser orgânico”. Eles sabem que às vezes já tem contrato, já tem parentes, que não vai conseguir deixar toda a propriedade orgânica. Então é um princípio da Rede isso. (...) É negociado. Vai pela situação. Por exemplo: na apicultura, no movimento eles fizeram uma discussão que só orgânico. Agora, naquela região é adaptada, já tem um raio grande. Mas se eu já estou geralmente pedindo arrendamento, agora eu vou convencer o dono da onde eu estou a fazer tudo orgânico? Não tem como. Então tem uma questão, assim, melindrosa. Vai adiando assim, agora, lógico: essa pessoa, especialmente o agricultor, ele vai mudando, vai virando orgânico, porque ele come orgânico, ele sabe do mal que faz o veneno. (Presidente da Associação Hortibento)

Desde a adesão à Rede e início do processo de transição/conversão para o manejo orgânico, o agricultor está apto a receber o

Certificado com dois anos. E daí com cinco anos tem que mudar tudo. Tem que ter 100 por cento orgânico. (...) Porque se você vai lutar orgânico, a gente pede que seja orgânico para não misturar. Se você tem uma parte orgânico, outra com químico, de repente está misturando no mesmo paiol os dois; ou você fica só com orgânico ou fica com químico. Daí para quem não quer lutar com químico tem que ser orgânico 100 por cento. (Coordenador do Comitê de Ética do Núcleo Planalto Norte)

Tem um prazo. Aí tem o Plano de Manejo. Tem o Plano de Manejo e Conversão: ele vai identificar essas áreas, vai colocar o que é área orgânica. Bom, essa área ali eu ainda não consigo fazer toda ela orgânica; então eu vou dizer: no primeiro ano eu vou fazer adubação verde, eu vou fazer isso, aí no outro ano eu vou plantar milho e ainda só vou tirar o produto químico [agrotóxico], vou deixar só os adubos químicos, no outro ano vou tirar o adubo, daqui a 4 ou 5 anos eu consigo transformar ela em orgânica; eliminar o produto. Então o agricultor vai dizer o tempo que ele precisa para melhorar aquilo ali. Agora, a gente está trabalhando isso, mas achamos muito complicado ter a produção convencional junto. O que nós pedimos é: se tem área orgânica, separa da convencional e faz um cadastro só da área orgânica. Então a gente fala para ter só orgânico. (...) Convencional deixa fora, separa. Só que daí nessa área orgânica não pode ter nem paiol nem nada, tem que ser tudo orgânico (...) Não pode misturar. Não pode ser cadastrada área orgânica e ter o produto convencional no paiol da área orgânica; o paiol tem que ser orgânico também (...) Separar. Ou (...) separar daí no paiol, mas isso é um pouco mais complicado. Tem que separar os paióis (...) Na agroindústria é diferente, um pouco, porque ali é o manejo. Mas também pode

funcionar dessa forma, também pode funcionar. (...) Às vezes ele tem uma área de convencional que está próximo da orgânica. Aí tem que ter barreira. (...) Que nem diz: tem que separar como manda a normativa (...) Só que daí agora na Rede a gente está trabalhando assim: o ideal é ter toda a propriedade convertida para orgânica. O ideal é colocar no plano de manejo: quantos anos eu preciso para converter toda ela? Cinco anos. Então nesses cinco anos você vai trabalhar as áreas que você tem em conversão, estar mudando, você não pode retroceder (...) Tem que ir avançando. Se retrocedeu aí complicou. Aí tem que ser discutido na reunião do grupo, colocar em Ata e tudo porque ele não vai conseguir o certificado. Até ele se adequar novamente (...) Passou o prazo: cultura anuais, dois anos; hortaliças, um ano e meio. Talvez se o agricultor entrou em conversão, digamos ele tem toda a propriedade orgânica, e plantou esse ano. Às vezes em seis meses ele pode entrar já como orgânico. Mas aí tem que ter uma comprovação antes de dois anos atrás não ter usado produto químico e tudo; alguém tem que comprovar isso; documentar isso para conseguir. Aí dá até para fazer com menor tempo. Mas no mínimo seis meses tem que participar em reunião. (...) Às vezes alguma entidade de assistência técnica local pode dar uma declaração de que o agricultor é orgânico há tanto tempo, que não usa produto químico, nada. (...) Tendo alguma coisa documentada ele já fez a conversão, ele está provando. Aí pode em menos tempo entrar e ter o certificado. A reunião é para ter o conhecimento do regimento interno do grupo, do Núcleo e conhecer a documentação, as normas, regras, as normativas, os insumos permitidos. (Coordenador do Núcleo Planalto Norte)

O grupo no qual meu trabalho de campo se concentrou é constituído pela Associação de Produtores de Hortigranjeiros da Região do Alto Rio Negro (Associação Hortibento). A esse grupo estão vinculados, além de famílias produtoras principalmente de frutas e hortaliças, o Entreposto de Mel e Cera de Abelhas Hortibento e a maior parte dos apicultores certificados pela Rede Ecovida no Núcleo. O

estudo da documentação disponibilizada na sede do grupo, especialmente as Atas das reuniões anteriores, a observação da última reunião do grupo em 2016 e da primeira reunião do ano de 2017 indicam que a própria estrutura do grupo está passando por um momento de transição: o Estatuto da Associação está em processo de reformulação, também estão realizando o recadastramento dos associados (com a saída de alguns) e, principalmente, os sub-grupos de apicultores (identificados anteriormente como Hortibento-Campo Alegre, Hortibento-Joinville, etc.) estão sendo unificados. Dessa forma o grupo Hortibento assume uma dimensão grande, testemunhada na reunião do dia 02/02/2017 que contou com algo em torno de 30 pessoas.

Situação diferente foi observada na última reunião do Grupo em 2016, no dia primeiro de dezembro. Essa reunião/palestra aconteceu em Campo Alegre, em espaço cedido por uma Igreja, próxima a propriedade de uma das famílias participantes do grupo. A reunião, que contou com algo em torno de 15 pessoas, iniciou com um café da manhã, apresentação dos novos participantes e preenchimento de Termos de Compromisso e Ata. Nesse momento, o Presidente da Associação lembrou os presentes da necessidade de estar com a documentação (Termo de Compromisso, Plano de Manejo e Atas) em dia, além do pagamento da anuidade. A seguir, o palestrante, membro da Rede da região metropolitana de Curitiba, fez uma apresentação sobre as bases teóricas da Biodinâmica e o manejo do solo. Após o almoço, o mesmo apresentou, na prática, algumas técnicas de incremento da saúde/fertilidade do solo com base nos princípios apresentados anteriormente. Esse momento de troca de experiências e aprendizado coletivo aconteceu na área produtiva da família que sediou a reunião.

A reunião do mesmo Grupo, realizada no dia 02 de fevereiro de 2017, na propriedade de uma das famílias, nas proximidades de São Bento do Sul, apresentou uma dinâmica diferente. Nesta esteve presente o atual prefeito de São Bento do Sul, que recentemente aderiu ao Grupo. Também estiveram presentes a Secretária de Turismo de São Bento do Sul e representantes da Secretaria de Agricultura e Prefeitura de Campo Alegre. Essa reunião é emblemática do momento pelo qual o Núcleo de Porto União, e possivelmente a Rede como um todo, está passando. A exemplo da reunião do Núcleo, o tom da fala do Presidente do Grupo Hortibento enfatizou a necessidade de adequação das atividades do Grupo às exigências da Rede e, mais ainda, do MAPA, cuja imposição está mais estrita devido à operacionalização, ainda em caráter inicial, da plataforma digital para envio de documentação criada pelo Ministério para possibilitar maior agilidade e controle sobre os produtores

orgânicos. Essa plataforma, alimentada pelos responsáveis em cada Núcleo, ao mesmo tempo em que é bem-vista, por agilizar os procedimentos burocráticos, representa para os produtores uma formalização e, até certo ponto, padronização, do seu sistema de avaliação da conformidade orgânica.

Foram discutidas questões relativas à produção de um mapa de ecoagroturismo divulgando a produção agroecológica da Hortibento também, a exemplo daquele produzido pela Prefeitura de Campo Alegre. Nesse sentido, também enfatizaram as possibilidades do cicloturismo. Começaram a discussão sobre pagamento por serviços ambientais. As propostas foram bem recebidas pelo grupo. O Presidente da Associação dirimiu algumas dúvidas sobre normas para certificação e rotulagem de produtos de acordo com mercados pretendidos (venda direta ou varejo). Nesse contexto, foram discutidas as possibilidades em relação à agroindústria de geleias e conservas construída em Campo Alegre, cujo processo de adesão à Rede já iniciou. A seguir, o debate foi sobre as feiras livres nos municípios do Grupo; foi proposto criação de feira exclusivamente orgânica em São Bento do Sul. A ideia de intercambiar produtos e, assim, aumentar a variedade dos produtos oferecidos, despertou grande interesse entre as famílias que já realizam a feira em Campo Alegre. A discussão também apontou para o aumento da organização dos interessados para coletivizar o trabalho e sua divulgação, promovendo o diferencial da produção orgânica da organização.

2.3.4 Sistema Participativo de Garantia e apicultura:

A certificação participativa da apicultura através da Rede Ecovida, em conformidade com os requisitos legais, foi possibilitada pelo desenvolvimento de modelos de plano de manejo adequados à forma como a atividade é desenvolvida profissionalmente. A especificidade da apicultura em relação às outras atividades produtivas certificadas no âmbito da Rede se relaciona particularmente com os hábitos de forrageio⁴³ das abelhas. Uma vez que os insetos não são limitados por cercas ou outras formas de contenção criadas pelo ser

⁴³ Forragear é o ato de buscar alimentos através de estratégias especializadas. O jargão apícola se refere às abelhas que coletam néctar, pólen e outras substâncias utilizadas pelas abelhas como campeiras (ou forrageiras). As plantas melíferas, com interesse para a apicultura, são, por vezes, chamadas de pasto (ou forragem) apícola.

humano, os mecanismos exigidos para impedir a contaminação de cultivos vegetais orgânicos por cultivos convencionais (como barreira quebra-vento), são ineficazes. Pelo mesmo motivo, a matéria prima (néctar e pólen) utilizada pelas abelhas na produção do mel (e na própria alimentação) não pode ser controlado senão pela manutenção de uma distância mínima entre as colmeias e possíveis fontes de contaminação. Essa distância corresponde ao alcance das abelhas campeiras, aquelas cuja função na colmeia é coletar a matéria-prima utilizada na fabricação do mel e outros produtos apícolas:

(...) o raio de 3km não pode ter agrotóxico, não pode ser transgênico, não pode ter foco poluidor, indústria, lixo. Significa que a abelha, ela se desloca num raio de 3km. Nesse raio não vai ter nada poluidor, em consequência a abelha não vai ter contato com nada químico e a garantia que esse mel é puro. (Presidente Hortibento)

Diante dessas características, dois perfis de apicultura foram observados. No primeiro caso, uma família integrada à Rede Ecovida pratica a agricultura e outras formas de produção certificada na mesma propriedade; no segundo, mais comum entre apicultores que tem a atividade como principal fonte de renda, essa é praticada em áreas de mata nativa ou silvicultura pertencentes a outros produtores rurais. Em troca, os apicultores entregam parte da produção ao proprietário; habitualmente 1 ou 2 quilos de mel por colmeia.

Se a propriedade é dele toda e tem apiário na propriedade dele e produção de verdura é um plano de manejo só, está discriminado no mapa (...) para cada área dessa. Ele faz um plano de manejo só no dele. Mas digamos, aí tem área 1, área 2, mapa 1, mapa 2; todo o esquema ali com georreferenciamento, tudo direitinho. (...) O meu mapa 1 é aqui, daqui 10 km tem outro, daqui 5 km tem outro. Então você sabe direitinho onde está cada apiário. Daí o Comitê de Ética visita esses apiários. E daí nós, do Núcleo, Comitê do Núcleo, fazemos um sorteio para visitar os apiários, porque daí é longe e não se vence tudo de uma vez. (Coordenador do Núcleo Planalto Norte)

Em Porto União que eu tenho essas 8 famílias que são produtores pequenos, que tem sua área. Mas eles estão numa área localizada próximo a essas lavouras maiores. E daí (...) eles arrendam terreno para colocar abelhas. Então, em áreas (...) de preservação, área de mata, área (...) que é permitido, que tem condição de colocar. (Coordenador do Núcleo Planalto Norte)

Quando questionado sobre as características da atividade na região, especialmente em relação aos apicultores que fornecem mel ao entreposto, o Presidente da Associação Hortibento responde:

São bem especializados. Tem alguns locais que tem, tipo permacultura: faz tudo no local, gado, aquele ciclo completo de agroecologia na mesma propriedade. As abelhas um pouquinho se deslocam disso. (...) Então, algumas famílias tem tudo e apicultura, mas essa apicultura é para consumo próprio (...) Então, o apicultor *apicultor* [profissional] tem que ter vários apiários. (...) Hoje em média tem quinze [colmeias] por apiário. (...) Então ele tem que ter 5, 6, 7, 10 apiários (...) Se for para comercializar. (...) Eu te digo mais uma coisa. A grande apicultura, esses que eu te falei que já existiam, que já são certificados, eles estão conhecendo a Rede. É diferente do agricultor que tem a Rede como bandeira, o agricultor que está na Rede por questão de princípios. (...) Porque a Rede é quase que um princípio de vida, uma opção de vida. Então não é só agricultura (...) eles fazem isso para não consumir agrotóxico, para não vender agrotóxico porque são as pessoas que se voltaram para o meio ambiente (...) para a saúde, etc. Então, é uma opção de vida. A grande apicultura, mesmo os que estão certificados pelas auditadas (...) não vou dizer que é um comércio, são agricultores: não é aquele comerciante. [O apicultor] está no mato. Mas não são necessariamente orgânicos. Eu vejo que, por exemplo, falando das auditadas, (...) Não são pessoas que na sua casa, na sua chácara, fazem tudo orgânico. São pessoas que “pô, o mel vale mais, eu tenho um comprador que tem que

ser certificado porque os Estados Unidos exige”. Então eu tenho que mandar, tem que ser bom. É diferente daquele que tem a opção de vida “eu moro numa permacultura que é tudo orgânico e tenho minhas abelhas”. (Presidente Hortibento)

Os procedimentos de certificação foram descrito como segue. O primeiro passo é a participação do(a) apicultor(a) em um dos grupos. Então:

Entra no grupo, a primeira coisa que o grupo faz é uma Ata de Adesão, protocola a Ata de Adesão para começar a correr o prazo de conversão. Entrou no grupo, começa a participar das reuniões. Conforme o grupo, é a cada dois ou três meses uma reunião. (...) Na apicultura, por exemplo, são de 4 a 6 meses de transição, enquanto nas verduras é um ano, um ano e meio (...) Porque o ciclo de vida das abelhas é mais curto. Então, desde que comece um ciclo novo, orgânico, tudo orgânico, em 4 ou 5 meses já fez o ciclo (...) Já substituiu tudo. Então não há porque esperar, desde que aquela área não tenha agrotóxico, etc. E daí entrou no grupo, participou das reuniões, mandou a documentação para o Núcleo, o núcleo repassa para a (...) organização. E, passou o prazo: está orgânico. Teve vistoria, obviamente: daí teve as vistorias do grupo (...) teve as vistorias do olhar externo, que seria do Núcleo principalmente. Passou tudo em ordem, passou os prazos: está certificado. (Presidente Hortibento)

Além da Ata de Adesão ao grupo e Termo de Compromisso do Fornecedor Ecologista, também é fundamental a elaboração de um Cadastro de Unidade Produtiva e o Plano de Manejo e Conversão. Esses documentos técnicos foram criados através das consultorias tecnológicas, segundo os profissionais do SEBRAE/SC, pois os documentos existentes eram focados somente na produção vegetal. A principal especificidade apontada é a elaboração de um anexo específico indicando a localização, através de georreferenciamento, dos apiários. Também constam nesse anexo, para cada apiário, número e tipo de colmeias, raça/ecótipo/tipo das abelhas, origem das colmeias

(captura/multiplicação/compra), produtividade, período de colheita e produtos comercializados (mel, própolis, geleia real, cera). Nas palavras de um dos apicultores entrevistados:

A nossa parte [na certificação] é isso: nós colhermos o mel... nós termos o apiário na área preservada (...) área preservada, que é controlada (...) E também a higienização da casa [de extração de mel]. (...) Tem que ter a casa com 4 metro de altura, tudo revestida de azulejo, as máquinas [de] inox ... (Apicultor 1)

Nessa mesma conversa, esse apicultor relatou, ainda, as reformas em curso na casa de extração de mel utilizada pelos apicultores do grupo ao qual pertence. Essas reformas foram exigidas pela fiscalização do MAPA e estão sendo realizadas com recursos acessados através do programa SC Rural. Essas mudanças passam, principalmente, pela substituição das portas de madeira por vidro e divisão do espaço interno da casa de extração:

(...) veio a fiscalização do MAPA e exigiu que nós temos que trocar essas portas de madeira, fazer uma sala para recepção aqui. (...) E vai ter outra porta por lá para outra pessoa (...) nós temos que entrar por lá, ficar lá dentro, e a outra pessoa que tá fazendo o manejo tem que ficar aqui, nessa sala de recepção; passa só o favo limpo para lá, não vai entrar caixa lá dentro da casa. (Apicultor 1)

Ele aponta, nesse sentido, que:

(...) ainda estamos nos adequando (...) adequando as coisas para fazer certo, que ainda tem coisa que não está certo (...) que nem a cobertura [das caixas de abelha], a cobertura era tudo de eternite. Daí para nós pegarmos a certificação tinha que mudar, outro material, não pode ser eternite por causa do amianto. Quando nós fizemos o projeto de padronização para certificação tinha que trocar 10 por cento por ano das coberturas de eternite. (...) hoje estamos com 90% eliminado o eternite. (...) Agora compramos 1400 chapas dessa de cobertura ecológica (...) Então agora estamos trocando tudo:

a cobertura vai ficar 100%, os orgânicos vão ficar 100% com cobertura ecológica, em área preservada (...) Eu acho que, no próximo ano, chegamos no 100% de padronização. (Apicultor 1)

De forma semelhante, o Presidente da Associação Hortibento afirma a aceitação da exigência de conversão total entre os apicultores. Mais ainda, enfatiza o interesse entre os mesmos em adequar tantos apiários quanto possível às exigências de conformidade orgânica, visto que essas estão relacionadas mais a questões como localização e material utilizado na produção. Além disso, a maior rentabilidade do mel com certificado também é apontada. Embora impliquem um maior rigor na organização do trabalho e a elaboração de relatórios sobre a rotina de higienização, especialmente em relação à casa de extração do mel e ao entreposto, boa parte das exigências relativas à certificação decorre da utilização alternada dos equipamentos para manejo de produto orgânico e convencional. De modo que, com a conversão total da produção, os apicultores não precisam mais se preocupar com algumas exigências, como separação dos equipamentos (tambores, caixas, etc.) utilizados com o mel convencional daqueles utilizados com o mel orgânico (e dos próprios méis nos estabelecimentos) e uma rotina de higienização completa das centrífugas, filtros, decantadores e tonéis entre o processamento do mel convencional e o orgânico.

Essa preocupação está presente no entreposto, que trabalha com os dois tipos de mel. Nesse sentido, os entrevistados mencionam a necessidade de um cronograma ou cartilha de manejo da limpeza do local, enquanto o artigo dos técnicos do SEBRAE menciona o estabelecimento de processos de autocontrole de qualidade (BPF, PPHO, APPCC) no contexto da adequação do estabelecimento para ser certificado nas operações com produtos orgânicos (ZANUZZI, SALOMÉ, 2014). A esse respeito, o representante do entreposto afirma:

Todo entreposto, e inclusive o apicultor, ele pode ter uma produção orgânica e outra convencional. Aqui, internamente, o que tem que acontecer é uma segregação total. Quando você está processando orgânico você higieniza ele [o entreposto]: nada agrotóxico, nada químico e daí começa (...) todo esse processo de envasar o orgânico. Termina o processo, higieniza de novo e aí começa o convencional. Não pode misturar os

dois. O local também onde estão os depósitos de mel orgânico que estão esperando para ser processado é separado do mel convencional. Tem uma área separada pela faixa verde, não pode ter mistura. E em cima de cada tambor ou balde tem que ter a rastreabilidade. Que é simplesmente dizer quem é o proprietário, quem é o apicultor, ou de quem a gente comprou. (Presidente Hortibento)

Já o manejo das colmeias propriamente dito não sofreu grandes alterações com a conversão, em contraste com outras atividades agrícolas nas quais o manejo orgânico implica, muitas vezes, a utilização de insumos e mesmo técnicas de trabalho completamente diferentes. Esses pontos são relatados nos trechos de entrevista a seguir:

(...) a parte do mel orgânico é a parte de extração: tirar da caixa, trazer da caminhoneta, a caminhoneta, é claro, tem que estar limpa e tudo. Mas onde você vai manusear, ali é que ocorre o grande risco de contaminação. Então, produzir o mel lá no mato, para mim é todo orgânico. (Apicultor 5)

De repente, mudaria alguma coisa na caixa só, mas vamos dizer assim, de repente a cera, onde você vai pegar, ou coisa assim (...) Mas o trabalho que você faz sobre a abelha, eu acredito que vai mudar muito pouca coisa [com a certificação]. Vai ser mais difícil você conseguir achar uma localidade onde você botar o apiário que não tenha agrotóxico ou estrada. Isso vai ser mais complicado, eu acredito que vai ser mais difícil achar. (Apicultor 6)

Nesse viés, a ausência de tinta ou outro agente impermeabilizante que possa contaminar o mel foi enfatizada, além do uso de matéria-prima permitida nas caixas, caixilhos e cobertura e o cuidado com os acabamentos, feitos em inox, por um dos apicultores entrevistados, para que não tenha oxidação. O mesmo conta que no início da profissão pintava a caixa com tinta a óleo. Hoje não, hoje ele impermeabiliza ela com óleo de linhaça com 10% de cera aquecida.

A dificuldade no preenchimento dos documentos e a grande quantidade de reuniões são apontados como elementos que desestimulam a participação dos apicultores nos grupos de agroecologia e geram instabilidade, uma vez que o manejo convencional não é tão estritamente regulamentado como o orgânico. Nas palavras de um dos apicultores, cuja Associação iniciou a certificação participativa com 15, dos quais 3 continuam até hoje:

(...) para fazer esses relatórios, isso aí que é o diabo. Eu também não gosto de fazer. (...) Por exemplo, que nem a casinha do mel (...) tudo você tem que fazer o *checklist*, tudo você tem que falar, tudo você tem que escrever: você lavou a casinha do mel? Diz: olha, lavei, tal e tal dia e tal, colhi mel tal dia. Olha, entrou formiga, tal. O que você fez? Matei com álcool. Olha, deu uma rachadura no chão, isso tudo você tem que escrever. (...) daí você tem que tratar água, tem que clorar, você tem que fazer o exame da coloração da água e tudo e tem que marcar. (...) Não, negócio é produzir e mandar o mel; se for convencional não precisa nada disso. Esses troços que empombam (Apicultor 4)

Os líderes do Grupo Hortibento e do Núcleo Planalto Norte indicaram a divulgação dos dispositivos específicos para certificação participativa da apicultura para os outros núcleos da Rede Ecovida:

E esse processo, na Rede, agora a gente está orientando os outros Núcleos. Tem o Núcleo ali do Vale do Itajaí, [que] já tem algumas propriedades. O outro, lá de Laguna para baixo, que tem vários apicultores, já estão procurando a Rede para ver como é que faz a certificação, para eles entrarem na Rede também. Não é que nós vamos certificar no outro Núcleo. Damos a orientação no outro Núcleo daí o pessoal pode fazer a parceria com a Hortibento para trazer o mel ali para legalizar ele (...) no SIF, para poder vender. (Coordenador Núcleo Planalto Norte)

2.3.5 Comercialização:

Para Julian Perez-Cassarino (2012), os números levantados a partir das estimativas apresentadas pelos núcleos da Rede confirmam em grande medida a priorização dos mercados locais preconizada nos Cadernos de Formação da Rede, com o espaço das feiras ecológicas, o do mercado institucional e das lojas próprias (de membros da Rede) correspondendo às principais iniciativas em termos de quantidade de espaços de venda. Ainda segundo o pesquisador, o varejo “tradicional”, ou seja, a venda para redes de supermercados, lojas de produtos orgânicos, restaurantes e outros espaços estabelecidos, ainda ocupa um espaço tão importante quanto o mercado institucional, porém menos significativo do que as feiras. A predominância das feiras no contexto da pesquisa a partir da qual foi escrita a tese desse autor (que abrangeu diversos Núcleos da Rede), pode indicar a prioridade dada aos mercados locais, ao fortalecimento de estratégias de aproximação agricultor-consumidor (através da venda direta e circuitos curtos), bem como ao fortalecimento da autonomia dos agricultores organizados.

No mesmo sentido, o Coordenador do Núcleo Planalto Norte enfatiza a venda direta (feira e mercado institucional) e o Circuito Sul da Rede Ecovida, trajeto de intercâmbio e comercialização de produtos entre produtores de diferentes núcleos da Rede:

A feira é o maior canal, e o melhor; entregou ali, dinheirinho na mão. Aí temos o Circuito da Rede Ecovida, que é um canal muito importante, bom, que passa aqui na nossa região. O mel ainda está meio devagar no Circuito, mas agora está começando a entregar. (...) O PNAE, que é hoje nosso melhor mercado do mel; (...) vendemos até 2500 quilos esse ano, é para ser 10 toneladas. Mas daí essa questão do estado que não consumiu toda a quantidade. Para a próxima safra está previsto também umas 10 toneladas para o Estado, para a merenda escolar (...) Pela Molimel (...) [que] é uma filial da ComSol. (Coordenador do Núcleo Planalto Norte)

O entrevistado também aponta a adequação às exigências legais, especialmente as relativas ao Serviço de Inspeção Federal de produtos de origem animal, e a rotulação como formas de acessar novos mercados. Nas palavras dele, a certificação participativa do mel não foi

difícil, o mais difícil era ter a inspeção da industrialização. Esse obstáculo foi vencido através da parceria com o Entreposto Hortibento. A diversificação dos canais de comercialização como alternativa à possível falta de continuidade do mercado institucional foi, então, apontada como meta:

A questão é que nós estamos lá com a Hortibento até pela questão da parceria que a gente fez por causa do Serviço de Inspeção Federal. Esse é o princípio para nós podermos comercializar. Não adiantaria a gente fazer todo esse processo de certificação se nós não tivéssemos a garantia da comercialização. É necessário para comercializar. (...) Mas como nós temos a cooperativa, a cooperativa é esse canal de comercialização. A gente tem a facilidade de fazer também o SIF: nós temos a casa do mel, a pequena agroindústria. Mas todo esse processo demora muito, daí a gente fez a parceria com a Hortibento. A comercialização, a ComSol tanto pode vender para o agricultor familiar, que daí através da Cooperativa ele não perde os direitos de agricultor familiar, INSS e tudo; ele pode vender para a Cooperativa. E aí ele tem a garantia da certificação e a garantia do registro da Inspeção. São duas coisas que, pela cooperativa, ele tem; que pode colocar em qualquer mercado do Brasil inteiro, até exportação se quiser dá para colocar. E eu acho que é isso; a gente optou a estratégia por isso aí pela facilidade que o agricultor vai ter: ele não se incomoda nada com isso, a Cooperativa faz todo o processo. Claro que tem um custo aí, mas o produtor ganha um preço melhor. (...) Mas aí com essa questão do SIF e tudo, ainda está faltando código de barra no mel; a hora que nós colocarmos isso vamos chegar no mercado com mais facilidade. (...) Nas lojas, (...) creio que agora o pessoal descobrindo que tem SIF, que tem certificado direitinho, vai ter procura. Hoje nós colocamos até no Box em Florianópolis, o mel. (...) Nós tendo comercialização tem tudo, o agricultor tem renda. As feiras, que é o melhor mercado. O mercado institucional agora que facilita um tanto, mas tem seus riscos também de

mudança de contrato, (...) e muita burocracia, muita exigência. E também o melhor seria o mel, a comercialização, ir para outros mercados: CEASA, entreposto, box e feiras, o Circuito da Rede. (Coordenador do Núcleo Planalto Norte)

A comercialização do mel processado no entreposto pode seguir três caminhos, descritos a seguir:

1- Quem tem marca, tipo eles [ComSol], que tem marca. Traz o mel, processa e vende com a tua marca. Paga só pelo processamento. 2 – Quem não tem marca e quer vender: a gente pega o nosso rótulo, processa o mel dele, entrega o potinho e ele vende na sua região, com o nosso rótulo [Região Imperial Dona Francisca]... E a terceira opção foi, que o pessoal mesmo pediu: a gente quer que você compre o nosso mel e venda. Então são esses três mecanismos para a coisa ficar sustentável. (Presidente Hortibento)

Entre os apicultores que participam do SPG através do Grupo Hortibento, a terceira opção é a forma mais comum de comercialização através do entreposto. Nas palavras do gestor do entreposto, eles

(...) também preferem vender para nós e a gente comercializa. Porque imagina que é o seguinte: todas as cidades aqui do interior são cidades pequenas. Se São Bento tem 75 [mil pessoas], Itaiópolis deve ter 35 [mil], 40 mil habitantes, talvez menos até. Então, quer dizer, não tem mercado para eles venderem, ou mesmo nas cidades próximas. Esse foi um dos motivos porque o entreposto foi parar em São Bento, porque São Bento está perto do fluxo de Curitiba, Joinville, Jaraguá, grandes centros (...) bem no interior não tem a mesma valorização, mel orgânico. Não tem muita diferença, já sabem que o mel é bom (...) então não há mercado que justifique fazer marca com padrão. (...) Então eles mesmo preferem: não, comercialize e pronto. (Presidente Hortibento)

O mesmo entrevistado menciona o acesso aos mercados institucionais através das cooperativas da região como uma opção de peso similar que, em certa medida, contrasta com a anterior:

Tenho uma observação aqui, porque assim, (...) para incentivar o fluxo aqui no entreposto tinha que criar parceiros para ajudar a pagar as contas. No caso, a gente ajudou a criar mercados pelas associações de fornecerem para a merenda escolar. Então essas não passam por nós, a gente só processa, fraciona e vende para o Estado, para a merenda escolar do Estado (...) A gente não comercializa. A gente só processa e eles comercializam. Envasamos para eles (...) Rotula tudo, só que com a marca (...) deles. Então quer dizer, essas entregas não são tão pequenas: tem razão. Você tem Comsol [que] tem um contrato de entregar 8 toneladas (...) Para a merenda do Estado. (...) Então aí é significativo. A Cooperdotchi também se dá esse movimento. O ano passado já entregou, esse ano também está entregando. (...) E o deles não é pouco: 10 toneladas (Presidente Hortibento)

Sobre as exigências na comercialização e a burocracia sob a qual se assenta a rastreabilidade exigida do mel, o entrevistado menciona: a autorização para processar mel do MAPA, que tem uma inspeção bem rigorosa, o certificado de conformidade orgânica do entreposto, cuja legitimidade depende da cadeia produtiva toda estar certificada, e a Nota do Produtor Rural, que atesta a origem do mel.

Sobre a motivação por trás da manutenção de marca própria pelos apicultores da região de Porto União, num contexto de parceria e trabalho conjunto na certificação e no processamento do mel:

A Molimel já tinha a marca deles no município para vender. Então, a ideia é manter. Eu acho que independente, vai estar lá o entreposto como um parceiro para a industrialização. A gente tem a nossa marca. Claro que agora tendo mel orgânico vai ter o selo da Rede Ecovida; está ali a Rede. Porque se a gente tiver uma marca só vamos virar uma plataforma, um sistema. Não é essa a ideia. A ideia é estar o selo da Rede ali com várias

pequenas unidades. Porque daí isso vai ser nos grupos. Isso é participativo. Porque daí o meu grupo lá eu cuido bem do meu mel lá em Porto União e dou aval para o grupo ali de São Bento que cuida bem do mel ali, de Campo Alegre [e região]. Assim por diante. E uma hora o grupo deles vai nos visitar, uma hora nós vamos visitar eles. Cada um com sua marca. De repente eles não tem mais mel para vender, vende o nosso; nós não temos, vendemos o deles. (Coordenador do Núcleo Planalto Norte)

Um dos apicultores entrevistados, que fornece mel para a ComSol, relatou que apesar do aumento das despesas no processamento do mel no entreposto (especialmente em função do transporte do mel bruto das proximidades de Porto União para o entreposto e, depois, do mel fracionado de volta), essa parceria é vantajosa devido ao acesso ao PNAE. Além de contrato anual, garantindo a venda de uma quantidade significativa, esse Programa também prevê acréscimo de 30% ao valor pago quando esse é certificado como orgânico. A vantagem no quesito preço é observada pelo apicultor, inclusive em vendas não institucionais.

A ampliação do mercado institucional, notadamente através da inclusão de mel na merenda escolar, foi uma reivindicação recorrente nas entrevistas. Um dos apicultores entrevistados relata, inclusive, experiência recente no próprio município: “Vai ser feito um experimento. Vai ser tudo testado, se as crianças vão gostar ou não vão gostar. Se vai ter aceitação” (Apicultor 5). O mesmo apicultor enfatiza, orgulhosamente, que a cooperativa da qual faz parte “é uma das cooperativas mais transparentes do estado. Onde o produtor sabe por quanto está sendo vendido o produto lá na ponta. Sabe por quanto ele está recebendo e sabe quanto a Cooperativa está recebendo. Quanto que custa uma logística disso.” (Apicultor 5). Esse apicultor revela também a ambição de construir, através dessa cooperativa, uma marca coletiva através da qual os apicultores cooperativados possam comercializar seu mel. Nesse sentido, sua ideia é que no rótulo conste, além da marca da Cooperativa, uma identificação do produtor: “Mesmo envasado lá no entreposto (...) A gente precisa de um rótulo (...) Uma marca da Cooperativa.” (Apicultor 5). Ideia semelhante surgiu na discussão sobre comercialização conjunta na reunião de fevereiro de 2017 do Grupo Hortibento. Nessa, alguns produtores propuseram a criação de uma marca coletiva para os membros da Rede Ecovida da região que possibilitasse a identificação individual dos agricultores no rótulo.

Outros apicultores, por sua vez, não veem a comercialização do próprio mel envasado diretamente para o varejo como uma alternativa viável diante do trabalho extra relacionado à manutenção dos estoques e logística de distribuição. Outro impedimento apontado diz respeito à burocracia para criação de uma marca e alto custo relacionado ao transporte e processamento:

Não tem problema para vender mel hoje. O problema está, assim, para você vender no comércio. Para você vender melhor (...) tem muita burocracia para você vender (...) para você por no mercado o mel. Hoje é mais negócio pegar e mandar para uma empresa dessas [exportadoras] (...) Até compram no mercado aí, mas dá trabalho para você. Tem que levar lá em São Bento. (Apicultor 4)

Outro apicultor, ainda, defende a marca coletiva como forma de contornar essas dificuldades:

(...) tem muitos lugares, em que eles querem fazer mais um rótulo; mais um produtor quer (...) vender seu mel no mercado. Não adianta. Vamos sentar, vamos fazer todos juntos (...) Porque está acontecendo o seguinte: você tem seu rótulo, eu tenho o meu, ele tem o dele. Nós vamos nos encontrar na frente da mesma padaria para competir entre nós. Então vamos sentar junto, fazer um rótulo só e vai você lá e vende para todos nós; por um preço melhor. É isso que nós temos que fazer; nós temos que pensar nisso. E nós temos que cuidar, não podemos esquecer, que o viés do produtor é muito mais produtivo do que mercadológico. O mercado é importante? Claro que é. Mas não está no perfil do produtor a questão mercadológica; se ele fosse cuidar da questão de mercado ele não seria produtor. O produtor, na verdade, ele funciona assim: quando você terminou de fazer a safra, a produção do seu produto vira uma batata quente na mão dele (...) Por isso que ele bota fora a produção dele. Ele não tem o perfil de comercialização, de vender, de mercado. Ele não é um mercador, ele é um produtor. Então, se nós temos dentro do grupo um

cara que tem esse perfil, vamos dar força para ele.
(...) Por isso é o cooperativismo. (Apicultor 3)

Diferentes apicultores relataram a transmissão familiar da atividade, através dos pais ou irmãos, e um começo tímido na apicultura, como fonte de renda extra ou mesmo passatempo/*hobby*. Em alguns desses casos, entretanto, a apicultura passou a ser a principal atividade profissional. Esse caráter informal da prática da apicultura e a situação favorável de venda são associados por alguns apicultores à baixa produtividade e outras dificuldades técnicas; favorecendo o mercado informal em detrimento da busca pelo entreposto por apicultores com produções relativamente pequenas. A apicultura

(...) não recebe a atenção devida em função da economia dela. (...) Pelo próprio praticante. Ele cuida da vaca primeiro, da criação primeiro, da plantação, da lavoura primeiro. Se der tempo ele vai ver as abelhas; se o tempo não atrapalhar. Às vezes passa o tempo e ele não olhou as abelhas. Porque o tempo da safra da abelha coincide com a época de preparo do solo, colheita. (Apicultor 3)

Então, para quem vende informal não interessa o agroecológico (...) Porque o mel que eu vendo, convencional, é tão bom quanto ele. Porque ele conhece, eu te conheço, ou você vai no meu cliente, ou você compra mel teu, “ah, mel do fulano?” “o meu dele é bom”. E nós temos uma ferramenta de venda bem interessante por causa que temos o título como melhor mel do mundo. Então, o consumidor sabe disso. Então, tudo isso ajuda a vender. (Apicultor 3)

Isso é vendido na porta de casa, sem o mercado formal. Porque ninguém tem rótulo; todo mundo envasa em casa, tira o mel na cozinha de casa e bota no pote e vende para o vizinho. (...) Vai tudo. Ninguém tem sobra de mel (...) Mas nós temos todo um mercado formal. Que vem a Minamel, que vem a Prodapys, que vem todas as empresas que tem mel inspecionado, estão vendendo aqui também. (...) O Breyer vende aqui também. Então, todo mundo vende mel aqui dentro; porque tem mercado para todo mundo. (Apicultor 3)

Entretanto, um apicultor que relata início gradual na atividade, baseado no mercado informal, atribui outra importância ao fornecimento de mel para o entreposto:

(...) eu não teria necessidade, vamos dizer assim, que nem ano passado, de vender para o entreposto. Mas você vende para o entreposto que você consegue, como eu tenho bloco de nota e coisa e tal, (...) agregar um pouquinho mais de valor na nota que você tem. E você, de repente, daqui a pouco você quer fazer um financiamento no banco e você consegue provar que você produz e consegue vender com nota. (...) Quanto mais eu conseguir pegar com nota e coisa e tal, para mim me ajuda. Amanhã ou depois vai que eu precise me aposentar ou coisa assim. (Apicultor 6)

Entre os produtores com as maiores produções, a venda para os entrepostos exportadores ainda é o canal de comercialização através do qual escoam a maior parte do mel produzido. Diante desse cenário, um dos apicultores entrevistados acredita que o caminho para o desenvolvimento do entreposto passa pelo aumento da produtividade da atividade e consequente baixa no preço final do mel. De forma que o mel processado possa competir com o mel vendido informalmente ou de forma clandestina nos mercados da região. Nesse sentido, também é enfatizado o papel do aumento da fiscalização sobre os pontos de comercialização:

Então nós precisamos de alguém que compre mel; que faça essa compra de mel e que faça o mercado de rede. Deu fluxo para isso, as pessoas vão procurar para vender, vão querer vender mel para o entreposto. Tem que ser assim. E quem vai dar uma mão muito especial nisso aqui é a fiscalização. Como aconteceu com o leite ano passado: chegava, pegava o cara que estava vendendo leite de bicicleta, pegava aquele leite e jogava no ralo, jogava na boca de lobo. Aí dava prejuízo para todo mundo. Aí o pessoal: “ah, eu não vou vender leite porque se o fiscal pegar eu perco tudo”. E com o mel tem que acontecer o mesmo caminho; vai acontecer o mesmo caminho.

Ou por gerações: eu compro mel, eu vendo, do produtor, sem rótulo: eu vendo todo o meu mel. Você vai lá no meu carro tem mel lá dentro, sem rótulo. Meus filhos não compram mais (...) sem rótulo. Porque eles vão no mercado. (...) Eles compram já. (...) Eles só pegam lá em casa se eu estou mexendo com mel, que eles veem. (Apicultor 3)

No capítulo seguinte buscarei sintetizar as principais questões que emergem da revisão teórica e da problemática definidas no primeiro capítulo à medida em que exploro sua interface com os dados construídos a partir do trabalho de campo. Nesse sentido, o capítulo 3 constitui, também, uma retomada dos pontos de vista expressos pelos atores que participaram da investigação empírica e uma análise dos mesmos à luz da teoria.

3 TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA – ENTRE TEORIA E PRÁTICA

A revisão bibliográfica apresentada no primeiro capítulo e as questões que orientaram o trabalho de campo indicam a centralidade dos conceitos de Transição Agroecológica e Sistema Participativo de Garantia na discussão a qual este trabalho se propõe. Assim, retomo a seguir os elementos que compõem a construção teórica dos mesmos, a partir da literatura acadêmica, e os aspectos relacionados à prática observada no trabalho de campo. Embora a Perspectiva Agroecológica proponha uma análise interdisciplinar, a discussão a seguir refletirá a literatura revisada e a própria tradição disciplinar da Sociologia. De modo que os aspectos produtivos serão referenciados sempre aos conceitos centrais, evitando entrar nos âmbitos da agronomia ou ecologia que extrapolam minha competência acadêmica.

Transição Agroecológica aparece, então, como uma referência de análise, a partir da teoria acadêmica, e como uma orientação na tomada de decisões em processos concretos de intervenção, a partir da trajetória de organizações como a Rede Ecovida de Agroecologia. Como referido anteriormente, com base em Petersen (2013), esses processos de intervenção passam, no nível agroecossistêmico, pelo uso mais eficiente dos recursos disponíveis, substituição de insumos convencionais por orgânicos e, por fim, redesenho do sistema produtivo em consonância com os processos ecológicos. Entretanto, dada a interdependência entre os processos de funcionamento interno do agroecossistema e seus vínculos com o contexto social, ambiental, político e econômico, a transição agroecológica depende não apenas das medidas técnicas tomadas no âmbito dos estabelecimentos rurais, mas também do comportamento do conjunto da sociedade a respeito do padrão agroalimentar adotado. De forma que os objetivos de longo prazo da Agroecologia, visando a reestruturação fundiária sob uma concepção de desenvolvimento rural endógeno e reorganização produtiva e distributiva com base na agricultura camponesa, baseiam-se em âmbitos que extrapolam a ação de organizações de agricultores isoladas ou mesmo de uma articulação em rede; necessitando, também, novas políticas públicas e novos arranjos institucionais capazes de fomentar e dar suporte à *cultura da sustentabilidade* advogada por Gliessman.

Assim, podemos ter uma ideia do alcance da Rede Ecovida para contribuir, no âmbito das organizações que a compõem, com o desenvolvimento da transição agroecológica, sem, no entanto, pretender

que ela assuma metas que extrapolam seu âmbito de atuação e dependem de outros atores. Podemos também, assim, apreciar as diferentes perspectivas em debate no interior da Rede como marca do dinamismo que caracteriza sua constituição e desenvolvimento. De modo que nossa análise se volta, então, para quais pontos de vista sobressaem no discurso e prática dentro da Rede e de que forma esses participam da realização dos objetivos (explícitos ou implícitos) da Transição Agroecológica. Em outras palavras, acredito que, a partir desse entendimento da relação entre a construção teórica e prática da Agroecologia, podemos relacionar a consecução dos objetivos agroecológicos aos desdobramentos das ações praticadas pelas organizações da agricultura familiar (os atores que estão no centro do processo) ao invés de enxergar a Transição Agroecológica como efeito intrínseco da adoção de um modelo técnico/produtivo.

A partir desse entendimento do conceito de Transição Agroecológica, busquei analisar a dinâmica da Certificação Participativa (SPG) e sua vinculação ao projeto político veiculado pela Rede Ecovida, com foco na apicultura realizada na região Planalto Norte de Santa Catarina. A dimensão política da Transição Agroecológica, entendida como projeto constituído através da consolidação de uma nova concepção de desenvolvimento rural, apresenta como elementos norteadores: a manutenção das condições de existência da agricultura familiar/camponesa, fomento da autonomia do país e da população rural, a defesa da agricultura familiar, reconquista do *saber fazer* e renovação das relações urbano-rurais. Sevilla Guzmán, aponta como traços de experiências espanholas que permitiriam falar de uma recampesinização da agricultura europeia:

- a) endogeneização produtiva através de processos de transição de agricultura convencional a formas de manejo de baixos *inputs* externos;
- b) diversificação de produções (incluindo aquelas “formas produtivas” que supõem serviços ambientais) e mercados para eliminar riscos sociais e ecológicos;
- c) geração de redes locais de intercâmbio produtivo em termos de sementes, conhecimento do manejo, e técnicas desenvolvidas na propriedade;
- d) geração de redes regionais de intercâmbio para a criação de novos circuitos nos quais introduzir as “formas produtivas” anteriormente apontadas e;
- e) geração de redes globais de intercâmbio de sua

“experiência socioeconômica” a respeito da resistência ao modelo produtivo gerado pelo paradigma da modernização (SEVILLA GUZMÁN, s/d, 19 – tradução própria)

A noção de *recampesinização*, na acepção de Ploeg (2006), expressa um conjunto de estratégias assumidas por agricultores frente às inseguranças resultantes do crescente controle e reestruturação dos grandes circuitos de comercialização de produtos agrícolas por grandes corporações agroindustriais. São essas: 1) Criação de novos produtos e serviços, com a criação simultânea de novos mercados e novos circuitos mercantis; 2) distanciamento em relação aos principais mercados de insumos. Especialmente através da 3) *reconexão da agricultura com a natureza*; 4) pluriatividade e 5) novas formas de cooperação local. Permeando todas essas estratégias, 6) uma retomada da *artesanidade*.

Em acordo com a heterogeneidade apresentada pela agricultura familiar, Ploeg (2006) observa que essas respostas ao processo de *modernização* e industrialização podem ser adotadas individual ou conjuntamente, originando arranjos produtivos e formas de organização diversas, orientadas à reconstrução e fortalecimento da *autonomia*, que seria o denominador característico da *condição camponesa*. Nesse sentido, o autor fala da *recampesinização* como um *fluxo* contínuo e flutuante *ao longo do tempo*, caracterizando a condição camponesa através de um espectro que apresenta diferentes graus e interfaces complexas com as diferentes formas de agricultura.

Acredito então que, a partir da aproximação feita por Petersen (2013, 91-97) entre essa noção de Ploeg e o aporte da *Transição Agroecológica*, podemos entender as práticas heterogêneas dos membros da Rede Ecovida como expressão, em diferentes graus, de dimensões do Projeto de Transição Agroecológica e *recampesinização*. Dessa forma, espero também lançar luz sobre as interfaces dessas experiências com a agricultura familiar empresarial. Para tanto, preciso antes retomar, a partir da revisão teórica apresentada no primeiro capítulo, as características que inserem o Sistema Participativo de Garantia no Projeto de Transição Agroecológica.

A construção da Certificação Participativa (ou Sistema Participativo de Garantia) pode ser entendida, então, como desenrolar da ação de atores – da agricultura familiar organizada, assistência técnica e extensão rural, academia e consumidores – envolvidos em processos de transição agroecológica frente às transformações pela qual o cenário político-econômico vem passando nas últimas décadas; especialmente

no que tange a regulamentação da produção e distribuição de alimentos produzidos sem agrotóxicos. O referencial teórico apresentado anteriormente nos possibilita interpretar a construção do SPG, então, como parte de uma estratégia de: 1) adaptação à exigência legal de certificação de produtos orgânicos; e, ao mesmo tempo, 2) resistência à certificação por auditoria, diante da inadequação da mesma à realidade dos atores envolvidos e aos seus propósitos. As principais objeções centraram-se no aumento do custo de produção e na atribuição da responsabilidade pela geração de credibilidade a uma terceira parte, gerando maior dependência em relação a atores externos.

Assim, podemos apontar o sentido do SPG, desde seu início, como forma de acessar/construir mercados buscando manter a autonomia dos atores locais através da legitimação das formas de geração de credibilidade que já vinham sendo desenvolvidas com base nas relações de proximidade, confiança e reciprocidade entre produtores e consumidores. Nesse sentido, baseia-se na capacidade do entorno social das pessoas produtoras para avaliar se estas levam a cabo um sistema de manejo ecológico. O que pressupõe, por seu próprio método, a formação de redes, com a participação dos segmentos interessados em assegurar a qualidade do produto e do processo produtivo, e o olhar externo, assegurando a confiança no sistema e a redução das assimetrias de informação entre os envolvidos. Além da participação, é enfatizada, por essa perspectiva, a descentralização e transparência na operacionalização do SPG, com vistas a fortalecer os laços de confiança e a autonomia dos atores implicados no processo. Dessa forma, busca favorecer a redistribuição de poder entre as pessoas implicadas, gerar monitoramento coletivo e possibilitar que os próprios usuários das normas definam sanções às não conformidades. Essas normas sociais compartilhadas, em contraposição àquelas impostas por uma terceira parte externa à comunidade, geram uma tendência a maior cooperação entre os agentes no SPG.

O SPG também contribui com os objetivos do projeto agroecológico ao basear sua credibilidade na confiança entre produtores(as) e consumidores(as) e reduzir os custos de transação. De modo que, ao mesmo tempo em que possibilita uma prática de menores preços, favorece a construção de mecanismos de comercialização próprios da agricultura familiar camponesa, pautados em valores socioambientais compartilhados pelos atores envolvidos. Por fim, o conjunto dos elementos que compõem o SPG tem como efeito esperado contribuir, a longo prazo, com uma transformação de perspectiva, acerca da vida, da terra e do planeta. Para tanto, é fundamental o entendimento

da qualidade do produto ecológico como uma construção social que envolve, mais do que o controle de técnicas produtivas, a consolidação de uma base de valores compartilhada por quem produz e quem consome através do papel *pedagógico* do SPG.

A apicultura, por sua vez, carrega o potencial de contribuir com a Transição Agroecológica por meio da promoção da biodiversidade e incremento produtivo através da polinização de cultivos e mata nativa. Também conta a seu favor, nesse sentido, o caráter associativo e colaborativo com o qual a atividade é geralmente praticada e sua contribuição na promoção da segurança alimentar e diversificação das fontes de renda familiar.

3.1 CONTEXTO E TRAJETÓRIA POLÍTICA DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA:

Diante do caráter multifacetado da Agroecologia, conjugando perspectiva teórica-acadêmica, ação política e referencial técnico-produtivo, não surpreende que muitos dos atores envolvidos com a mesma transitem em diferentes campos dando materialidade ao intercâmbio entre essas dimensões. Esse caráter é bastante significativo no contexto da Região Sul e, especialmente, da Rede Ecovida de Agroecologia; visto que muitos dos pesquisadores que investigaram o desenvolvimento da Rede Ecovida fizeram parte desse processo⁴⁴. De forma que o discurso acadêmico e o material de formação criado no âmbito da Rede apresentam fortes semelhanças.

A partir da reflexão teórica e da trajetória da Rede Ecovida, acredito podermos estudar a certificação participativa do mel entre apicultores do Planalto Norte como ação de atores sociais adeptos da nova concepção de desenvolvimento rural, cuja importância na dinâmica rural brasileira desde a década de 1990 é apontada por Wanderley e Favareto (2013). Entretanto, é interessante apontar que, para Wilson Schmidt (2001), a constituição da Rede Ecovida de Agroecologia está vinculada justamente à discussão em torno de aspectos mais “pragmáticos” da produção e comercialização dos alimentos orgânicos. Assim, afirma que, mais do que ideologia ou projeto político, é sobretudo a ética que fundamenta a construção da certificação participativa.

⁴⁴ Entre esses, Valdemar Arl, Luiz Carlos Rabellato dos Santos e Laércio Meirelles.

As entrevistas e observações que compuseram meu trabalho de campo vão ao encontro dessa reflexão. Nesse sentido, as questões mais pragmáticas em relação, principalmente, ao funcionamento e estruturação do SPG e às estratégias de comercialização conjunta predominam nos encontros dos quais participei. Na mesma direção, as motivações apresentadas nas entrevistas para participar no SPG, e mesmo na própria Rede, giraram em torno de argumentos ligados aos objetivos de curto prazo, que podem ser agrupados sob as temáticas da segurança alimentar, princípios de economia solidária e autonomia dos agricultores em relação às certificadoras, viabilização da agricultura familiar (permanência no meio rural); enquanto menções à objetivos mais amplos (de longo prazo), relacionados à temática da transformação sociocultural, ocuparam lugar secundário. Nesse sentido, é pertinente a reflexão desenvolvida por Sidemar Presotto Nunes (2012), em sua tese de doutorado sobre as práticas educativas na Rede Ecovida, para quem o foco nas questões mais pragmáticas, de caráter técnico-produtivo, em detrimento de uma perspectiva mais voltada à dimensão política, sobre o papel da própria Rede e dos dispositivos gestados no interior da mesma, seria uma tendência. Essa tendência foi atribuída pelo autor às mudanças ocorridas na política de formação e no próprio contexto político.

O caráter militante assumido por lideranças na Rede durante seus primeiros anos, segundo Nunes, decorre do contexto político no qual essas lideranças foram formadas e da conjuntura política que, não apenas possibilitou, mais favoreceu o reconhecimento de interesses comuns e o diálogo em busca de alternativas. Entre os elementos que compõe esse quadro, o autor cita principalmente a trajetória política dessas lideranças que, em muitos casos, inclui contato com as iniciativas ligadas à Teologia da Libertação, MST e partidos de esquerda (particularmente o PT). A experiência da repressão militar durante os anos 70 e 80 e, posteriormente, a ameaça identificada no texto da IN 007/99, apontando a obrigatoriedade de certificação para comercialização de produtos orgânicos/ecológicos, compõem a conjuntura política que favorece uma postura mais combativa.

Apesar de existirem algumas diferenças no processo de formação, as lideranças novas normalmente não passam por um processo de formação como passaram os mais antigos. Boa parte das lideranças mais antigas se constituiu durante os anos 70 e 80, sob o regime militar e tiveram processos de formação em economia

política. Quase a totalidade das lideranças atuais, formada a partir dos anos 90 em diante, não passou pela mesma experiência do momento político de repressão e também não passou por processos formativos mais consistentes. (NUNES, 2012, 253)

Nesse sentido, o autor também aponta o papel preponderante das ONGs que assessoraram a Rede desde seu início nesse processo formativo. Segundo trecho de entrevista reproduzido pelo mesmo:

A formação acontecia no âmbito das ONGs, principalmente, já que nas reuniões da Rede a pauta era complexa. Mesmo assim os atores compartilhavam de uma visão de mundo semelhante. [...] Traziam-se momentos de reflexão, nem que fosse durante as plenárias. Foram quase sete anos diretos com a Rede Ecovida. Neste tempo não me lembro de ter ocorrido momentos mais teóricos, já que nossos encontros e reuniões tratavam de questões mais práticas e operacionais. (NUNES, 2012, 253).

A partir dessa análise, o autor sugere que a dificuldade de captação de recursos junto a entidades estrangeiras, situação comum a muitas dessas ONGs nos últimos anos, e a própria alteração das exigências dessas instituições diante do financiamento, reduziu as atividades formativas e alterou o foco dos projetos dessas instituições do fomento de processos de transformação social para questões de cunho organizativo/administrativo. Também contribuiu para esse processo e para o arrefecimento das ambições mais radicais do projeto político a participação cada vez maior do Estado como financiador de projetos de muitas das ONGs, Associações e Cooperativas ligadas à Rede Ecovida; burocratizando a execução dos projetos; que, “por serem temporários se tornaram descontínuos” (NUNES, 2012, 269).

Diante desse contexto e com a mudança de perfil das lideranças na Rede, desponta uma perspectiva em relação ao Estado focada na disputa ideológica. Pois, ao mesmo tempo em que o Estado é visto como o agente fomentador das formas produtivas atualmente dominantes na agricultura, também assume a posição de agente privilegiado em modificá-las através de mudanças nas políticas agrícolas e programas de compra governamental em direção mais favorável à agroecologia. Essa

reflexão parece contribuir para entender o meu campo, visto que ficou evidente a recorrência ao Estado como fonte de captação de recursos para projetos de desenvolvimento rural, além do trânsito de alguns membros da Rede Ecovida da região pelos espaços estatais (em cargos técnicos em empresa de ATER e em cargos políticos municipais). Além disso, o Estado ainda figura enquanto um dos canais de comercialização mais valorizados através das compras institucionais, principalmente o PNAE.

3.2 DIMENSÕES DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA E DO PROJETO POLÍTICO NO PLANALTO NORTE:

As observações realizadas durante o trabalho de campo sugerem que a participação em reuniões e a elaboração de um plano de manejo (duas principais atribuições de todos os participantes do SPG) são ações com, ao menos, dois sentidos. Por um lado, são ferramentas na organização coletiva e individual da produção e comercialização. Por outro, constituem exigências que estão na base do funcionamento e do reconhecimento legal do Sistema Participativo de Garantia. A esse respeito os posicionamentos dos atores envolvidos são diversos, ora enfatizando um ponto, ora outro. Porém, diante do cenário de institucionalização recente do SPG e implementação (ainda em curso) de um sistema informatizado de controle por parte do MAPA, ênfase é dada ao cumprimento das exigências legais relacionadas ao SPG; enquanto a organização coletiva da produção e comercialização aparece como uma característica dos grupos mais antigos e consolidados, como apontado anteriormente em relação à Afruta. Entretanto, devo destacar a ocorrência de mobilização em torno da criação de feiras orgânicas em São Bento do Sul e Campo Alegre na reunião de fevereiro deste ano do Grupo Hortibento.

Embora a maioria encare as reuniões como uma obrigação, outros enxergam as organizações de agricultores como espaço de realização e de solidariedade: para um dos apicultores entrevistados “na verdade você tem mais uma família dentro de uma associação” (Apicultor 5). A igualdade na repartição dos custos das reuniões e a discussão de projetos comuns também são elementos apontados por ele.

A ambiguidade de referenciais sociotécnicos na definição dos mecanismos de avaliação da conformidade e como operacionalizá-los aparece na separação entre as atividades da reunião e da verificação das propriedades. Embora, como foi relatado nas entrevistas, cada reunião comporte uma visita de verificação à propriedade na qual é realizada, o

grande número de participantes no grupo Hortibento exige visitas de verificação além daquelas realizadas nas reuniões. Nesse contexto, a função avaliativa é atribuída ao Comitê de Ética e vinculada ao cumprimento das exigências da Rede e do MAPA. Essa particularidade demonstra uma relativização no compartilhamento da responsabilidade sobre a verificação entre todos os membros e indica uma centralização dessa responsabilidade. Essa questão adquire particular importância em relação à verificação de apiários, visto que a maior parte dos apicultores possui mais de um apiário, localizados em propriedades de outras pessoas, e o comportamento defensivo das abelhas africanizadas torna esses espaços pouco convidativos à presença de muitas pessoas.

É preciso salientar aqui, diante da ênfase dada ao cumprimento das exigências relativas à certificação participativa, por um lado, e as estratégias adotadas pelas lideranças dos grupos, de outro, como o trabalho dos membros do SPG que assumem papel de liderança se intensifica e se complexifica a medida que o SPG aumenta. Por um lado, grupos muito grandes constituem obstáculos à participação ativa de todos os membros nas reuniões e também geram a necessidade de muitas visitas de verificação, já que uma das exigências legais é que todos os membros do grupo sejam visitados por seus pares ao menos uma vez ao ano. Essa dificuldade também é observada em relação ao próprio Núcleo. Nesse sentido, o Coordenador do Núcleo afirma: “Nossa maior dificuldade hoje é a distância. (...) Para fazer uma reunião e tudo, às vezes para ir num produtor, numa propriedade, você gasta um dia.” (Coordenador do Núcleo Planalto Norte). Assim, a grande dimensão desse Núcleo exige dos membros do seu Comitê de Ética longas viagens para realizar as visitas de verificação que são parte do olhar externo.

Outro problema relativo ao tamanho do Núcleo diz respeito à exigência segundo a qual uma quantidade equivalente à raiz quadrada do número de integrantes de cada grupo deve ser visitada anualmente pelo Comitê de Ética do Núcleo, de forma alternada para contemplar todos os membros de cada grupo. Dessa forma, o aumento do número de grupos participantes do Núcleo impõe um aumento significativo no número de visitas por parte do Comitê de Ética, limitando o número de grupos no mesmo Núcleo. O Núcleo do Planalto Norte, que conta com algo em torno de 20 grupos, já aponta dificuldades nesse sentido. Diante desse cenário, poderíamos considerar desejável, do ponto de vista de tornar viável a ampliação do número de famílias produtoras na Rede, a multiplicação do número de núcleos conforme o número de grupos e famílias agricultoras aumenta. Essa alternativa, no entanto, carece de

uma avaliação quanto ao impacto que um aumento no número de núcleos regionais acarretaria ao trabalho burocrático da OPAC e, conseqüentemente, nos custos financeiros (e de tempo) para todos.

Dada a grande abrangência geográfica do Núcleo, os membros do Comitê de Ética formal do Núcleo não conseguem acompanhar todas as reuniões e visitas de verificação propostas. A saída implementada foi a criação de um segundo Comitê de Ética do Núcleo, formado por membros da Rede que moram na região de São Bento do Sul, aos quais foram delegadas as visitas de verificação à metade sudeste do Núcleo. É importante observar que, diante dessa situação em que o Núcleo possui duas Comissões (ou Comitês) de Ética e Verificação, não estão nitidamente estabelecidas as atribuições do Comitê do Núcleo e do Comitê do Grupo. Esse ponto é evidenciado pela diferença nos discursos das lideranças: enquanto o Coordenador do Núcleo afirma, como princípio, que todas as propriedades sejam visitadas pelo Conselho de Ética do seu grupo e o número equivalente à raiz quadrada do número de propriedades em cada grupo seja visitada pelo Comitê do Núcleo; o Presidente da Associação Hortibento afirma, em relação à Comissão do Grupo, que essa visita todas as propriedades no primeiro ano e nos anos seguintes por amostragem; visitas nas quais também está presente o Conselho de Ética do Núcleo. Ainda segundo trecho de entrevista com o Coordenador do Núcleo, reproduzido no segundo capítulo, o cumprimento exato desse calendário de visitas de verificação ainda é incipiente. Dessa forma fica evidenciado o processo de estruturação ainda em curso no SPG do Núcleo, não apenas entre os apicultores.

O tamanho e extensão geográfica do Grupo Hortibento, que abrange famílias distribuídas por 6 municípios, é um fator limitante na presença e participação nas reuniões, particularmente em relação à expressão das pessoas mais tímidas/menos articuladas. Dessa forma contribui para a manutenção da assimetria na atribuição de responsabilidades/tomada de decisões entre diretoria e associados no geral, que é tributária da própria forma como o grupo foi criado, a partir de um projeto estatal, e da trajetória seguida pelo mesmo. Buscando tensionar essa lógica e fomentar a difusão das técnicas de manejo através da ampliação da interação entre os(as) agricultores(as), como parte de um processo de promoção da autonomia e organização coletiva entre os mesmos, o extensionista presente na reunião de dezembro de 2016 do Grupo Hortibento propõe que os presentes busquem se reunir com os vizinhos e outros produtores próximos para discutir aquilo que eles aprenderam na palestra sobre biodinâmica. Essas dinâmicas em grupos menores, nos quais os membros tem mais proximidade e se

sentem mais à vontade para conversar, permitiriam uma apropriação melhor das técnicas aprendidas, contribuindo com a autonomia dos agricultores e agricultoras familiares nas decisões quanto às formas de manejar sua produção, segundo o participante. O maior intercâmbio de ideias e experiências (além de sementes e outros insumos produtivos) possibilitado pela multiplicação desses encontros de menor escala entre produtores e produtoras mais próximos e com condições (produtivas, climáticas, mercadológicas) relativamente mais parecidas, fortaleceria as relações sociais nas quais se baseia o controle social da conformidade orgânica. Esse caráter mais participativo, dialogado e descentralizado, dessas atividades, por sua vez, extrapolaria a proposta de apenas certificar a conformidade à legislação de determinados produtos ou atividades produtivas, exercitando a dimensão pedagógica e promotora de autonomia do SPG.

As dificuldades presentes num grupo de dimensões muito grandes são apontadas pelo Coordenador do Núcleo. Entretanto, a autonomia dos(as) agricultores(as) na definição do formato e operacionalização do próprio grupo para atender as exigências do SPG é enfatizada. Nesse sentido, a dependência do sistema nas relações de confiança estabelecidas entre os membros do grupo e seu sentido como princípio agroecológico também adquire importância:

Claro, grupos muito grandes dificultam. Você tem que ter mais visitas (...) Por isso que é importante fazer grupo por comunidade, por município. (...) Às vezes tem 3, 4 apicultores que dá 50, 60 km lá, faz um grupo deles: aí eles formam um grupo. Por que daí como é que vão fazer essas visitas a distância? É complicado. Então, ter mais a proximidade do grupo é melhor. Mas independente, se os apicultores querem colocar um apicultor de cada município e vinte municípios do estado fazer próximo, desde que eles façam as visitas um na casa do outro (...) e as reuniões, é válido. Nada impede. A forma, a logística de fazer, é o grupo que decide. A gente pode ajudar, no encontro de formação e tudo, a formar o grupo, dar essas orientações, tudo necessário (...) Daí o pessoal que está reunido decide a forma como quer fazer. Agora o importante do grupo é as pessoas se conhecerem. (...) Daí vai ter o entendimento. Porque o mel não decide nada, é um produto. E as cabeças das

peçoas é que tem que decidir como é que vão fazer ou não. Isso é um princípio, um dos princípios nossos no Núcleo. (Coordenador do Núcleo Planalto Norte)

Os grupos de apicultores envolvidos com a certificação participativa do mel são heterogêneos e parecem ter passado, em geral, por um momento inicial com entrada de um número significativo de interessados; com o tempo e motivos diversos esses números diminuíram, com a entrada de alguns novos membros e a saída de vários. Oficialmente unidos em Ata de 2016, todos esses grupos (alguns até chamados, por vezes, de Hortibento-Joinville ou Hortibento-Campo Alegre) parecem enfrentar maiores ou menores dificuldades na apropriação e cumprimento dos princípios do SPG, especialmente no que diz respeito à participação de todos os membros do grupo em reuniões em frequência adequada e à visita das propriedades de todos os membros do grupo. Nesse sentido, parece haver discrepâncias entre as interpretações de diferentes atores da região em relação às exigências mínimas do SPG da Rede Ecovida. Nesse contexto, as ações tomadas para operacionalizar o SPG, como o Comitê de Ética informal da região de São Bento do Sul, indicam uma perspectiva na qual a função da visita de verificação de uma propriedade é a fiscalização (olhar externo) por parte de um Comitê (ou Comissão) de Ética treinado para desempenhar essa função, cujo caráter pedagógico se dá pelo uso de advertências e prazos para adequação às exigências antes de utilizar medidas punitivas. Essa perspectiva, manifesta por atores-chave envolvidos com o SPG da região, antagoniza, ao menos em alguma medida, a perspectiva, também manifesta por membros do SPG, segundo a qual o caráter distintivo da certificação participativa está na afirmação da capacidade dos atores locais, em oposição a qualquer forma de saber especializado, construir seus dispositivos de garantia da conformidade do processo produtivo aos seus princípios agroecológicos. De forma que a vantagem do SPG sobre a certificação auditada e a sua contribuição potencial para a Transição Agroecológica, como discutida na reflexão teórica, encontram-se no empoderamento gerado através do fortalecimento dos grupos de famílias agricultoras, com o aumento da sua coesão, identidade de grupo e organização coletiva.

O que é evidente é que a estrutura do SPG no Núcleo está em processo de mudança. Essa mudança é fomentada principalmente pelas alterações recentes nas legislações e instrumentos das políticas do MAPA em relação à certificação de orgânicos, especialmente nas

normas e procedimentos de cadastro e atualização de unidades produtivas e, conseqüentemente, nas formas de fiscalização. Ou seja, a criação do sistema eletrônico do MAPA, alimentado com os dados dos produtores e documentação relativa às reuniões e visitas de verificação de cada Núcleo da Rede. Diante desse cenário, destaco o posicionamento segundo o qual seria mais interessante na busca de consolidar a participação dos apicultores no SPG, e dar continuidade a essa participação, que os próprios formassem grupos de acordo com as relações de proximidade, confiança e reciprocidade já estabelecidas entre eles, notadamente entre aqueles que moram na mesma localidade e já realizam trabalho em conjunto, lidam com as mesmas questões em relação ao poder público municipal, possuem condições de trabalho parecidas e, muitas vezes, participam da mesma associação de apicultores.

Assim, acredito que as reuniões poderiam constituir espaços de real debate dos interesses em comum desses apicultores⁴⁵, nos quais poderiam deliberar sobre estratégias produtivas e de comercialização em conjunto. De modo que essas reuniões assumiriam o sentido mais amplo atribuído às mesmas no projeto agroecológico da Rede Ecovida, extrapolando seu caráter de exigência para a obtenção do certificado. Dessa forma, o SPG da Rede Ecovida seria entre os apicultores um espaço de formação de âmbito agroecológico no qual o diferencial produtivo do *mel orgânico* dos apicultores vinculados à Rede não seria entendido pelos próprios como um componente apenas do produto (relativo aos critérios já citados: distância de fontes contaminantes, utilização de material adequado) e sim como resultado de um processo no qual os apicultores se veem inseridos e se sentem protagonistas. Processo esse que, no sentido da transição agroecológica, se desenvolve visando aumentar a autonomia dos produtores, seu controle sobre o processo produtivo, comercialização e as bases materiais da sua reprodução social através da consolidação de um projeto de desenvolvimento alternativo à inserção nas cadeias agroalimentares globalizadas. O que, na prática se traduziria em uma parcela maior do valor final dos produtos sendo destinada aos produtores. Essa demanda foi expressa por um dos apicultores entrevistados, em fala a respeito dos grandes entrepostos. Na mesma conversa, ele ainda vislumbra uma alternativa, porém de difícil viabilização:

⁴⁵ Nesse sentido, é interessante apontar que muito do aprendizado técnico que me foi relatado aconteceu no contexto de outras organizações de apicultores das quais esses fazem parte.

(...) Quanto que não estão ganhando esse pessoal que está exportando? Estão ganhando muito dinheiro, essas empresas cresceram muito, caminhões novos e tudo. Está certo. Mas eles ganham bastante dinheiro em cima. Deveria a fatia ser mais para o produtor, fortalecer o produtor mais. Deveria abrir uma linha de exportação [no entreposto de São Bento do Sul]. Mas é assim, hoje: quem que vai confiar? (...) Então (...) o apicultor não vai também depositar o mel lá para receber quando chegar do outro lado. (...) Que nem, exportação eles [grandes exportadores] tem dinheiro; o governo libera o dinheiro. Aí funciona. Agora, que nem o entreposto [de São Bento do Sul] (...) para ele exportar é complicado. Ele não tem dinheiro. (Apicultor 4)

Os princípios e objetivos atribuídos ao SPG foram, por vezes, confundidos com a prática na fala de alguns entrevistados. Por exemplo, quando um apicultor afirma que no sistema auditado você certifica a produção orgânica, o produto. Na participativa não; é o produtor que é certificado. A seguir, porém, ele pondera que na apicultura se certifica a atividade e não o produtor. A certificação da propriedade familiar, em oposição à certificação de uma cultura ou atividade particular, característica relacionada diretamente ao caráter agroecológico da certificação participativa, é apontada por diferentes entrevistados. Para atores que não participam da Rede, mas tem interesse na certificação da apicultura orgânica, essa questão é vista como um entrave, uma limitação, enquanto para membros da Rede, como um diferencial. Nesse sentido, a própria aceitação da certificação da apicultura como ela é praticada pela maioria dos apicultores profissionais já é indicativo, então, de uma flexibilização dos princípios agroecológicos quanto ao sentido mais amplo do planejamento e manejo do agroecossistema como um todo num processo de transição agroecológica.

3.2.1 Construção/acesso a mercados:

Uma contradição se constitui entre a localidade característica do SPG (tanto nas estruturas organizativas quanto nos valores que legitimam essa forma de certificação: confiança e reciprocidade, por

exemplo) e a busca de mercados cada vez mais distantes. Esse desencontro entre teoria e prática, que expressa o caráter incipiente da construção dos mercados alternativos, aparece como um ponto ainda mais crucial quando pensamos a consolidação da apicultura agroecológica. Isso se deve a dois motivos: a) mercado local relativamente pequeno para mel e outros apíderivados e b) a possibilidade aberta pela legislação brasileira para venda de produtos orgânicos certificados participativamente em circuitos longos de comercialização através do reconhecimento legal da certificação participativa de forma equivalente à certificação por auditoria. O segundo ponto sublinha a diferença entre o posicionamento da legislação brasileira e de entidades europeias como a IFOAM, para a qual o SPG é um instrumento estritamente voltado para mercados locais.

Nesse sentido, a importância maior da criação de abelhas, no contexto do projeto agroecológico, aparece na promoção dos princípios associados à dimensão ambiental/produziva (incremento da biodiversidade e produtividade de cultivos dependentes de polinização) e sociopolítica (por favorecer a integração e organização, especialmente através da gestão das ferramentas coletivas de produção, processamento e distribuição: casas de extração e entreposto de mel). De modo que a estrutura criada em torno do SPG e seus efeitos indiretos sobre a organização dos produtores parecem mais pertinentes aos objetivos de longo prazo do projeto agroecológico do que o retorno econômico proveniente das condições favoráveis de competitividade no mercado associadas à certificação participativa do mel.

Assim, os mercados abertos a partir da legitimação estatal do SPG como equivalente à certificação por auditoria contribuem para a consolidação da agricultura familiar agroecológica na medida em que são apropriados e ressignificados pelos atores envolvidos com base na concepção de desenvolvimento rural que embasa o projeto agroecológico. Nesse sentido, o foco sobre o mercado local e a diversificação produtiva aparecem como fatores fundamentais a longo prazo. Isso porque a consolidação do projeto agroecológico levaria a ampliação das organizações de produtores desse tipo ao redor do país e, conseqüentemente, da oferta de produtos agroecológicos. No caso de uma expansão não planejada da produção em torno de produtos específicos (como o mel), contando com as cadeias longas como principal canal de comercialização, podemos testemunhar o surgimento das relações de competitividade e instabilidade características do mercado convencional entre as organizações agroecológicas e a competição desigual entre organizações mais e menos consolidadas.

Essas reflexões sugerem a necessidade de se pensar as relações entre os diferentes agentes envolvidos no projeto agroecológico e sua identificação em torno de um projeto comum, haja vista que são esses elementos que embasam, no nível discursivo, a especificidade do SPG e dão legitimidade ao selo de conformidade proveniente dessa forma de certificação.

Como apontado por diversas pesquisas acadêmicas e estatais, a apicultura não figura entre as atividades mais fomentadas no âmbito do projeto da Modernização Conservadora e integração da agricultura à indústria, de modo que ainda hoje é praticada majoritariamente como *hobby* ou fonte secundária de renda. Como indicado pela publicação coordenada por Buainain e Batalha (BRASIL, 2007), a padronização da atividade, aumento da produtividade e do aproveitamento do potencial melífero nacional é uma ambição recente que vem sendo levada a cabo por agências de fomento estatais e privadas sob o mote da “profissionalização”, “modernização” ou ainda “racionalização” da atividade⁴⁶. O interesse crescente parece estar associado às possibilidades de exportação, ampliadas a partir do reconhecimento internacional da qualidade do mel produzido no Brasil e, especialmente, em Santa Catarina.

Diante desse contexto, do projeto que resultou na criação do entreposto e da própria dimensão dele, fica evidente sua maior adequação à apicultura *profissional* (aquela que geralmente figura entre as principais fontes de renda da família), uma vez que volumes pequenos, produzidos por apicultores com poucas colmeias, são absorvidos pelo circuito curto, constituído principalmente de pessoas próximas. Nesse sentido, a primeira expressão de contradição entre a função desempenhada pelo SPG no contexto do mel processado e o papel atribuído ao mesmo no âmbito do projeto de transformação social agroecológica aparece na própria inserção do entreposto na cadeia

⁴⁶ Em nível nacional, vale mencionar, além das ações apontadas na publicação Cadeias Produtivas de Flores e Mel (BRASIL, 2007), as justificativas apresentadas ao Projeto de Lei n. 7948/2014 (HINTERHOLZ, 2014). Em relação à SC, especificamente, corroboram minha argumentação: a) O Projeto Kit Apicultura, criado pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina; b) o Programa de Desenvolvimento da Apicultura em Santa Catarina, de iniciativa do SEBRAE/SC; c) o Projeto Apicultura n. 14462 – Melhoria técnica e adequação da produção apícola para certificação orgânica em Santa Catarina, desenvolvido pela FAASC com fundos do BNDES e Fundação Banco do Brasil.

produtiva do mel. Isso porque a venda para um entreposto de mel só é viável para o entreposto quando em quantidade significativa (centenas de quilos, ao menos). De forma semelhante, o preço conseguido na venda para qualquer entreposto também torna essa modalidade interessante apenas para quem produza uma quantidade de mel maior do que aquela que pode ser absorvida por um mercado de proximidade, no qual o retorno econômico dos apicultores é maior por quilo de mel. Assim, a participação no SPG e a certificação do mel para venda no mercado formal aparece como uma alternativa interessante para aqueles apicultores com diversos apiários e grande número de colmeias; cuja produção se destina, geralmente, a circuitos longos ou ao mercado institucional. De forma que, nesses casos, a certificação dos apiários e do mel orgânico processado torna-se uma estratégia para agregar valor ao produto e explorar economicamente as áreas de reserva permanente.

As observações de campo sugerem, então, que as transformações na configuração da cadeia produtiva de mel e o processo recente de regulamentação e padronização da mesma (expresso, por um lado, pela disseminação de tecnologia de produção baseada em máquinas caras, com grande capacidade produtiva e alto consumo de energia e, por outro, na promulgação de normas sanitárias mais adequadas a realidade industrial que àquela da produção familiar – aumentando o custo produtivo e reduzindo a margem de lucro por unidade produzida – de forma a inviabilizar a produção em escalas muito pequenas) se apresentam como desafios a construção de “sistemas apícolas” que maximizem a realização dos princípios e objetivos relacionados com a agroecologia e o processo de transição agroecológica como definidos por Sevilla Guzmán e Wolff no artigo de 2012. Segundo os mesmos, os sistemas apícolas podem ser usados como ferramenta na construção de métodos agroecológicos de desenvolvimento endógeno, repercutindo nas dimensões sociocultural (revalorização dos saberes associados à cultura local), ambiental (incremento da biodiversidade de cultivos e mata nativa) e política (ao possibilitar articulação dos movimentos sociais com outros atores sociais envolvidos com a produção, extensão, pesquisa e consumo dos produtos ecológicos, contribuindo para o desenvolvimento de estruturas organizativas alternativas; ou seja, sistemas agroalimentares alternativos).

Na investigação realizada junto ao entreposto Hortibento constatou-se que a apicultura, mesmo aquela praticada em grupos vinculados à Rede Ecovida de Agroecologia, constitui atividade especializada e, na maior parte dos casos, separada geograficamente das outras produções. Essa separação poderia ser explicada pela busca por

áreas para instalação dos apiários que satisfaçam o requisito de possuir um raio de 3km livre de contaminantes, critério dificilmente encontrado na realidade das pequenas propriedades familiares, frequentemente próximas de áreas urbanas ou cultivos convencionais. Entretanto, o contexto sociotécnico apontado acima já criou uma relativa separação entre mercado informal e formal com base na escala produtiva. De modo que, para obter retorno econômico da atividade atendendo as exigências do mercado formal, os apicultores devem trabalhar com uma escala (número de caixas de abelha por unidade de área) incompatível com a maior parte das propriedades familiares. Dessa forma, é comum a instalação de apiários em áreas de preservação ambiental (mata nativa) de outros proprietários, através de combinações baseadas no arrendamento ou pagamento em mel.

Dessa forma, se verifica um impasse entre a promoção da apicultura como forma de incrementar a qualidade e quantidade dos cultivos e resgatar os saberes tradicionais (quando vinculada ao desenvolvimento de sistemas apícolas integrados ao policultivo) e o papel que a mesma vem assumindo no contexto mais amplo (que engloba também parcela significativa dos apicultores ecológicos) como estratégia de reprodução social através da inserção em um mercado dinâmico em expansão, representado, principalmente, pelo crescimento da demanda internacional por mel orgânico e o reconhecimento da qualidade do mel brasileiro. Esse impasse característico da cadeia apícola⁴⁷ se expressa, no âmbito da comercialização, na busca pela inserção em mercados institucionais e estratégias de comercialização que extrapolam o município, a região, ou outro critério geográfico de definição do circuito curto de comercialização⁴⁸. O mel orgânico certificado através do SPG no entreposto estudado, por exemplo, é comercializado através de programas de compra institucional (Curitiba), em feiras orgânicas e box de orgânicos em centro de distribuição de produtos agropecuários (Florianópolis) além do pequeno varejo. Também é importante lembrar, nesse sentido, que durante a realização

⁴⁷ Novas investigações podem indicar até que ponto esse impasse também impacta as estratégias de comercialização de outros produtores ecológicos relativamente especializados.

⁴⁸ Para tanto, ver o exemplo do Circuito Sul da Rede Ecológica de Agroecologia. Apesar das distâncias viajadas pelos produtos, o circuito é considerado curto quando apresenta, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor.

do trabalho de campo estava tramitando processo para exportação do mel certificado participativamente:

O entreposto conseguiu se estruturar. A tendência é só crescer. O próximo passo é certificar para o processo de exportação. Não tem assim aquela perspectiva de exportar horrores, sabe? Não é muito: uma exportação por mês, ou a cada dois, três meses; o suficiente para ele girar. (Presidente Hortibento)

É preciso, entretanto, colocar essas limitações em perspectiva, tendo em vista a realidade da apicultura profissional praticada no Brasil. A produção de mel do nosso país é fortemente voltada para o abastecimento do mercado externo, visto que o consumo interno é relativamente pequeno. Nesse sentido, aponta a fala de um apicultor sobre a época em que vendia o mel informalmente, indicando a valorização do produto com a consolidação da exportação e a motivação dos apicultores para se organizarem em associações:

(...) Era um sacrifício para vender esse mel, daí eu vendia (...) direto (...) nas casas: eu chegava e já tinha os fregueses certos. (...) Então, era muito difícil para vender o mel. (...) Eu consegui vender nos mercados aí, depois de um tempo (...). Eu colocava ali nos potinhos no mercado, não precisava rótulo nem nada. Só levava lá e botava. (...) Isso mudou bastante quando começou a exportação. (...) Melhorou, muito. Por exemplo, o mel era 2 reais. Isso, no mesmo ano, pulou para 6, 7, 8 reais o quilo do mel. Daí eu fazia assim: sabe como que o mel valorizava? Quantidade. Por exemplo, se você tiver 1000 quilos de mel não vale que nem 15 mil quilos. (...) eu me estufava pros outros apicultores: vamos nos organizar, vamos vender em grupo, aí vende melhor o mel, vende mais. O que que as empresas vão preferir comprar: 200, 300 quilos, 1000 quilos, ou vão comprar 30, 40 mil quilos de mel? O preço é outro” (Apicultor 4).

A seguir, o mesmo apicultor relata a dependência da apicultura brasileira em relação ao mercado externo, lembrando os dois anos em

que a importação de mel brasileiro foi suspensa pela União Europeia. Diante da concentração do processamento do mel para exportação em torno de alguns entrepostos grandes, parte significativa da produção brasileira viaja longas distâncias entre os apiários e o entreposto, muitas vezes vindas de outras regiões. Diante desse contexto, o abastecimento do entreposto pesquisado pela apicultura da região e seu foco nos canais de comercialização nos quais as qualidades próprias do produto advindo da agricultura familiar ecológica são reconhecidas, como é o caso do mercado institucional e dos mecanismos criados no bojo da Rede Ecovida (feiras e Circuito Sul), denotam uma estratégia de adaptação às restrições legais à comercialização formal do mel e, ao mesmo tempo, busca de maior controle sobre a comercialização através da construção de canais próprios e parceria com o pequeno varejo nos centros urbanos relativamente próximos.

3.2.2 Função pedagógica do Sistema Participativo de Garantia no contexto da Transição Agroecológica:

A especialização desses profissionais em torno da apicultura e a semelhança entre suas práticas produtivas e o manejo orgânico certificado por auditoria dificulta a promoção das outras dimensões do projeto agroecológico. O que mais chama a atenção é um olhar restrito na atividade da apicultura: apesar da preocupação unânime com a manutenção de distância adequada em relação a possíveis fontes de contaminação e preocupação de alguns apicultores com o plantio de pastagem apícola, o manejo dos apiários geralmente não é desenvolvido no contexto de um manejo integrado do agroecossistema. Outra aproximação com outras formas de apicultura é a integração à indústria e a dependência em relação à mesma: tanto na compra de cera alveolada (para que as abelhas gastem menos tempo produtivo com cera e mais com mel) e padronização das caixas, quadros e instrumentos (para adequarem o manejo à utilização da centrifuga), quanto na comercialização da produção através dos entrepostos. É preciso enfatizar aqui que essa *crítica* não se volta, necessariamente, aos produtores estudados, uma vez que a maior parte dos procedimentos que constituem essa integração da apicultura à indústria constituem exigências legais do Serviço de Inspeção, ao qual é necessário se adequar para comercializar apiderivados no mercado formal. Dessa forma, o processo de modernização/industrialização da apicultura, do qual a cadeia produtiva criada à montante e à jusante dos entrepostos é uma expressão, é marcado pela ampliação da escala produtiva dos

apicultores individuais, que assumem a função de produtores de matéria-prima, e pela homogeneização/padronização das práticas produtivas em torno das possibilidades oferecidas pela tecnologia. Desse modo, parece haver pouca margem de manobra aos apicultores que busquem maior controle sobre o processo produtivo e o desenvolvimento de sistemas apícolas integrados aos agroecossistemas, além de espaços para troca de experiência, resgate do *saber fazer* tradicional e busca coletiva de soluções para os problemas comuns. Diante desse cenário, reflito a seguir sobre algumas expressões (e suas limitações) da busca desses e outros valores/princípios agroecológicos por parte dos apicultores entrevistados.

A expansão do *reflorestamento* com *pinus* e eucalipto, problema compartilhado com diversas regiões ao redor do globo, é particularmente preocupante no Planalto Norte face nossa legislação quanto ao reflorestamento com espécies exóticas e a demanda de madeira da indústria local. Entretanto, as poucas menções feitas nas entrevistas à questão apontam o potencial melífero, especialmente do *pinus* e da uva-japão⁴⁹. Essa associação da apicultura, mesmo orgânica, com as espécies exóticas revela um impasse entre a prática costumeira na apicultura e as preferências do mercado (quanto à apresentação do mel), por um lado, e o princípio da conservação e promoção da biodiversidade, por outro. O trecho de entrevista a seguir denota certa preocupação em relação à questão e, ao mesmo tempo, o caráter secundário atribuído à mesma:

Eu dei umas ideias lá da uva-japão, pé-de-galinha. Que seria uma saída, para o pessoal reflorestar. Que dá muito mel e dá um mel bem clarinho. Agora nós estamos apostando tudo lá na serra, tem muito lá no mato. Estamos apostando muito nesse mel de uva-japão. Só que eu não sei como ele fica no orgânico; porque é uma planta exótica. (...) tem outras plantas no meio e daí supera. Mas é um mel muito gostoso, não tem nada, lá não tem química nenhuma, está lá na serra plantado aquilo.

⁴⁹ A dimensão do problema relacionado a essa planta invasora, como ela é denominada, pode ser apreciada a partir de pesquisa recente sobre o papel da fauna nativa na dispersão dessa planta nas áreas de preservação:

MULLER DE LIMA; Raquel Elise. Dispersão de sementes de *Hovenia dulcis* Thunb (Rhamnaceae) – uma espécie invasora em Área de Floresta Decidual. [Dissertação]. Orientadora: Tânia Tarabini Castellani – Florianópolis, SC, 2014.

Não sei se isso vai mudar, não muda nada. É gostoso o mel, bem gostoso. (...) Ninguém fala nada sobre isso. Ninguém falou nada. A preocupação deles é com agrotóxico: milho transgênico, soja transgênica. Isso, não vai, acho que (...) que nem eucalipto também, eles ficam meio assim. (Apicultor 4)

De toda forma, observei que alguma margem de manobra na busca de maior controle sobre o processo produtivo e outros indicadores de um *estilo de agricultura camponês* existem e são explorados por esses apicultores. Nesse sentido, acredito que os trechos de entrevista discutidos a seguir expõem elementos implícitos de uma *concepção de desenvolvimento* agroecológica. Um indicador importante de reciprocidade e confiança entre os apicultores diz respeito à parceria na realização da colheita:

(...) ano passado ele me ajudou, eu colhi o mel (...) ajudei ele e ele me ajudou. Daí fui colher o mel dele. Esse ano eu fui colher o mel dele; ele estava trabalhando para lá. Daí ele veio e fomos lá colher. Mas você vê, assim, a presença para colher rápido o mel. Você vê: se você tiver ali em cima cuidando, as abelhas encheram, você colhe; encheu, você colhe. (Apicultor 4)

Um indicador de respeito à fauna local (dimensão da conservação da biodiversidade presente nos princípios agroecológicos) se destaca na fala de um dos apicultores a respeito de dificuldades enfrentadas no manejo dos apiários e medidas tomadas por ele para mitigar o problema:

Então, tem apiário que nem em alguns lugares lá na serra que é um pouco melhor, que é menos desmatado, então a mata ainda está lá (...) Lá o problema mais são os bichos. Mas eu nunca apliquei nada nos bichos, eles estão lá antes que a gente. Eu uso umas técnicas diferentes que eu aprendi: põe roupa, alguma coisa, com cheiro do homem e eles tem diminuído bastante (...) A irara e aquele (...) graxaim. O graxaim abre as caixas, pega os caixilhos e corre para o mato. A irara faz um buraco (...). Então esse ano passado foi terrível; perdi bastante abelha. Umas 60, 70 caixas

(...) Então eu comecei a aplicar esse método e ajudou bastante; não mexeram mais (...) Estou até pensando em colocar um cinzeirinho, um barulhinho. (...) **Então, acho que eles estão aí antes que nós e eles também tem que ficar. Também é sobrevivência: fome, o desmatamento; então falta alguma coisa para eles.** (Apicultor 4)

Um princípio agroecológico manifesto por alguns apicultores entrevistados, sem no entanto fazer referência explícita à agroecologia, diz respeito à busca de técnicas mais eficientes/adequadas à realidade da pequena produção, apontando no sentido do planejamento⁵⁰ e aprimoramento do trabalho (às vezes por meio de uma intensificação do mesmo) em contraposição ao aumento da extensão, que exige um aporte financeiro maior (além dos outros reveses relacionados ao aumento de escala). Nesse sentido, um apicultor afirma:

Se você olha dentro do ninho você sabe como é que está a colmeia. Então, por que que tem que olhar dentro do ninho? Às vezes tem famílias que vão enxamear, tem realeira, então dá tempo ainda de você fazer alguma coisa: ou dividir ou fazer núcleo dessas colmeias. Sempre selecionar as melhores. Então, esse ano eu quase perdi pouca assim. Então esse [apicultor] que tinha 2000 caixas de abelha enxameou quase tudo as abelhas dele (...) Rapidez, porque as abelhas, se você não deu espaço, enxameia. **Então poucas caixas, você tem chance de você cuidar melhor das abelhas e com menos trabalho.** Então, você seguir o exemplo de um apicultor: (...) Ele, há mais de 60 anos, trabalha na apicultura com 200 caixas de abelha. (...) Não adianta você ter 1000 caixa de abelha e não cuidar; melhor tem 500 caixas bem cuidada, ou 200. (Apicultor 4)

Em sentido próximo, outro apicultor aponta o manejo do pasto apícola e da reserva de mel das abelhas como uma forma de garantir a

⁵⁰ Dois apicultores afirmaram planejar a localização dos apiários nas proximidades da casa de extração do mel como forma de evitar gastos muito altos com combustível.

manutenção das colmeias no inverno sem precisar depender de alimentação artificial. Dessa forma, utiliza os recursos dos quais dispõem no próprio agroecossistema (pequeno espaço de terra nas proximidades dos apiários e o próprio trabalho) ao invés de açúcar e proteína de soja. Quando questionado sobre alimentação artificial, esse apicultor em particular afirma:

Quase não faço. Eu faço, vamos dizer por exemplo assim: se a última colheita minha seria em janeiro (...) eu paro, no mínimo 20, 30 dias antes. Eu até vou nas abelhas tirar, só que eu analiso: se a abelha tem bastante comida eu tiro (...) eu sou da opinião de não sugar tudo que a abelha tem. Por exemplo, esse ano passado, no inverno, você podia ir nas colmeias minha, que eu conseguia ver embaixo, no ninho delas, você consegue ver mel, por exemplo (...) sobrou do inverno passando para o verão. Sobrou o mel (...) já uns 3 anos (...) eu venho fazendo, com o pessoal, eu semeio nabo forrageiro. Geralmente, vamos dizer, próximo das caixas, coisa assim, sempre tem uma rocinha, uma coisa ou outra que o pessoal faz, uma pastagem. Você vai lá e conversa com a pessoa: te dou 5 quilos de mel, 10 quilos de mel e você me arruma um cantinho para eu semear um nabo. (Apicultor 6)

Outros apicultores relatam praticar alimentação artificial utilizando parte do próprio mel:

Mas o melhor trato hoje é você deixar uma porcentagem (...) do primeiro mel que você tira. Tipo assim, entra ali logo em agosto, tira esse mel aqui, estoca ele para você tratar eles durante, quase ali tipo em junho, maio, junho, julho. Você tem que preparar elas, assim, uns 40 dias antes da florada. Ai você sai com elas, uma população de abelhas boa e tem uma produção boa. (...) mas eu não tenho muito tratado, porque, assim: se uma colmeia não é autossuficiente para se manter não adianta (...) abandona. Deixa o mel lá na caixa. E elas, tendo o mel, vão sobrevivendo do que acham; sempre tem uma flor. Mas se ela não tem capacidade de sobreviver o inverno, tem que estar

tratando, é uma família que não vai ter futuro.
(Apicultor 5)

A fala anterior aponta num sentido de buscar selecionar as famílias mais adaptadas às condições locais, outro princípio agroecológico praticado. Essa perspectiva, entretanto, não é compartilhada por todos. Um apicultor membro do SPG defende a especialização em torno da seleção e comercialização de rainhas, diante da inaptidão de grande parte dos apicultores para fazer o melhoramento genético através de seleção artificial:

O melhor que ele [o apicultor] vai fazer é: ah, essa colmeia é boa, então multiplica essa. Agora, ele não olha defensividade, ele não olha se tem pragas e doenças, ele não olha outras questões (...) Então nós queríamos pular essa etapa e aprimorar o sistema de aquisição de rainhas selecionadas. Alguém que se especializa nisso. (...) Mas isso tem uma resistência por parte do meio acadêmico, (...) um grupo de pessoas diz: não se traz rainhas de fora, tem que multiplicar as rainhas do local. Aí fica difícil. (...) Então nós ficamos perpetuando (...) as nossa porcarias que nós temos aqui. (...) Nós podemos fazer um comparativo com pecuária leiteira. Imagina quando há (...) 30, 40 anos atrás, quantos litros de leite dava uma vaca? 5, 6 litros. Hoje dá 35, 40 litros. O que que eles fizeram? Buscaram a vaca que mais produzia leite no mundo; Jersey, Holandesa, sei lá o que. Em cima disso, mais genética. Tiveram que melhorar o pasto (...), tiveram que melhorar raça. Deu resultado que hoje tão produzindo; onde antes tinha 5 vacas, hoje bota uma (...) E produz a mesma quantia. E nós com a abelha estamos resistindo. “ah, porque é resistente a pragas e doenças, então vamos fazer melhoramento em cima disso”. Eu não quero uma colmeia (...) saudável. Isso pouco me importa. Eu quero uma colmeia que me produza tantos quilos de mel. Eu vivo disso, não de colmeia forte (...) colmeia saudável. Se ela eventualmente ficar doente, deixa morrer. Eu quero outra produtiva no lugar (...) Eu pego um enxame voador, boto uma rainha boa lá dentro e pronto: em sessenta dias eu tenho uma

colmeia nova produtiva. Mas essa não é a visão dos caras e os caras estão batendo (...) a EPAGRI é totalmente contra, 100% contra. Eu já acho que nós temos que pensar em pular essa parte; pular lá na frente. Deixar isso (...) Então, por que que as universidades não fazem? Faça isso. (Apicultor 3)

Essa fala denota uma divergência em relação ao princípio agroecológico da conservação de espécies adaptadas às condições locais em prol de um aumento na produtividade baseado na diminuição da variabilidade genética. Outra questão que se destaca é a maior dependência, a partir dessa perspectiva, dos apicultores em relação à recursos externos (aquisição de rainhas de produtor especializado) para a manutenção da atividade.

Por fim, é importante apontar que, entre as motivações para produzir alimentos orgânicos⁵¹, além dos benefícios econômicos, alguns entrevistados apontaram os benefícios à saúde e busca por um modo de vida baseado em valores mais amplos que apenas a riqueza financeira; indicando, inclusive, o papel do aprendizado e da solidariedade através de uma metáfora botânica:

De repente se o pessoal começar a pensar em orgânico ou coisa assim, de repente daqui a pouco o pessoal começa a plantar outro tipo de cultura... mais, nem sei como dizer, especificada. Eu acredito que seria bom para todo mundo, não só para mim, para o país inteiro (...) o pessoal eu acredito que vai ter menos doença. (...) por exemplo, os governos vão (...) gastar menos com doença. (Apicultor 6)

(...) você vê que esse mundo aqui vale muito pouco apenas você brigar por questões financeiras. Muitas vezes a pessoa quando morre dizem: “ah, o cara não levou nada”. Não, **se você deixar ensinamentos bons para as pessoas valeu muito a vida**. Agora, quando você não

⁵¹ Sem buscar aqui me posicionar no debate sobre nomenclatura de alimentos saudáveis, utilizo as expressões: alimento ecológico, agroecológico ou orgânico de acordo com o interlocutor com o qual dialogo. Sendo assim, optei por utilizar a expressão *alimento orgânico* ao apresentar o trabalho de campo, pois essa foi a expressão utilizada por meus entrevistados.

passa para os outros, quando você quer saber de ganancioso, quando você quer saber de tirar do outro, aí realmente não valeu a pena. (...) **É uma semente que a gente planta, que você vai replantar.** (Apicultor 5)

Diante dessa apropriação heterogênea dos princípios agroecológicos, com múltiplas aproximações e até mesmo divergências, entre os atores envolvidos com a produção e certificação participativa de alimentos orgânicos, vem à tona a importância, num contexto de transição agroecológica, do contato entre produtores próximos e a formação de grupos entre famílias que compartilham valores, contexto socioambiental, político e econômico, com o fim de realizar reuniões nas quais essas possam trocar ideias e experiências. O contato proporcionado pelas reuniões pode contribuir, nesse sentido, na construção de uma identidade comum e conformação de um projeto alternativo baseado nos interesses construídos coletivamente por esses atores. O horizonte ao qual esse projeto deve ser orientado já foi descrito em publicações da própria Rede Ecovida, referindo-se a ele através de expressões como *identidade de projeto* e *projeto agroecológico*. Nesse sentido, Perez-Cassarino afirma:

Meirelles (2002) – agrônomo de ONG e um dos principais articuladores da Rede Ecovida – propõe também que o mercado não seja o organizador do “projeto agroecológico”, pois a preocupação deveria ser com a qualidade de vida, que não se resume aos resultados econômicos. Assim, a agroecologia torna-se um projeto de vida, e não somente um modelo tecnológico. Nesse sentido, a estratégia passa por construir processos junto aos agricultores que estimulem a conversão de seus sistemas produtivos à agroecologia, alterando as técnicas de produção, mas também visando construir ações sociais e econômicas que superem uma abordagem meramente economicista como motivador para esta transição. A abordagem deve buscar obter e valorizar os diversos benefícios individuais e coletivos que a implantação de um processo agroecológico possibilita. (PEREZ-CASSARINO, 2012, 202).

Nesse sentido, fica evidenciado o caráter pedagógico da certificação participativa, cujos instrumentos devem buscar avaliar a conformidade não apenas aos critérios gerais para a produção orgânica definidos pelo MAPA, mas também aos princípios da Rede. Com isso, os membros da Rede Ecovida assumem o desafio de construir um SPG que gere credibilidade de forma participativa e, ao mesmo tempo, promova os outros objetivos da Rede, como preservação da agrobiodiversidade, reconstrução dos laços de proximidade e reciprocidade entre produtores, e entre esses e os consumidores. Nesse sentido, o objetivo que englobaria todos os princípios, e em direção ao qual caminhariam tomados em conjunto, estaria no horizonte do projeto de transição para um modelo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar agroecológica.

A partir do entendimento desse caráter ideal ou *utópico*⁵² do projeto agroecológico, afirmo que qualquer apontamento feito aqui não tem a pretensão de julgar o mérito das ações estudadas, senão contribuir de forma construtiva a uma autorreflexão por parte dos atores envolvidos sobre os potenciais e limitações das próprias práticas diante dos *ideais* definidos pela Rede a qual pertencem e pela literatura acadêmica na área. Nesse sentido, minhas observações não buscam contrastar a realidade empírica estudada com outra situação concreta, mas sim com as contribuições teóricas desenvolvidas no âmbito sociopolítico do referencial agroecológico. No mesmo sentido, pretendo que a presente dissertação contribua, através dos elementos evidenciados pelo trabalho de campo, com as reflexões desenvolvidas no bojo desse mesmo referencial teórico.

Dito isso, acredito que a centralização dos processos decisórios e o pouco alcance de ações visando reverter essa característica (diante da postura mais *pragmática* das lideranças) sejam as principais limitações apresentadas na consecução do projeto agroecológico da Rede Ecovida. Esses entreves acompanham o SPG na região de São Bento do Sul desde sua origem através de um trabalho de organização de produtores orgânicos locais motivado por um projeto estatal. A concentração das funções deliberativas observada no trabalho de campo se assemelha a dinâmica organizativa da Rede como um todo, como apontada por Perez-Cassarino:

⁵² Gostaria aqui de emprestar a reflexão de Alfred Schmidt a respeito do caráter *utópico* do pensamento marxiano. Para Schmidt a utopia “antecipa uma realidade humana futura de acordo com as possibilidades reais contidas na existência presente” (SCHMIDT, 1971, 128).

A partir do Encontro realizado em Francisco Beltrão em 2001, a dinâmica organizativa da Rede foi se consolidando; a coordenação passou a ser colegiada, com pelo menos três representantes de cada Estado e as plenárias possibilitavam maior celeridade na tomada de decisões. Dessa forma, os encontros ampliados se tornaram cada vez mais espaços de intercâmbio, formação, celebração e mobilização política, deixando seu caráter deliberativo de lado. As decisões fundamentais que passam pelos Encontros Ampliados são a eleição da coordenação e a aprovação da formação de novos Núcleos Regionais.” (PEREZ-CASSARINO, 2012, 196/197)

Entretanto, esse caráter representativo dos processos decisórios não é consenso e posicionamentos diferentes a respeito de como o projeto agroecológico deve ser posto em prática dão margem a debates e animam a participação de diferentes atores locais nas atividades da Rede. De forma que as opiniões divergem entre aqueles que enfatizam a necessidade de mais atividades formativas e delegação de responsabilidades, inclusive burocráticas, aos diferentes participantes do SPG como forma de capacitação e fomento da autonomia; e aqueles que enfatizam, frente à dificuldade de muitos participantes na lida com documentações e burocracia envolvida no processo, continuar delegando essas funções para quem já as realiza.

Diante da dimensão e abrangência geográfica do Grupo estudado e, particularmente, das características próprias da apicultura praticada pelos participantes do SPG⁵³, observei uma centralização das atividades de verificação em torno dos membros do Comitê de Ética. A dificuldade relacionada a essas características é apontada pelo Coordenador do Núcleo, quando ele afirma a importância da proximidade e das relações de confiança entre os membros do grupo. Entretanto, o mesmo afirma que a prerrogativa na definição de como formar os grupos é sempre dos próprios membros e o que realmente importa é o reconhecimento e acordo entre os participantes. A esse respeito, acredito que a dimensão do grupo dificulta a formação de laços entre os participantes e está entre os obstáculos a uma compreensão das reuniões como espaço de

⁵³ A maioria dos apicultores participantes do SPG possui diversos apiários em diferentes localizações.

articulação de propósitos em comum entre os produtores(as). De forma que, não raro, apicultores se sentem desestimulados a participar das reuniões do Grupo, pois não consideram as temáticas abordadas nas mesmas como relevantes à sua atividade. Por outro lado, as investigações de campo indicaram a dificuldade em descentralizar as atividades burocráticas relativas à formação e operacionalização de um grupo em face da pouca intimidade da maior parte dos apicultores (e outros produtores) com o gerenciamento da documentação envolvida. Isso porque formar um novo grupo demanda da liderança a responsabilidade por realizar continuamente a comunicação de informações, documentos e certificados entre Núcleo e outros membros do grupo. Dessa forma, a descentralização dos processos decisórios e a maior participação das famílias agricultoras nas tomadas de decisão, fundamentais ao fortalecimento da autonomia, aparece como um desafio diante dos atores envolvidos no SPG da região. Um desafio cuja solução passa pela ampliação do papel formativo das atividades da Rede e instrumentalização das famílias produtoras envolvidas para o exercício de sua autonomia.

Nesse sentido, parece frutífero trabalhar com as relações de confiança e reciprocidade já existentes entre apicultores que participam das mesmas associações municipais, através de um trabalho pedagógico que favoreça a auto-organização dos mesmos em grupos menores, nos quais sejam fortalecidas as características distintivas do SPG: *participação*, *descentralização* e *transparência*. Nas observações de campo, notei um esforço nessa direção nas intervenções feitas por extensionistas da EPAGRI nas reuniões.

Em que pese tudo que foi dito anteriormente, é preciso apontar que, diante do contexto no qual se desenrolam as ações do SPG, essa forma de certificação tem cumprido o papel de possibilitar a construção de novos circuitos de distribuição alinhados com o projeto agroecológico. Essa potencialidade foi apontada no argumento que afirma a promoção de autonomia entre os apicultores na escolha da forma de comercialização do mel certificado participativamente. Isso porque, quando a certificação auditada dos apicultores é paga por uma exportadora, a continuidade da certificação depende, logicamente, dos interesses de quem patrocina. Já na certificação participativa, os apicultores conseguem atestar a conformidade orgânica do seu mel através de recursos próprios (anuidade e participação no SPG), de forma independente das empresas certificadoras e entrepostos grandes. Nesse sentido vai a fala: “Esse é o diferencial do participativo. No participativo é assim: olha, aqui você recebe seu certificado, se você quiser você

vende para nós, mas se não quiser você vende para outro” (Presidente Hortibento).

A partir das características observadas no trabalho de campo, podemos traçar algumas aproximações entre as ações desenvolvidas no bojo do SPG na região de São Bento do Sul e as diferentes estratégias da agricultura familiar reunidas por Ploeg sob o termo *recampesinização*. São essas: 1) a criação de novos produtos (mel orgânico certificado participativamente) e circuitos mercantis, através do mercado institucional, feiras e pequeno varejo. 2) novas formas de cooperação local, das quais é testemunha a organização para venda conjunta e/ou acesso a recursos estatais, e 3) reconexão com a natureza, especialmente na importância atribuída aos benefícios de não se usar produtos químicos no manejo orgânico. 4) O distanciamento em relação aos principais mercados de insumo e 5) a retomada da artesanidade, ficam por conta das estratégias de alguns apicultores para dispensar o uso de alimentação artificial para as abelhas e na busca de soluções próprias às adversidades da apicultura⁵⁴. 6) A pluriatividade aparece entre os apicultores que praticam a atividade em menor escala.

⁵⁴ Como a presença de animais que predam as colmeias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentes vertentes e perspectivas teóricas nos mais diversos campos acadêmicos tem se voltado à compreensão da crise socioambiental. A dimensão sociológica da questão é discutida na tradição marxista, por exemplo, desde a denúncia do caráter predatório do desenvolvimento capitalista e de como esse mina as próprias bases sobre as quais se assenta seu desenvolvimento. Quais sejam, a força de trabalho e os (outros) recursos naturais. Essa crítica é reafirmada através da denúncia do caráter produtivista que embasa o projeto de Modernização Conservadora, evidenciando a conjugação entre injustiça social e insustentabilidade do ponto de vista ambiental.

A perspectiva agroecológica ganha força nesse contexto, enquanto movimento teórico, através da crítica dos pressupostos valorativos e da visão de mundo que embasam as perspectivas científicas que dão legitimidade e um caráter de *lei natural* ou inevitabilidade aos processos de desenvolvimento que caminham no sentido da industrialização, urbanização, concentração dos meios produtivos e da riqueza. Nesse sentido, constrói uma perspectiva teórica que, a partir de um caráter *interdisciplinar, sistêmico* ou *holístico*, busca desenvolver conhecimento científico a partir de pressupostos valorativos e visões de mundo contra-hegemônicas, com o objetivo de instrumentalizar processos de transformação social que se traduzam em reações ao desenvolvimento capitalista/produtivista. Nesse sentido, a Teoria Agroecológica não apenas se conjuga a uma prática política, como tem nesse intercâmbio o seu princípio norteador.

Esse olhar voltado à realidade empírica e a busca de soluções adaptadas às condições locais aproxima a Agroecologia, então, das análises sociológicas desenvolvidas no bojo da Perspectiva Orientada ao Ator. Como o próprio nome sugere, essa perspectiva enfatiza a subjetividade e ação dos atores locais na sua interface com processos macro. Nesse sentido, foge, também, de análises que sugerem a inexorabilidade de processos econômicos de desenvolvimento da acumulação capitalista, apontando as estratégias diversas adotadas por diferentes atores locais frente a esses processos, além das próprias condições locais, como fatores explicativos da heterogeneidade característica da agricultura familiar.

Inspirado por essas perspectivas teóricas, me propus a estudar a Certificação Participativa (ou Sistema Participativo de Garantia) enquanto estratégia desenvolvida a partir da perspectiva agroecológica por atores sociais do meio rural no Sul do Brasil frente aos

desdobramentos do processo de regulamentação estatal do mercado de produtos orgânicos. Esse fenômeno evidencia, assim, o caráter socialmente construído dos processos sociais e, ao mesmo tempo, nos permite falar de diferentes projetos em disputa na definição dos mecanismos de geração de credibilidade considerados legítimos. Meu trabalho busca, mais especificamente, realizar um estudo de caráter exploratório, sobre um desdobramento muito recente do desenvolvimento desse mecanismo de avaliação da conformidade orgânica. Nesse sentido, busquei descrever a dinâmica de certificação participativa da qual fazem parte os apicultores da região Planalto Norte, com ênfase àqueles que participam do mesmo grupo do Entrepasto Hortibento, em São Bento do Sul. Ademais, meu intento também foi apontar a sintonia entre a prática observada e a concepção teórica do SPG a partir do papel atribuído ao mesmo no Projeto Agroecológico.

Diante dessa proposta, identifiquei limites e potencialidades na prática das organizações estudadas. As limitações encontradas giram em torno da relativização de alguns princípios agroecológicos relacionados à 1) descentralização dos processos decisórios e à 2) co-construção dos agroecossistemas em consonância com os processos ecológicos. Assim, acredito que a origem do SPG da região em um projeto estatal e a trajetória desenvolvida pelo mesmo, conformando-se em um Grupo relativamente grande de famílias produtoras de diversos municípios, estão relacionadas com a centralização das atividades em torno das lideranças e a adoção de uma postura mais *pragmática/burocrática* na operacionalização das atividades do SPG, em oposição a um caráter mais *pedagógico/transformador*. A limitação quanto ao manejo integrado do agroecossistema em conexão com os processos ecológicos é manifesta, particularmente, entre os apicultores de maior porte, especializados. Pois, se para os menores, que exercem a atividade de forma integrada à policultura, a criação de abelhas promove incremento na qualidade e variedade de cultivos e contribui com o resgate de saberes tradicionais; para a maior parte dos apicultores o papel principal da atividade está relacionado ao retorno econômico da mesma.

Por outro lado, observei que, além de produzirem em consonância com as normas de conformidade orgânica, os apicultores manifestaram um papel ativo na solução dos obstáculos encontrados no âmbito produtivo através da recorrência a própria base de recursos. A autonomia também aparece como valor fomentado na construção de canais de comercialização, tanto na posse individual do certificado quanto na organização coletiva para venda.

Os desafios diante das organizações estudadas (e do resto da humanidade, diga-se de passagem) na construção de novas relações sociais de produção, distribuição e consumo, conformando renovados sistemas agroalimentares, são enormes. Porém, são de fundamental importância no contexto de um processo mais amplo de superação do caráter insustentável de um ordenamento social cujo desenvolvimento produtivo é pautado hegemonicamente na acumulação e concentração de recursos cada vez mais escassos. Diante da magnitude da crise socioambiental e de sua origem e reprodução através das relações sociais nos mais diferentes âmbitos da nossa sociabilidade, fica evidente que sua superação passa pela construção de novas relações sociais em dimensões da vida social que extrapolam a esfera econômica. De forma que a transformação cultural no horizonte da Transição Agroecológica, ao mesmo tempo, resulta e tem como condição de sua realização, a adesão de contingentes cada vez mais amplos da sociedade, com atores sociais ressignificando e reconstruindo suas práticas em âmbitos que vão da relação consigo mesmo até o geopolítico, passando pela família, localidade, etc. com base em valores diversos daqueles que originaram a crise.

Com esse trabalho espero contribuir, então, à disseminação do pensamento ecológico, em forma e conteúdo⁵⁵, não apenas no setor produtivo ou na pesquisa acadêmica. Pelo contrário, que a intersecção dessas duas dimensões no aporte agroecológico seja o ponto de partida.

⁵⁵ Com referência a: MORTON, Timothy. *The ecological thought*. Harvard University Press. 2010.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Alda Cristiane de Oliveira; SANTOS, André Luis de Sousa dos; AZEVEDO, Rose Mary Maduro Camboim de. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. *Revista Brasileira de Agroecologia*. 7(2): 19-27 (2012).
- BOSETTI, Cleber José. Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil [tese]; orientadora: Maria Ignez Silveira Paulilo – Florianópolis, SC, 2013.
- BRANDENBURG, A. Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: UFPR, 1999.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Cadeias Produtivas de Flores e Mel* / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Antonio Buainain e Mário Otávio Batalha (coordenadores). – Brasília: IICA: MAPA/SPA, 2007. 140p. 17,5 x 24 cm – (Agronegócios; v. 9).
- BYÉ, Pascal; SCHMIDT, Wilson. Agricultura familiar no Sul do Brasil – de uma exclusão produtivista a uma exclusão certificada? *Estudos Sociedade e Agricultura*. N.17. Rio de Janeiro: UFRRJ. 2001. P.104-118.
- BYÉ, Pascal; SCHMIDT, Vanice D. B.; SCHMIDT, Wilson. Transferência de dispositivos de reconhecimento da agricultura orgânica e a apropriação local: uma análise sobre a Rede Ecovida. *Desenvolvimento e meio ambiente*, n. 6. Curitiba: UFPR, Jul/dez, 2002. P. 81-93.
- CAMARGO, Clara Ribeiro. Sistemas participativos de garantia na agricultura orgânica brasileira: ação coletiva e construção de redes de conhecimento agroecológico [dissertação]; orientador: Luiz Carlos Beduschi Filho. São Paulo, 2015.
- CONTERATO, Marcelo Antônio; NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sérgio. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade

contemporânea. 2011. Acessado pela última vez em 24/01/2017, em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/marcelo-conterato/conterato-marcelo-niederle-paulo-andre-radomsky-guilherme-f-w-schneider-s-mercantilizacao-e-mercados-a-construcao-da-diversidade-da-agricultura-na-ruralidade-contemporanea-in-sergio-schneider-marcio-gazolla-org-os-atores-do-desenvolvimento-rural>>.

CUÉLLAR-PADILLA, María Del Carmen. Hacia un sistema participativo de garantía para la producción ecológica en Andalucía. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba. 2009.

DA SILVA, Natasha Rovena. Aspectos do perfil e do conhecimento de apicultores sobre manejo e sanidade da abelha africanizada em regiões de apicultura de Santa Catarina [dissertação]. Florianópolis, 2004.

FONSECA, Maria Fernanda. Certificação de sistemas de produção e processamento de produtos orgânicos de origem animal: história e perspectivas. Cadernos de Ciência & Tecnologia. V. 19, n. 2. Brasília, maio/ago. 2002. P. 267-297.

FOSTER, John Bellamy. *Marx's Theory of Metabolic Rift: Classical Foundations for Environmental Sociology*. *American Journal of Sociology*, V. 15 N. 2 (September 1999), p. 366-405, 1999. The University of Chicago, 1999.

GLIESSMAN, S.R.; ROSADO-MAY, F.J.; GUADARRAMA-ZUGASTI, C.; JEDLICKA, J.; COHN, A.; MENDEZ, V.E.; COHEN, R.; TRUJILLO, L.; BACON, C.; JAFFE, R. *Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad*. *Ecosistemas*, v.16, n. 1. p. 13-23, 2007.

GONZÁLEZ, Shirley Rodríguez; PEREIRA, Viviane Camejo; SOLGIO, Fábio Kessler Dal. A Perspectiva Orientada ao Ator em Estudos sobre Desenvolvimento Rural. *Perspectivas Rurales*. Nueva Época, Año 13, N° 25. 2014.

HINTERHOLZ, Danrlei de Deus. Projeto de lei n. 7.948, de 2014. Câmara dos Deputados. Congresso Nacional. 2014. Acessado 31/05/2016, em <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Mel_e

[_produtos_apicolas/35RO/Projeto%20de%20Lei%207948-2014%20-%20profissao%20apicultor%20e%20mel.pdf](#)

IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal. Tabela 74 – Produção de origem animal, por tipo de produto. – Ano 1974 a 2014. 2014. Acessado em 31/05/2016 em <
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=PP&z=t&o=24>>.

IBGE. Censo Agropecuário. Número de estabelecimentos agropecuários com apicultura no ano. Tabelas 970, 2441, 3295, 3449, 4116. 2006. Acessado em 31/05/2016 em
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?ti=1&tf=99999&e=c&p=CA&v=2242&z=t&o=24>>

JAFFEE, Daniel; HOWARD, Philip H. Corporate cooptation of organic and fair trade standards. Springer Science Business Media B. V. 2009.

MARTÍNEZ ALIER, J. The environmentalism of the poor: A study of ecological conflicts and valuation, Cheltenham, UK: Edward Elgar. 2002.

MATTEI, Lauro. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. RESR, Piracicaba – SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S105-S124, 2014.

MEDEIROS, Leonilde S.; QUINTANS, Mariana T. D.; ZIMMERMANN, Silvia A. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. Contemporânea. V. 4, n. 1. Jan-Jun. 2014. P. 117-142.

MORO, Eduardo João. Entre a Agricultura convencional e a Agroecologia: alianças e interfaces na pesquisa agrícola e na extensão rural de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC. 2012. 270 p.

NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização IN: NIEDERLE et al (org) Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Káiros, 2013.

NUNES, Sidemar Presotto. Influências teóricas e políticas nas práticas educativas da Rede Ecovida de Agroecologia [tese]. Curitiba, 2012.

PASSOS, Marcelo; ISAGUIRRE-TORRES, Katya R. Certificação na prática: a Rede Ecovida e os desafios da implementação de Sistemas Participativos de Garantia IN: NIEDERLE et al (org) Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Káiros, 2013.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. IN: NIEDERLE et al (org) Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Káiros, 2013.

PEREZ-CASSARINO, Julian; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia IN: NIEDERLE et al (org) Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Káiros, 2013.

PLOEG, Jan Douwe van der. O modo de produção camponês revisitado. IN: SCHNEIDER, Sérgio (org). A Diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* / tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. Revista IDEAS. V. 3, n. 1. Jan./jun. 2009. p. 133-164.

RADOMSKY, Guilherme F. W. Certificações, sistemas participativos de garantia e agricultura ecológica: aspectos da relação entre agricultores e consumidores IN: NIEDERLE et al (org). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Káiros, 2013.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. *Caderno de formação 01: uma identidade que se constrói em Rede*. Lapa/PR: Rede Ecovida de Agroecologia, 2007.

ROVER, Oscar José. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. *Ciências Sociais Unisinos* 47(1): 56-63, janeiro/abril 2011.

SABOURIN, Eric. Gestão territorial e economia social e solidária: uma análise pela reciprocidade. *Guaju*. V. 1, N. 1. Matinhos. jan./jun. 2015.

SANTOS, Luiz Carlos Rabelatto dos. A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela Rede Ecovida de Agroecologia – limites e desafios. Florianópolis: UFSC, 2002.

SCHAFASCHEK, Tânia Patrícia. Do convencional ao ecológico: normas, divergências e implicações sobre a produção apícola [dissertação]; orientadora: Marília Terezinha Sangoi Padilha. Florianópolis, 2005.

SCHMIDT, Alfred. *The Concept of Nature in Marx*. Tradução de Ben Fowkes. Londres: NLB, 1971.

SCHMIDT, Wilson. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. V. 2, N. 1, jan/mar 2001. Porto Alegre.

SCHMITT, Claudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. s/d.

SCHMITT, Claudia Job; GRISA, Catia. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental IN: NIEDERLE et al (org) *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Káiros, 2013.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. El desarrollo rural de la “otra modernidad”: Elementos para recampesinizar la agricultura desde la agroecología. IN: ENCINA, Javier, et al (orgs). *Práxis participativas desde el medio rural*. Construyendo ciudadanía/6. CIMAS. Madrid: IEPALA Editorial, s/d.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; WOODGATE, Graham. Agroecología: fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica. *Agroecología*. V.8 n.2: 27-34, 2013.

SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer da. Redes de agroecología: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável. Estudo de caso de dois grupos do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia no período de 2002 a 2012 [tese]; orientador: Paulo Henrique Freire Vieira. Florianópolis, 2013.

VANDENBERGHE, Frédéric. *Metateoria, teoria social e teoria sociológica*. Cadernos do sociólogo. Rio de Janeiro: IESP, 2013, p. 14-48.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP. 2011. 151 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B; FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. IN: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel. *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. IICA, 2013, série desenvolvimento sustentável, v. 21, p. 413-472.

WOLFF, Luis Fernando; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Sistemas apícolas como herramienta de diseño de métodos agroecológicos de desarrollo endógeno en Brasil. *Agroecología*. V. 7, n. 2. 2012. P. 123-132.

ZANUZZI, Fábio Búrigo; SALOMÉ, James Arruda. Certificação orgânica participativa em apicultura no Planalto Norte Catarinense. IN: SEBRAE. SEBRAE nos Territórios da Cidadania: Práticas de Desenvolvimento Territorial. Volume 1. 2014. P. 45-47.